



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO

**TERESA DE JESUS E PRETA FERREIRA: A ESCRITA DE
MULHERES COMO RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE CÁRCERE**

Ana Beatriz Aquino da Silva

Campina Grande - PB
2025

Ana Beatriz Aquino da Silva

**TERESA DE JESUS E PRETA FERREIRA: A ESCRITA DE
MULHERES COMO RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE CÁRCERE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguagem e Ensino.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isis Milreu

Campina Grande – PB

2025

S586t

Silva, Ana Beatriz Aquino da.

Teresa de Jesus e Preta Ferreira: a escrita de mulheres como resistência na literatura de cárcere / Ana Beatriz Aquino da Silva – Campina Grande, 2025.

105 f.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Profa. Dra. Isis Milreu."

Referências.

1. Literatura Brasileira de Autoria Feminina. 2. Literatura de Cárcere. 3. Escrivência. 4. Vozes Femininas. 5. Encarceramento Feminino. I. Milreu, Isis. II. Título.

CDU 82-1(043)

Ana Beatriz Aquino da Silva

**TERESA DE JESUS E PRETA FERRREIRA: A ESCRITA DE
MULHERES COMO RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE CÁRCERE**

Aprovada em 19 fevereiro de 2025

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Isis Milreu –

Orientadora –(PPGLE/UFCG)

Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega

Examinadora interna (UFCG)

Prof. Dr. André Luis Gomes de Jesus

Examinador externo (UNESP)

Suplentes

Dra. Maria Angélica de Oliveira (UFCG)

Dra. Tatiane da Silva Santos (UNEMAT)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM LINGUAGEM E ENSINO
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

Ata da **376** Sessão Pública de defesa de Dissertação para conferir o Grau de Mestre em Linguagem e Ensino a **Ana Beatriz Aquino da Silva**.

1. Aos 19 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 9h, através da sala virtual Google Meet em sessão pública, a Banca Examinadora presidida pela Profa. Dra. Isis Milreu, (UFCG), orientadora, pela Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega, (UFCG), na qualidade de membro titular interno e pelo Prof. Dr. André Luis Gomes de Jesus, (UNESP), na qualidade de membro titular externo, reuniu-se para julgamento da Dissertação de Mestrado da discente **Ana Beatriz Aquino da Silva**, intitulada: "**Teresa de Jesus e Preta Ferreira: a escrita de mulheres como resistência na literatura de cárcere**".

2. A sessão foi aberta pelo(a) presidente que apresentou os integrantes da Banca Examinadora e passou a palavra à mestranda. Esta fez a exposição do seu trabalho, sendo seguida das arguições dos examinadores.

3. Logo após, a presidente da Banca Examinadora solicitou aos presentes que se retirassem da sala virtual e voltassem em 20 minutos para ouvir o parecer da banca sobre o trabalho apresentado.

4. Após análise do mérito da Dissertação, do desempenho da candidata durante a apresentação e arguição do trabalho e, em conformidade com o artigo 78 do Regulamento do Curso de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, o presidente da Banca Examinadora informou ao candidato que o trabalho obteve nota **9,0 (nove)** correspondente ao conceito **APROVADO**. A banca recomenda realizar uma revisão detalhada do texto, ampliar as considerações finais e aprofundar as análises e comparações das obras.

5. Nada mais havendo a tratar, Eu JOSÉ NOBERTO TAVARES JÚNIOR, SIAPE 2012524, Secretário do PPGLE, lavro e assino a presente Ata, lida e aprovada pela banca examinadora, que a assina conjuntamente, e também a mestranda que dá ciência do resultado.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE NOBERTO TAVARES JUNIOR, SECRETÁRIO (A)**, em 19/02/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Gomes de Jesus, Usuário Externo**, em 19/02/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISIS MILREU, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/02/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA MARTA DOS SANTOS SILVA NOBREGA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 19/02/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Aquino da Silva, Usuário Externo**, em 19/02/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **5244235** e o código CRC **694F0179**.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutaram e lutam para contar suas histórias. Vocês serão lembradas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a Deus e ao meu noivo, George Victor, que estiveram incansavelmente ao meu lado, oferecendo apoio, compreensão e incentivo para que eu me tornasse uma pesquisadora e profissional cada vez melhor. Meu amor, sua presença foi fundamental em cada etapa dessa jornada.

Gostaria de expressar meu agradecimento à minha orientadora, Isis, pela sua orientação durante o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço pela disponibilidade em acompanhar o processo e pelas contribuições que, de maneira significativa, enriqueceram este trabalho.

Aos professores e professoras que contribuíram imensamente para o meu aprendizado, seja nas aulas, seja com as orientações ao longo do mestrado, meu muito obrigada. A riqueza do conhecimento compartilhado foi indispensável para minha formação.

Também quero agradecer imensamente às minhas amigas Hevilly, Haissa, Iara, Jordânia Ingrid e Marcelle, pelo apoio constante e encorajador durante o processo de escrita desta dissertação. A presença de vocês, com suas palavras de incentivo, conselhos e disposição para ajudar, foi essencial para a conclusão deste trabalho. Sou muito grata pela amizade e pelo suporte que sempre encontrei em cada uma de vocês.

E, por fim, agradeço de coração à minha família e às minhas amigas que não foram citadas, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo suporte emocional, encorajamento e amor, especialmente nos momentos mais desafiadores. Cada gesto de apoio fez toda a diferença e me fortaleceu a seguir em frente.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) pelo apoio à pesquisa, assim como à CAPES pela bolsa de estudos. Que todos se recordem da importância da ciência para lembrar das histórias das mulheres que tiveram sua liberdade privada e resistiram às diversas opressões.

RESUMO

Nesta dissertação, identificamos que a literatura de cárcere brasileira apresenta uma escassez de obras que tratam das vozes de personagens femininas em situações de reclusão. Embora o tema do encarceramento esteja presente em vários momentos da história literária do nosso país apresentando diversos testemunhos que retratam inúmeras violências sofridas por detentos, verificamos que a produção literária das mulheres encarceradas ainda é pouco visibilizada. Esse cenário reflete a falta de estudos sobre essas autoras, o que dificulta a compreensão de como as personagens femininas são representadas na literatura de cárcere e de que maneira as vozes dessas mulheres, que viveram em um sistema pensado para homens, são retratadas. A pesquisa se propõe estudar as temáticas presentes nas obras de Vera Tereza de Jesus e Preta Ferreira, *Ela e a Reclusão: o prisioneiro poderia ser você* (1965) e *Minha Carne* – diário de uma prisão (2020), respectivamente. Definimos a seguinte questão de pesquisa para guiar esta dissertação: Quais são as principais temáticas presentes nas referidas obras analisadas que pertencem à literatura de cárcere escrita por mulheres e com personagens femininas? Assim, a questão de pesquisa surgiu dessa constatação, que aponta para a necessidade de ampliar o número de estudos sobre o encarceramento feminino, especialmente considerando o aumento alarmante do número de mulheres presas, em sua maioria negras e pobres, no Brasil nos últimos anos. A escolha desse enfoque se justifica também pela invisibilidade das mulheres no sistema prisional, o que torna relevante a discussão sobre a experiência feminina na prisão. O objetivo geral é comparar as narrativas dessas personagens femininas com base nos aspectos de raça e classe social. E para os objetivos específicos: Descrever os principais aspectos que estruturam a literatura de cárcere escrita por mulheres em contexto prisional; Analisar os recursos expressivos que representam o encarceramento de mulheres na escrita de Vera Teresa de Jesus e Preta Ferreira; Comparar a atuação das protagonistas de Jesus e Ferreira tendo como parâmetro as escrevivências desencarceradas e da escrita de si. Além disso, o estudo se apropria de conceitos como escrevivências segundo Evaristo (2020) e autobiografia de Lejeune (2008). Para desenvolver a pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa, com uma análise interpretativa-descritiva dos textos literários, dentro do escopo da literatura de cárcere e da representação das mulheres na prisão. Também elencamos como categorias de análise: a caracterização das protagonistas, os espaços de cárcere e a resistência das mulheres encarceradas. A pesquisa está organizada em três etapas: levantamento da fortuna crítica das obras e da literatura de cárcere feminina no Brasil, análise das duas narrativas separadamente e, por fim, a comparação das temáticas e representações nas duas obras.

Palavras-chave: Literatura brasileira de autoria feminina; Literatura de Cárcere; Escrevivência.

ABSTRACT

In this dissertation, we identify that Brazilian prison literature presents a scarcity of works that address the voices of female characters in situations of incarceration. Although the theme of imprisonment is present at various moments in the literary history of our country, offering multiple testimonies that depict the numerous forms of violence suffered by detainees, we observe that the literary production of incarcerated women remains largely invisible. This scenario reflects the lack of studies on these authors, which makes it difficult to understand how female characters are represented in prison literature and how the voices of these women, who have lived in a system designed for men, are portrayed. This research aims to study the themes present in the works of Vera Tereza de Jesus and Preta Ferreira, *Ela e a Reclusão: o prisioneiro poderia ser você* (1965) and *Minha Carne – diário de uma prisão* (2020), respectively. We define the following research question to guide this dissertation: What are the main themes present in the analyzed works that belong to prison literature written by women and featuring female characters? Thus, the research question of this study arose from this observation, which highlights the need to expand the number of studies on female incarceration, especially considering the alarming increase in the number of imprisoned women—mostly Black and poor—in Brazil in recent years. This focus is justified not only by the scarcity of studies on the subject but also by the invisibility of women in the prison system, making the discussion about the female prison experience highly relevant. The general objective is to compare the narratives of these female characters based on aspects of race and social class. The specific objectives are: To describe the main aspects that structure prison literature written by women in a prison context; To analyze the expressive resources that represent the incarceration of women in the writings of Vera Tereza de Jesus and Preta Ferreira; To compare the roles of the protagonists in the works of Jesus and Ferreira, using as a parameter the concept of *escrevivências* and self-writing narratives. Additionally, this study draws on concepts such as *escrevivências* (Evaristo, 2020) and autobiography (Lejeune, 2008). To develop the research, we adopt a qualitative approach, conducting an interpretative-descriptive analysis of literary texts within the scope of prison literature and the representation of women in prison. The categories of analysis include the characterization of the protagonists, prison spaces, and the resistance of incarcerated women. The research is organized into three stages: a survey of the critical reception of the works and female prison literature in Brazil, an individual analysis of both narratives, and finally, a comparison of the themes and representations in the two books.

Keywords: Brazilian Female Authored Literature; Prison Literature; Writing Experience.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	CAPÍTULO 1: A LITERATURA DE CÁRCERE	15
2.1	Algumas considerações acerca da literatura de cárcere e do sistema prisional.....	17
2.2	- Vozes da reclusão: a literatura no contexto prisional nacional	22
2.3	As obras literárias de autoria feminina de cárcere no Brasil: a escrita sobre mulheres e por mulheres	32
3.	CAPÍTULO II – ENTRE ESCRIVIVÊNCIAS, ENTRE ESCRITAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM CÁRCERE NO BRASIL.....	40
3.1	Vera Teresa de Jesus no contexto literário: um levantamento crítico	41
3.2	Autobiografia em <i>Ela e a Reclusão</i> : o prisioneiro poderia ser você (1965)	43
3.3	Ecoando vozes silenciadas: em busca da fortuna crítica de Preta Ferreira	48
3.4	Escrevivências desencarceradas em <i>Minha carne</i> : diário de uma prisão (2020)	56
4.	CAPÍTULO III: ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS DE JESUS E FERREIRA.....	82
4.1	Personagens femininas: quem são essas mulheres?	84
4.2	O espaço do cárcere: entre 1920 e 2020	95
4.3	Resistências: o lugar das mulheres que ficaram à margem	97
	REFERÊNCIAS	102

1. INTRODUÇÃO

Minha jornada acadêmica até o momento tem sido marcada por uma imersão nas questões sociais e de gênero que permeiam a realidade carcerária feminina brasileira. Durante meu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado: *Presos que menstruam*: a invisibilidade das mulheres privadas de liberdade na sociedade brasileira, sob orientação da professora doutora Maria Marta Nóbrega, pude explorar de maneira crítica e reflexiva um tema delicado e frequentemente negligenciado em nossa sociedade.

O interesse por esta temática emergiu não apenas da minha curiosidade intelectual, mas também da minha experiência pessoal e profissional. Durante minha graduação em Letras, tive a oportunidade de participar de um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado: *Vozes do golpe*, sob orientação do Professor Doutor José Edilson de Amorim - UFCG, voltado para o estudo de obras ligadas a questões de justiça social e direitos humanos, no qual aprofundei meus conhecimentos em relação as disparidades e injustiças enfrentadas por diferentes grupos sociais, especialmente mulheres em situação de encarceramento.

Ao longo da pesquisa para o meu TCC, explorei as complexas interseções entre gênero, sistema prisional e saúde, revelando como as necessidades específicas das mulheres privadas de liberdade são frequentemente invisibilizadas tanto pela sociedade quanto pelo próprio sistema judicial. Também aprofundei-me em procedimentos metodológicos que me permitiram acessar narrativas muitas vezes silenciadas, utilizando técnicas de pesquisa qualitativa que me capacitaram a compreender as experiências individuais dentro de um contexto estrutural mais amplo.

Minha trajetória como pesquisadora tem sido marcada pela dedicação à compreensão das dinâmicas de poder e das injustiças sociais que afetam esses grupos marginalizados. A execução bem-sucedida do meu TCC não apenas reforçou minha capacidade de análise crítica e argumentativa, mas também despertou um compromisso ainda maior com a pesquisa acadêmica para que por meio dela, eu possa contribuir para transformações sociais significativas.

Nesse contexto, minha dissertação de Mestrado expande o escopo do meu trabalho anterior, explorando novas dimensões das experiências das mulheres encarceradas. Por isso, minha motivação para continuar explorando esta temática reside na convicção de que a pesquisa acadêmica pode e deve desempenhar um papel crucial na divulgação dessas obras, e na

promoção de mudanças estruturais que visem a uma sociedade mais justa para todos os seus membros, especialmente aqueles que são sistematicamente negligenciados ou invisibilizados.

Na esfera da produção literária que emerge dos cárceres brasileiros observa-se uma lacuna significativa na representação das vozes femininas submersas nos meandros do sistema penitenciário. Este fenômeno reflete uma realidade na qual o Brasil, enquanto nação, ainda engatinha em termos de evolução no âmbito do direito penal, quando comparado a nações mais avançadas. Tal atraso não apenas impacta diretamente a eficácia dos processos de ressocialização dos indivíduos submetidos à privação de liberdade, mas também incide sobre o interesse público acerca dessa temática literária ímpar, resultando, por conseguinte, na falta de livros que delineiam com profundidade esse espaço carcerário, sobretudo no que tange ao protagonismo feminino.

Nessa conjuntura, na qual se destacam o atraso e a escassez de obras sob essa perspectiva, é importante ressaltar que a literatura de cárcere não deve ser interpretada como um gênero menor ou maior em relação a outros. Assim, há um valor singular em pesquisar sobre esse tema porque permite que essas mulheres sejam reconhecidas e representadas na literatura da nossa sociedade, especialmente em um cenário em que são frequentemente reduzidas ao estigma racial, social e de classe, sendo muitas vezes relegadas ao esquecimento.

Tendo em vista essas considerações, esta pesquisa foca a literatura de cárcere brasileira de autoria feminina, pois essas mulheres ainda são, em grande parte, invisibilizadas no meio literário. Afinal, nessa literatura produzida em nosso país, encontramos testemunhos de narrativas de violência, da falta de estrutura do espaço prisional e do descaso do sistema com os personagens em privação de liberdade. Contudo, em sua maioria, tratam-se de relatos recorrentemente referentes a narradores e personagens masculinos. Dessa maneira, nossa justificativa para a realização do presente estudo está ancorada na constatação de que pouco se estuda sobre essas personagens mulheres, como elas são representadas na literatura de cárcere e como têm sido retratadas as vozes femininas que vivem em um sistema prisional pensado para homens.

Para realizar esta investigação, tomamos como objeto de estudo as narrativas *Ela e a Reclusão: o prisioneiro poderia ser você* (1965), de Vera Tereza de Jesus, e *Minha Carne – diário de uma prisão* (2020), de Preta Ferreira. A escolha das obras supracitadas se baseia nas particularidades que ambas possuem, visto que são escritas por mulheres que passaram pelo cárcere, retratando a escrita de si a partir de personagens que vivenciaram experiências de privação de liberdade.

A partir da justificativa apresentada anteriormente, bem como da citada seleção das

narrativas, definimos a seguinte questão de pesquisa para guiar esta dissertação: Quais são as principais temáticas presentes nas referidas obras analisadas que pertencem à literatura de cárcere escrita por mulheres e com personagens femininas? Assim, o objetivo geral é comparar as narrativas dessas personagens femininas com base nos aspectos de raça e classe social. E para os objetivos específicos: Descrever os principais aspectos que estruturam a literatura de cárcere escrita por mulheres em contexto prisional; Analisar os recursos expressivos que representam o encarceramento de mulheres na escrita de Vera Teresa de Jesus e Preta Ferreira; Comparar a atuação das protagonistas de Jesus e Ferreira tendo como parâmetro as escrevivências desencarceradas e da escrita de si.

Baseado nesta indagação, elencamos duas categorias de análise: a caracterização das protagonistas e o espaço carcerário. Primeiramente, investigamos as caracterizações das protagonistas. Em seguida, examinamos a representação dos espaços de privação de liberdade. Também discorreremos acerca da literatura de cárcere e da escrevivência desencarcerada, especialmente no contexto das mulheres frequentemente marginalizadas. Por fim, abordamos as questões políticas que permeiam essas discussões, contextualizando a luta por direitos e reconhecimento, buscando responder à mencionada questão norteadora. Portanto, este percurso metodológico visa auxiliar no alcance dos objetivos elencados para esta pesquisa.

Esta dissertação tem suas bases ancoradas nos padrões estabelecidos para as pesquisas qualitativas, relacionando-as às técnicas de pesquisas de natureza bibliográfica. Portanto, ao longo das análises, nesta investigação,

[...] busca-se entender um fenômeno específico em profundidade. Em vez de estatísticas, regras e outras generalizações, ela trabalha com descrições, comparações, interpretações e atribuição de significados, possibilitando investigar valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupos. (Botelho, 2014, p. 18)

Partindo da noção apresentada por Antonio Candido (2011), de que a literatura é um produto social que retrata as condições de cada grupo identitário em que está inserida, a referida pesquisa organiza-se em torno de três momentos que se complementam e são norteados por abordagens relativas aos campos da Literatura de Cárcere. Nessa perspectiva, o primeiro refere-se ao espaço desta literatura, o segundo aos relatos das escritoras que se transportam para suas respectivas obras, e o terceiro, à comparação entre os textos.

A fim de atingir o objetivo proposto, recorreremos ao método comparativo para elaborar as análises das narrativas escolhidas para esta investigação. Cabe frisar que, a partir da escola americana, o mencionado método adotou um novo estilo de comparação, pois os estudiosos “[...] admitiam o estudo comparativo das obras ou autores no interior de uma literatura

nacional” (Nitrini, 1997, p. 29). Desse modo, adotamos esta metodologia para comparar as obras literárias de nossa pesquisa, ou seja, *Ela e a reclusão: o prisioneiro poderia ser você* (1965), de Vera Tereza de Jesus, e *Minha carne* – diário de uma prisão (2020), de Preta Ferreira. Assim, a escolha da literatura comparada como caminho metodológico justifica-se porque ela está:

[...] voltada não só para as investigações inter-literárias, a Literatura Comparada vai privilegiar confrontos que digam mais sobre os procedimentos textuais. É o caso, por exemplo, das comparações da literatura com os escritos históricos, que analisa a presença em ambos de esquemas narrativos semelhantes e semelhantes esquemas de compreensão. (Carvalho, 2006, p.13)

Inicialmente, começamos a investigação com uma análise do olhar externo, focando na observação do espaço e nas temáticas presentes nas narrativas em questão. Este passo envolve examinar o contexto e os elementos que formam a base das histórias, como o entorno, questões sociais, culturais ou psicológicas abordadas. Em seguida, avançamos para a comparação das caracterizações das personagens femininas nas narrativas, avaliando como cada autora constrói e desenvolve suas figuras femininas, identificando semelhanças e diferenças nas representações dessas personagens, suas ações, motivações e trajetórias dentro das histórias. Esse procedimento comparativo permite compreender as variações na forma como essas protagonistas são retratadas em diferentes contextos narrativos, ajudando a identificar as suas influências e perspectivas críticas sobre sua escrita no cárcere.

Para o desenvolvimento da pesquisa, torna-se necessária a perspectiva temporal considerando que as duas narrativas comparadas foram escritas em contextos diferentes. Partimos dos dados obtidos para estudar as marcas temporais nos enunciados dessas escritas autobiográficas, que são fortemente definidas pelas opressões de gênero e pelas violências do Estado brasileiro ao longo do tempo. É essencial que seja considerada a diferença de conjuntura e de regime do governo, principalmente em relação ao espaço do cárcere que influenciará a relação entre o teor testemunhal e a narrativa de cárcere tanto de Jesus quanto de Ferreira. Desse modo, realizamos um estudo das duas obras que abrangem o período histórico de 1920 até os dias atuais, com o objetivo de comparar as narrativas de cárcere mencionadas anteriormente.

O trabalho está dividido em três capítulos que exploram diferentes aspectos da literatura de cárcere, com foco nas narrativas de mulheres encarceradas e suas produções literárias. O primeiro, “A literatura de cárcere”, aborda as bases da literatura prisional, investigando as vozes que emergem desse contexto, incluindo a escrita de mulheres no espaço carcerário brasileiro. Este capítulo está subdividido em três seções que versam sobre a literatura no contexto prisional

brasileiro, e apresentam algumas obras literárias de cárcere. Já o capítulo 2, “Entre escrevivências, entre escritas: narrativas de mulheres em cárcere no Brasil”, mergulha nas experiências literárias de autoras como Teresa de Jesus e Preta Ferreira através da análise de suas obras: *Ela e a reclusão* (1965) e *Minha carne - Diário de uma prisão* (2020), respectivamente. Por fim, o capítulo 3, “Análise comparativa das obras de Jesus e Ferreira”, traça uma comparação entre as representações das personagens femininas nas narrativas dessas autoras, explorando o espaço do cárcere e as formas de resistência presentes nessas ficções.

Acreditamos que a relevância deste estudo reside na importância de dar visibilidade às vozes femininas frequentemente negligenciadas na literatura de cárcere brasileira, um campo literário que tem sido amplamente dominado por escritos masculinos. Ao focar nas experiências de mulheres encarceradas e na produção literária que emerge desse contexto, a pesquisa busca preencher uma lacuna significativa na literatura prisional, explorando questões de gênero, raça, classe social e as complexas interseções dessas dimensões na vivência das mulheres no cárcere. Além disso, a investigação propõe uma reflexão crítica sobre a marginalização feminina dentro do sistema penal e a maneira como as experiências das encarceradas são retratadas e representadas nas narrativas literárias, contribuindo para o reconhecimento de suas histórias e o fortalecimento de uma vertente crítica que se interessa por suas trajetórias. Ao comparar as obras de autoras como Vera Tereza de Jesus e Preta Ferreira, o trabalho também busca expandir as discussões sobre a identidade e o espaço do cárcere pelo qual essas protagonistas passam. Assim, a pesquisa não só contribui para o campo da literatura comparada, mas também promove uma reflexão sobre as transformações sociais necessárias para garantir a dignidade das mulheres em situação de encarceramento.

Na nossa pesquisa, consideramos a literatura de cárcere a partir da literatura comparada, para que seja possível analisar como os aspectos representados do processo de encarceramento variam nos diferentes períodos históricos dos livros que estamos analisando. Além disso, observa-se como as escritoras abordam tais temáticas, tidas como universais, relacionadas à prisão, como a busca por liberdade, a luta pela sobrevivência e as reflexões sobre a natureza humana, principalmente do ponto de vista de personagens femininas.

Com base nos princípios da literatura comparada examinamos como as obras das autoras ficcionalizam questões relacionadas ao cárcere, em diferentes períodos históricos, identificando semelhanças, bem como, contrastes em suas escritas literárias. Além disso, partindo do referido método investigamos também a formação da consciência social e política presentes em alguns aspectos da literatura de cárcere de autoria feminina para entender como essas narrativas contribuem para debates mais amplos dentro da literatura escrita por mulheres. Com base nisso,

podemos analisar como uma autora brasileira trata a temática de privação de liberdade no século XXI em comparação com uma escritora do século XX, buscando assim, entender as influências culturais e sociais que moldam tais representações.

Tendo em vista as questões abordadas, para discutir esta problemática, adotamos como método de análise a literatura comparada, pois está

Voltada não só para as investigações inter-literárias, a Literatura Comparada vai privilegiar confrontos que digam mais sobre os procedimentos textuais. É o caso, por exemplo, das comparações da literatura com os escritos históricos, que analisa a presença em ambos de esquemas narrativos semelhantes e semelhantes esquemas de compreensão. (Carvalho, 2006, p.13)

Para esta pesquisa, torna-se necessária a perspectiva temporal, considerando que as duas narrativas a serem analisadas e comparadas foram escritas em contextos diferentes. Partimos dos dados obtidos para analisar as marcas temporais nos enunciados dessas escritas autobiográficas, que são fortemente definidas pelas opressões de gênero e pelas violências perpetradas pelo Estado brasileiro ao longo do tempo. É essencial que seja considerada a diferença de contexto e de regime do governo, principalmente em relação ao espaço do cárcere, que influencia a relação entre o teor testemunhal e a narrativa de cárcere tanto de Vera Tereza quanto de Preta Ferreira.

Assim, a investigação da caracterização das protagonistas e dos espaços de cárcere oferece uma compreensão mais profunda das nuances presentes em cada obra. Esses elementos narrativos permitem uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder, opressão e resistência nas histórias, além de proporcionar uma visão mais detalhada das complexidades das personagens e dos ambientes que as cercam. Dessa forma, a análise desses aspectos contribui para uma apreciação mais enriquecedora das categorias elencadas, bem como das narrativas apresentadas por ambas as autoras.

2. CAPÍTULO 1: A LITERATURA DE CÁRCERE

“Cada detento uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima
Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto, eis um novo detento.”

(Racionais MC, 1997)’

A epígrafe que abre o presente estudo, foi retirada da canção “Diário de um detento”, de autoria dos Racionais MC's e está inserida no álbum *Sobrevivendo no inferno* (1997). Pensamos que os versos selecionados provocam uma reflexão profunda sobre as condições sociais que levam à criminalidade e a realidade prisional. A letra mostra que cada pessoa encarcerada carrega uma história marcada por sofrimento, abandono, miséria e violência, todas resultantes das desigualdades sociais e da falta de oportunidades. A mistura da química citada por eles é uma metáfora que indica como esses fatores são combinados para gerar um novo detento, perpetuando um ciclo de marginalização. Ao oportunizar a humanização do prisioneiro, lembrando que por trás de cada crime existe uma história de dor e vínculos afetivos, como o de uma mãe, a música critica a falência de um sistema que, em vez de buscar a reintegração e a inclusão social, opta pela punição, ignorando o contexto social que contribui para essas trajetórias. Nesse sentido, escolhi esse trecho para ilustrar o tema abordado nesta parte do trabalho.

O capítulo é dividido em três partes que examinam diferentes aspectos da literatura de cárcere e sua relação com questões de raça, gênero e classe. Os tópicos discutem essa literatura no Brasil como uma forma de resistência e de testemunho das condições desumanas nas prisões, abordando assuntos como injustiça social, repressão política e transformação pessoal. Ao longo do tempo, essa literatura progrediu, abarcando desde as resistências no período colonial até as críticas diretas nos regimes autoritários. No contexto contemporâneo, a literatura carcerária foca em questões como superlotação, violência e desigualdade social, questionando o sistema penal e as normas sociais.

Inicialmente, destacamos o papel da literatura como um espaço para dar voz às experiências marginalizadas das mulheres encarceradas e desafiar as injustiças sistêmicas, especialmente no contexto do encarceramento em massa. Em seguida, exploramos o conceito de encarceramento em massa e sua conexão com o racismo estrutural, destacando a importância de incorporar as dimensões de gênero, raça e classe na análise desse fenômeno. A partir disso, discutimos como estereótipos raciais permeiam as estruturas sociais, afetando a vida e as oportunidades das pessoas negras, especialmente as mulheres, que são frequentemente limitadas a papéis tradicionais desvalorizados socialmente. Também são citadas obras e autoras que evidenciam como essas discriminações são internalizadas e perpetuadas na sociedade, contribuindo para a marginalização e exclusão social.

A pesquisa ainda examina a representação de personagens femininas negras na literatura de cárcere, destacando a maneira que são retratadas dentro de um sistema de opressão e marginalização, exemplificando e apontando, a partir destes pontos ilustrados, a necessidade de transformações sociais profundas. Além disso, adotamos uma perspectiva interseccional, buscando compreender as desigualdades sociais ancoradas nos conceitos de raça, gênero e classe e reconhecendo a necessidade de desafiar e transformar os sistemas de opressão que perpetuam essas discriminações. Nesse

sentido, autoras como Federici são referenciadas para examinar essa relação entre sistemas de opressão e a importância de uma abordagem que vá além do reconhecimento superficial das formas opressivas.

No próximo tópico, fornecemos uma visão geral da história das prisões, destacando algumas obras teóricas que têm como foco central o tema do cárcere. Esses livros incluem *Punição e Estrutura Social* (1939), escrita por Rusche e Kirchheimer; *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão* (1975), de Michel Foucault; *Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário nos séculos XVI-XIX* (2006), de Dario Melossi e Massimo Pavarini; *A miséria governada através do sistema penal* (2006), de Alessandro de Giorgi; *Estarão as prisões obsoletas?* (2003) de Angela Davis; e *Encarceramento em massa* (2019), de Juliana Borges, entre outros.

2.1 Algumas considerações acerca da literatura de cárcere e do sistema prisional

Dentre os mecanismos que estudam a problemática do encarceramento em nosso país, destaca-se uma pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que fornece dados relevantes sobre o sistema prisional. Trata-se do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), cuja última edição foi realizada em 2019, o qual revelou que as prisões brasileiras sofrem de superlotação crônica, com uma média de 1,4 presos para cada vaga disponível. Além disso, a citada investigação destacou que a maioria dos detentos são jovens, negros e de baixa escolaridade, evidenciando a intersecção entre a violência, o racismo e a desigualdade social dentro do sistema carcerário.

Esses dados contribuem para a nossa percepção de que a literatura de cárcere no Brasil é um reflexo das questões sociais do encarceramento atual, como superlotação, violência, racismo e desigualdade. Observamos que essas temáticas são abordadas em várias obras literárias para denunciar as condições desumanas nas prisões e as consequências do sistema penal, especialmente para os mais vulneráveis, como negros e pobres. Nesse cenário, muitos escritos se expandem para discutir essas desigualdades e funcionam como uma forma de resistência, ajudando a conscientizar sobre a necessidade de reformas no sistema penitenciário.

É importante registrar que as prisões têm sua existência justificada por uma variedade de argumentos, e o sistema prisional, especialmente nos Estados Unidos da América, é fortalecido pelas conexões entre grandes corporações, governo, instituições correcionais e mídia. Esta desempenha um papel crucial na formação de concepções ideológicas que legitimam diversas formas de controle social, sendo responsável por moldar a opinião pública por meio de seus veículos de comunicação em massa.

No caso da literatura de cárcere, especialmente no tocante às produções que tratam da vivência feminina neste contexto, essa escrita se torna um espaço de resistência, onde as narrativas pessoais revelam as experiências de privação de liberdade e oferecem uma reflexão sobre os impactos do encarceramento na identidade da pessoa aprisionada. A prisão, nesta conjuntura, transforma-se não apenas em um cenário físico de confinamento, mas em um espaço psicológico e emocional limitante onde as mulheres, bem como todos os prisioneiros, se deparam com a necessidade de reconstruir ou afirmar suas identidades frente a um sistema opressor e desumanizante.

Interessa-nos salientar que a literatura de cárcere, oferece vislumbres únicos das experiências de confinamento, injustiça e transformação vivenciadas por prisioneiros. Esta forma literária revela não somente as vozes marginalizadas dentro do sistema prisional, mas também a capacidade humana de criar arte em situações desafiadoras.

Os temas abordados pela literatura de cárcere frequentemente confrontam a injustiça da instituição penal e as condições desumanas nas prisões, tornando-se testemunhos pessoais e críticas sociais que iluminam os aspectos obscuros da penitenciária. Além disso, esses escritos ilustram o processo de autodescoberta e transformação pessoal. Somado a isso, a forma como essas obras são escritas destacam as influências culturais e sociais que moldam essas expressões literárias, trazendo perspectivas diversas e únicas que refletem elementos linguísticos, culturais e temáticos específicos. Por exemplo, no livro *Carcereiros*, Drauzio Varella (2012, p.112) relata em sua narrativa um reflexo da estigmatização social, assinalando que

A única explicação para esse fenômeno está na invisibilidade social reservada aos excluídos. Todos os dias chegavam detidos e saíam em liberdade dezenas de homens, muitos dos quais responsáveis pelos sequestros, assaltos e homicídios que roubam a tranquilidade das ruas. Como essa “escória social” tem suas origens na periferia da cidade, bairros e vilas por onde um bem nascido jamais se aventura, seus membros enfrentam preconceito duplo: o primeiro por viver fora da lei, o segundo por ser pobre. Se tiverem pele escura, então, a discriminação será tripla.

A crítica contundente de Varella ao sistema prisional brasileiro, destaca sua crueldade e suas possíveis falhas. O trecho aponta a invisibilidade social dos marginalizados, especialmente os moradores de periferias, que enfrentam duplo preconceito por serem pobres e, muitas vezes, negros. O autor também faz uma reflexão sobre a desconexão entre as classes socioeconômicas, onde os mais privilegiados ignoram as condições das áreas periféricas. Além disso, ressalta como os detidos, mesmo envolvidos em crimes graves, são estigmatizados como “escória social”, reforçando a discriminação de raça e de classe. O texto ainda revela como as desigualdades são perpetuadas por

meio de distinção econômica e racial.

Constatamos que esta literatura, por um lado, enfrenta desafios significativos, incluindo censura por parte das autoridades prisionais que muitas vezes exige soluções criativas para contornar essas restrições. Por outro, promove a conscientização sobre as realidades prisionais, fomentando debates sobre justiça penal e reforma prisional. No final das contas, a história e a historiografia da literatura de cárcere revelam a resiliência humana perante a adversidade, ampliando nossa compreensão da condição humana e da luta pela liberdade, mesmo em circunstâncias de confinamento.

Observamos que a literatura de cárcere no Brasil, enraizada na história do país, não somente reflete as vivências individuais dos detentos e detentas, mas também espelha as complexas dinâmicas sociais e políticas. A exploração da história e da historiografia desse gênero literário no contexto brasileiro destaca narrativas que trazem à tona desafios, resistência e uma luta pela voz em um ambiente adverso, principalmente quando as personagens são femininas.

Desde o período colonial, os prisioneiros brasileiros têm utilizado a escrita como meio de expressão, um legado que persistiu até o século XIX com a produção de poemas e cartas nas prisões imperiais, muitas vezes, abordando temas sobre injustiça social e repressão. Durante a época da colonização, alguns autores escreviam como uma forma de fuga ou de resistência à opressão imposta pelo sistema colonial. Um exemplo é Tomás Antônio Gonzaga, que, após ser preso em Moçambique, escreveu *Marília de Dirceu*, uma obra que mistura o seu contexto prisional com um forte tom de nostalgia e saudade da vida fora da cadeia. Em um dos versos citados, ele exprime o contraste entre as horas amargas na prisão e as felicidades de sua terra natal: "Que diversas que são, Marília, as horas/ que passo na masmorra imunda, e feia, dessas horas felizes, já passadas / na tua pátria aldeia!" (Gonzaga, 1997. p. 126)

No entanto, as obras dessa época, como as de Gonzaga, apresentam uma abordagem lírica, focada em temas como o amor e a saudade, ao mesmo tempo que refletem sobre a condição humana em um contexto de dor e confinamento. Elas são, geralmente, mais voltadas para o sentimentalismo e a nostalgia, contrastando com as produções literárias posteriores, que, ao longo do tempo, passaram a discutir de maneira mais explícita questões políticas e sociais.

Já no século XIX, a literatura de cárcere evolui para uma forma mais direta de denúncia das injustiças sociais e da repressão política, em um momento em que a sociedade brasileira ainda estava moldando sua identidade. Nesse sentido, a produção de poetas e escritores como Gonçalves Dias que enfrentou o confinamento, foi significativa.

No período da Era Vargas (1930-1945), a literatura de cárcere se entrelaçou com os movimentos modernistas e de vanguarda. Graciliano Ramos, por exemplo, escreveu *Memórias do*

cárcere (1953) após ser preso durante o Estado Novo. Nesta narrativa, o escritor traça uma crítica profunda à repressão política e ao abuso do poder, usando uma linguagem de sofrimento, mas também de resistência. Assim, sua obra, reflete as condições de opressão e repressão de um período de censura e violência política. Nessa perspectiva, a literatura ganha, então, um caráter mais comprometido com a denúncia.

Raquel de Queiroz, autora pioneira da literatura de cárcere, no romance *João Miguel* (1932) também aborda o drama da prisão, especialmente o sofrimento do indivíduo diante da repressão. Seu livro coloca em evidência o impacto psicológico da prisão, focando em temas como solidão, angústia e a luta interna do personagem, refletindo um momento de profundas transformações sociais e políticas no Brasil.

Posteriormente, durante a ditadura militar (1964-1985), com o aumento da repressão política e da detenção de opositores, a literatura de cárcere desempenha um papel importante para a construção de formas de resistência, documentando as violações de direitos humanos e as experiências dos prisioneiros políticos. A influência de Graciliano Ramos exerce um papel crucial na formação deste gênero na literatura brasileira, oferecendo uma visão intensa das condições prisionais e da luta por dignidade.

Verificamos que a literatura de cárcere no Brasil pós-ditatorial expandiu-se para abordar uma variedade de temas, tais como a superlotação carcerária, a violência e sua interseção com o racismo e a desigualdade. Dessa maneira, enquanto as obras do período colonial estavam mais voltadas à reflexão subjetiva, à saudade e ao amor, as produções do século XIX e do início do século XX começaram a adotar uma abordagem mais política, crítica e realista, tratando das condições de repressão e das questões sociais e humanas em um país que passava por intensas mudanças. Em suma, a literatura de cárcere deixou de ser apenas uma expressão de sofrimento pessoal e passou a ser uma forma de resistência política, conforme exemplificado pela escritura de Graciliano Ramos e de Raquel de Queiroz.

Apesar dos desafios enfrentados pelos autores detentos para serem ouvidos, tanto os projetos literários dentro das prisões quanto vários esforços para promover essa escrita têm ampliado o reconhecimento desse gênero, fornecendo meios para os apenados compartilharem suas histórias. Nesse sentido, a literatura de cárcere brasileira contribui para a reflexão sobre o sistema prisional, impulsionando discussões sobre justiça, reabilitação e direitos humanos, humanizando os prisioneiros enquanto expõe as falhas do sistema. Essas iniciativas contribuem para ampliar o reconhecimento da literatura de cárcere, promovendo debates importantes sobre o sistema prisional, justiça, reabilitação e direitos humanos. Ao humanizar os prisioneiros e expor as falhas do sistema, a literatura de cárcere brasileira desafia a sociedade a refletir sobre o sistema penal e a buscar

soluções mais justas e humanas para a questão da punição e da reabilitação dos indivíduos em conflito com a lei. Em última análise, essa história e historiografia revelam um panorama literário profundamente enraizado na cultura e na história do Brasil, desafiando a sociedade a refletir sobre o sistema penal e a busca por justiça social.

Para compreender essa problemática, é preciso investigar as múltiplas dimensões do sistema prisional. Uma das publicações que se tornaram referência desse assunto é *Punição e estrutura social* (1939), dos autores Rusche e Kirchheimer, a qual foi publicada pela Escola de Frankfurt e editada pela Columbia University Press de Nova York. Esse livro desempenhou um papel significativo nos estudos sociológicos sobre o sistema penal, principalmente aqueles desenvolvidos sob uma perspectiva marxista. No texto, os autores argumentam que o objetivo principal do sistema prisional da época era romper o senso de identidade e comunidade das classes menos privilegiadas por meio do encarceramento em massa.

Outra produção de grande impacto nos estudos sociológicos sobre o cárcere é *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (1975), do filósofo francês Michel Foucault. Neste escrito, Foucault introduziu o conceito de "microfísica da disciplinarização dos corpos", que teve um efeito significativo na forma como a sociedade ocidental pensava e implementava políticas sociais. A visibilidade que Foucault trouxe para esse tema desencadeou questões relacionadas ao cárcere, especialmente em língua inglesa, na qual a influência da Escola de Frankfurt, mencionada anteriormente, também era evidente, uma vez que essas criações buscavam contribuir com o estudo da justiça penal.

Ademais, os estudos de Pierre Bourdieu colaboraram para a ampliação da compreensão do sistema prisional em outras esferas. Por exemplo, em seu livro *Sobre a televisão* (1997), o estudioso analisa como o jornalismo exerce influência na política de encarceramento ao projetar a chamada "violência simbólica" por meio da TV. Ele sustenta que a televisão funciona como um instrumento que cria uma realidade social, conduzindo a uma crescente dependência da mídia na descrição e prescrição do mundo social. Bourdieu (1997) também postula que a mídia e os meios de comunicação projetam uma "violência simbólica" ao enfatizar certas situações ou eventos, com o objetivo de manipular informações e influenciar a opinião pública. Esse fenômeno é um reflexo da maneira como a mídia molda a percepção da sociedade sobre a realidade.

No Brasil, programas sensacionalistas de temática policial, como *Cidade alerta* e *Brasil urgente*, contribuem para a estigmatização da população mais pobre, promovendo a cultura de marginalização dessa parcela da sociedade. Isso ocorre enquanto indivíduos envolvidos em crimes de colarinho branco frequentemente recebem tratamento diferenciado, sendo

favorecidos pelo sistema. Atualmente, a internet e as redes sociais desempenham um papel significativo ao levar diversas pautas políticas e sociais ao conhecimento da sociedade. No entanto, conforme sugerido no texto *A nova mídia*, por Dizard (2000), essa abordagem pode proporcionar tanto liberdade quanto incompetência para lidar com os complexos desafios da democracia pós-industrial.

Por sua vez, em *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário nos séculos XVI-XIX* (2006), os sociólogos italianos Dario Melossi e Massimo Pavarini descrevem a origem do sistema penitenciário, que se desenvolveu a partir de casas de trabalho e casas de correção. Em sua opinião, esses espaços marcaram a articulação das formas de disciplina e de produção em massa.

Já Alessandro de Giorgi, em *A miséria governada através do sistema penal* (2006), destaca como o capitalismo, ao longo do tempo, contribuiu para a criminalização da pobreza. Giorgi também analisa o surgimento das casas de trabalho, mencionadas anteriormente por Melossi e Pavarini (2006), as quais eram vistas como uma forma de forçar as massas a se adaptarem ao modo de produção capitalista, que era uma novidade na época.

Recentemente, Tatiana Chiaverini (2009), em sua dissertação de mestrado, intitulada a *Origem da pena de prisão* (2009), traz à tona reflexões sobre a história de origem desse sistema, observando que na transição da Idade Média para a Idade Moderna, ou seja, no período pré-capitalista, a sociedade via a prisão como uma instituição processual na qual os indivíduos eram condenados a castigos corporais, penas de morte e outras formas de punição, em vez de privação de liberdade. As prisões nessa época serviam principalmente para deter os indivíduos, não como um meio de puni-los por seus atos.

Acreditamos que esses textos fornecem percepções valiosas sobre a evolução das prisões e do sistema penal ao longo da história, destacando a interseção entre questões de classe, gênero e raça, como abordamos no tópico a seguir.

2.2 - Vozes da reclusão: a literatura no contexto prisional nacional

Para as reflexões acerca da história e da historiografia literária, tomamos como base o livro *Literatura e Sociedade* (2006), de Antônio Cândido, o qual explora as conexões entre literatura e contextos sociais. Embora seu foco seja amplo, é possível relacionar as ideias xpostas pelo crítico com a literatura de cárcere feminina brasileira. Neste estudo, o autor destaca a literatura como reflexo do mundo, questionamento e interação com a sociedade. Também investiga como as obras literárias são moldadas pela história, relações sociais e condições de vida. Pensamos que essas premissas podem ser aplicadas à literatura de cárcere feminina, pois as vivências das personagens privadas de

liberdade, que convivem diariamente com injustiças, gênero e desigualdades, se refletem nessas obras.

Ademais, é possível relacionar o trabalho de Cândido (2006) com a literatura de cárcere feminina através de uma análise sociocultural que demonstra como as narrativas das mulheres encarceradas refletem as desigualdades de gênero, raça e classe na sociedade. Cabe frisar que o autor enfatiza que a literatura deve ser entendida dentro de seu contexto social. Nessa ótica, as obras dessas autoras revelam as condições que moldam suas experiências, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais em jogo.

Outro aspecto importante é a questão das vozes silenciadas. Geralmente, as autoras da literatura de cárcere feminina oferecem plataformas para narrativas que, historicamente, foram marginalizadas. Assim, ao compartilhar suas histórias, elas contestam estereótipos e revelam experiências não convencionais, contribuindo para a diversidade do discurso literário e para a inclusão de perspectivas que frequentemente não são ouvidas.

Por isso, a consciência histórica presente na literatura de cárcere feminina promove uma reflexão crítica sobre as condições sociais que levam ao encarceramento. É importante registrar que Cândido (2006) argumenta que a literatura pode catalisar transformações sociais. Nesse sentido, ao abordar temas de resistência e empoderamento, as obras das mulheres encarceradas não apenas documentam a opressão, mas também inspiram ações e mudanças que visam a reforma das políticas prisionais. Assim, a literatura se torna um espaço de resistência e transformação.

Além disso, nos interessa salientar que no mencionado estudo, Cândido sublinha a importância da relação entre a produção literária e o contexto sociocultural em que ela surge. O autor argumenta que a literatura não é apenas uma expressão artística, mas também um reflexo das condições sociais, políticas e econômicas de sua época. Esse fato está diretamente ligado a literatura de cárcere escrita por mulheres, que, assim como as obras analisadas por ele, é moldada por seu ambiente e pelas particularidades de gênero.

Observamos que as autoras dessa literatura abordam questões sociais relevantes como maternidade, frequentemente explorando a dor da separação e o impacto do encarceramento na relação com os filhos. A violência, tanto no contexto da prisão quanto na vida fora dela, é outra temática central, revelando as dinâmicas opressivas que as mulheres enfrentam. Ademais, o empoderamento e a busca por identidade são temas recorrentes, no qual as autoras utilizam a escrita como uma forma de resistência e afirmação de suas experiências.

Partindo da compreensão de Cândido (2006) da literatura como um espelho da sociedade, notamos que a literatura de cárcere feminina também expõe as injustiças e as desigualdades de gênero, proporcionando uma visão crítica das realidades enfrentadas pelas mulheres encarceradas.

Ao unir essas discussões, o trabalho sobre a literatura de cárcere feminina pode se beneficiar de suas reflexões, enriquecendo a análise das narrativas com um olhar atento às interseções entre literatura, sociedade e gênero. Na obra do referido autor, são destacadas as vozes literárias marginalizadas pela desigualdade social enquanto a literatura de cárcere feminina amplifica vozes silenciadas pelo sistema prisional, desafiando sua frequente invisibilidade e marginalização.

Consideramos que a relação entre a compreensão histórica de Cândido (2006) e a literatura de cárcere feminina reflete sua visão de que a literatura é um espelho das experiências sociais. Afinal, o autor argumenta que as obras literárias, incluindo aquelas produzidas em contextos de opressão, expressam as condições vividas por diferentes grupos, incluindo as mulheres. Dessa forma, a literatura de cárcere feminina não apenas documenta as injustiças enfrentadas, mas também revela as particularidades das vivências e lutas dessas autoras, contribuindo para um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais e históricas que moldam a produção literária.

Interessa-nos ainda salientar que, ao discutir a função social da literatura, o crítico postula que "A produção literária é sempre uma resposta às condições sociais de sua época, refletindo as lutas e as aspirações de seus protagonistas." (Cândido, 1995, p.82). Isso se conecta diretamente à literatura de cárcere feminina, que emerge como uma forma de resistência e um meio de enriquecer a compreensão das realidades enfrentadas por essas mulheres. Nessa ótica, "A literatura é um modo de conhecimento do mundo, uma reflexão das condições sociais e históricas que moldam a experiência humana." (Cândido, 1995, p.45). Desse modo, é capaz de capturar as complexidades das experiências humanas em contextos sociais e históricos específicos.

Essa perspectiva se aplica à literatura de cárcere feminina, a qual não apenas narra as vivências das mulheres detentas, mas também aborda as questões de gênero e as dinâmicas de opressão que moldam essas experiências. Assim, essas obras oferecem uma visão profunda das realidades enfrentadas por essas mulheres, enriquecendo nossa compreensão das interseções entre literatura, sociedade e história. A literatura de cárcere feminina é resistência e transformação, na qual autoras expressam realidades, conexões e voz coletiva tal qual o texto de Cândido (2006) que assinala como a literatura gera mudanças.

No contexto da literatura de cárcere escrita por mulheres, a decolonialidade se manifesta na busca por narrativas alternativas que desafiem os estereótipos tradicionais e ofereçam uma nova perspectiva sobre a experiência do encarceramento. As autoras dessa literatura não se contentam em reproduzir as visões hegemônicas; ao contrário, elas exploram as complexidades de suas vidas, trazendo à tona questões de gênero, raça, classe e identidade.

Essas narrativas são fundamentais para esse conceito, pois proporcionam uma voz às experiências frequentemente silenciadas. Elas não somente contestam as narrativas dominantes

sobre o encarceramento, mas também revelam as histórias de resistência e empoderamento das mulheres detentas. Ao fazer isso, contribuem para a construção de um espaço literário que reconhece e valoriza saberes e vivências que foram historicamente marginalizados.

Verificamos que, a partir dos anos 2000, o Brasil vivenciou um aumento significativo na publicação de livros sobre a temática do cárcere, com editoras lançando diversos livros sobre esse assunto de diversos ângulos que foram amplamente vendidas. Esse crescimento na produção literária focada em experiências carcerárias tem provocado mudanças nas preocupações sociais, políticas e culturais sobre o encarceramento. Entre as obras publicadas, destacam-se: *Diário de um detento*: o livro (2001), de Jocenir; *Sobrevivente André du Rap* (do Massacre do Carandiru) (2002), de André du Rap e Bruno Zeni; *Memórias de um sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes; *Vidas do Carandiru: histórias reais* (2002), de Humberto Rodrigues; *Estação Carandiru* (1999), de Drauzio Varella e *Sobrevivendo no Inferno* (1997) dos Racionais MCs.

Pensamos que a literatura de cárcere no Brasil, enraizada na história do país, não somente reflete as vivências individuais da população encarcerada, mas também espelha suas complexas dinâmicas sociais e políticas. A exploração da história e historiografia desse gênero literário no Brasil revelou narrativas que trazem à tona desafios, resistência e uma luta pela voz em um ambiente adverso.

Apesar dos desafios enfrentados pelos autores encarcerados para serem ouvidos, iniciativas literárias dentro das prisões e esforços para promover a escrita têm aumentado a visibilidade desse gênero, proporcionando que as encarceradas compartilhem suas histórias. Essa literatura alimenta debates sobre o sistema prisional, estimulando discussões sobre justiça, reabilitação e direitos humanos, ao mesmo tempo em que humaniza as prisioneiras e expõe as lacunas do sistema. Em última análise, essas obras revelam um cenário literário profundamente enraizado na cultura e na história do Brasil, desafiando a sociedade a repensar o sistema penal e a buscar a justiça social.

Observamos um aumento significativo na produção literária de autores encarcerados no Brasil, que abrange uma ampla gama de gêneros literários, incluindo poesia, ficção, ensaios e contos, além da escrita de memórias e diários. Esse crescimento pode ser atribuído a diversos fatores, tais como a disponibilidade de programas educacionais nas prisões, o reconhecimento da literatura como um instrumento de reabilitação e expressão, e o apoio de organizações que promovem a escrita e a publicação de detentos.

Verificamos que muitos desses autores exploraram a vida nas prisões e as complexidades do sistema prisional brasileiro. Para ilustrar esta produção, foram selecionadas 5 obras literárias que abordam a literatura carcerária no sistema prisional brasileiro, tendo como critério de escolha aquelas que tiveram mais impacto no cenário literário do referido gênero. Vale a pena ressaltar que essa

seleção abrange diversos contextos e períodos históricos.

A primeira narrativa é intitulada *Memórias do cárcere* (1953), publicada postumamente no ano de 1953. Neste livro, Ramos descreve os horrores e a desumanidade da prisão, a repressão política, a convivência com outros prisioneiros e o impacto psicológico de sua detenção. Ele também faz reflexões sobre a sociedade e a política brasileira da época. Atualmente, sua obra tornou-se referência da literatura brasileira de cárcere por abordar questões políticas, sociais e humanas, além de oferecer um olhar crítico sobre um período conturbado da história do Brasil.

Para evidenciar esta problemática, selecionamos um trecho que descreve as condições de prisão e apresenta algumas reflexões do autor sobre sua experiência:

Se exibíssemos ao público as amabilidades imprevistas, acabaríamos por tornar a cadeia um lugar desejável, mostraríamos convivência infeliz com os nossos opressores. Da vaga narrativa que me flutuava no espírito resolvia-me a afastar uma bondade suspeita. Reconsiderarei a falta de sinceridade estragaria sem dúvida a história. Afinal o bom trato que me concediam ressaltava os dias intermináveis de jejum, o sono curto no chão molhado, a ficha amarela, as grosserias de selvagens bêbedos. Impossível esquecer o porão do Manaus e a Colônia Correcional. Achava-me doente, arrasado, vivia com uma teimosa resistência. O guarda zarolho confessara abertamente o desejo de matar-nos. A oferta do major, as xícaras de café e a paciência do velho Marques não eliminavam esse desígnio sinistro. (Ramos, 1953, p.392)

Esta passagem retrata de maneira vívida e impactante a experiência do autor dentro do ambiente carcerário. A monotonia descrita revela não apenas a rotina desoladora da prisão, mas também a apatia que pode se instalar nos prisioneiros diante de sua situação de encarceramento. Nesse excerto, o carcereiro é caracterizado como uma figura sinistra, personificando a opressão que paira sobre eles, enquanto as celas são descritas como refúgios que, paradoxalmente, se transformam em prisões mentais.

A descrição do frio penetrante à noite ressalta a solidão e o abandono enfrentados pelos detentos, evidenciando a dureza do ambiente prisional. No entanto, é na adversidade que o autor encontra um profundo significado para a luta pela liberdade, a qual transcende a mera busca pelo livramento físico e se estende ao livre direito do pensamento, expressão e identidade. Também reconhece seu próprio conflito como parte de um esforço maior pela libertação de todos que são vítimas do sistema opressivo.

Em síntese, a mencionada citação reflete não somente a experiência individual do escritor, mas também lança luz sobre questões mais amplas relacionadas aos direitos humanos, à justiça social e à resistência contra a opressão. É um testemunho poderoso da resiliência

humana e da busca incessante pela liberdade e dignidade, mesmo nas condições mais adversas.

O segundo livro selecionado, intitulado: *Sobrevivendo no inferno* (2002), de autoria dos Racionais MCs, é uma coletânea de letras de músicas do grupo de rap brasileiro, as quais abordam questões sociais, políticas e culturais que afetam as comunidades marginalizadas no Brasil, contemplando temas como desigualdade, violência policial, racismo e pobreza. Além disso, a antologia inclui comentários e reflexões sobre as canções, proporcionando um estudo mais aprofundado sobre as mensagens e críticas que os artistas desejam transmitir. As análises elaboradas pelo grupo servem como uma expressão importante da cultura de resistência das comunidades marginalizadas no Brasil. Para exemplificar essa visão, no "Capítulo 4, versículo 3" da referida obra, os autores constroem um discurso que combina aceitação e acolhimento, mas também impõe um rigor necessário para sua interpretação, pois assinalam que a salvação da alma está atrelada ao compromisso do sujeito em seguir o caminho "pelo certo", conforme destacado no trecho a seguir:

A mudança de linguagem do professor autoritário para a do pastor - marginal transforma também a função dessa palavra, portadora de uma verdadeira teologia da sobrevivência. É uma palavra de salvação que não mais se dirige ao Estado ou a qualquer outra instância externa à própria comunidade. Ela é caminho de salvação, desde que aquele que a escute compreenda e aceite os caminhos do proceder periférico. Seu objetivo maior é formar os sujeitos para a construção de uma ética comunitária que os permita viver a "vida loka" - o estado geral de precarização das condições de existência marcadas pelo risco iminente e pela contingência - sem desandar, ou seja, permanecendo vivos. (Racionais, p.32, 1997)

O excerto acima aborda a transformação da linguagem de um discurso autoritário para uma comunicação mais próxima da vivência marginal, simbolizada pelo "pastor-marginal". Essa mudança implica uma palavra que, em vez de ser imposta de fora (como pelo Estado ou por figuras de autoridade), passa a ser uma maneira de resistir e sobreviver dentro da própria comunidade. A palavra torna-se um guia para os sujeitos viverem na precariedade das condições sociais, sendo uma "teologia da sobrevivência" que busca manter a vida e a dignidade em um contexto de violência e risco constante, focando na construção de uma ética comunitária que permita aos membros da periferia "não desandarem" diante das adversidades.

O grupo, por meio de suas letras, cria uma forma de resistência e sobrevivência, destacando a realidade das comunidades marginalizadas no Brasil. Tal como o discurso do "pastor-marginal", a música dos Racionais busca formar sujeitos críticos, capazes de compreender e aceitar as duras realidades da "vida loka", um estado de precarização no qual a sobrevivência depende de manter-se vivo e íntegro diante dos riscos constantes.

Por fim, selecionamos a trilogia de livros de prisão escrita pelo médico Drauzio Varella, que

revelam uma visão profunda do sistema carcerário brasileiro e das experiências dos detentos e das detentas.

O primeiro volume da trilogia, *Estação Carandiru* (1999), é baseado nas experiências do autor no presídio de Carandiru, em São Paulo. A obra narra as histórias de vários homens privados de liberdade, destacando aspectos distintos de suas vidas, tais como seus crimes, relacionamentos e desafios enfrentados na prisão. Em seu livro, Drauzio Varella aborda a superlotação, a violência, as condições de vida precárias e a falta de assistência médica adequada no sistema prisional. Ele também destaca a humanidade dos presos e as relações complexas que se desenvolvem dentro dos muros da penitenciária.

A segunda produção do escritor, *Carcereiros* (2014), explora a vida dos agentes penitenciários que trabalham nas prisões brasileiras, os quais tiveram seus depoimentos de experiências, desafios e a relação com os detentos compartilhados por Drauzio Varella. O citado livro oferece um olhar sobre o trabalho perigoso e estressante desses profissionais, bem como as complexidades do sistema carcerário brasileiro.

Na terceira obra, intitulada *Prisioneiras* (2017), o autor mergulha nos relatos pessoais das detentas do Brasil. Ele descreve as vidas das prisioneiras, incluindo detalhes sobre seus crimes, famílias, desafios e sonhos. A narrativa também lança luz sobre as duras condições de vida nas prisões para mulheres, destacando a superlotação, a falta de assistência médica adequada e os problemas de saúde enfrentados por elas, como o HIV e a tuberculose.

A referida obra aborda questões sensíveis, como a maternidade nas prisões, a violência doméstica que muitas detentas sofreram e a constante luta por sobrevivência e dignidade no sistema prisional. Drauzio Varella também explora o impacto do encarceramento na saúde mental das mulheres. Além de contar as histórias individuais das prisioneiras, o escritor enfatiza a urgência de reformas no sistema penitenciário brasileiro, especialmente nas unidades femininas. Em síntese, *Prisioneiras* (2017) sensibiliza os leitores para as complexas realidades enfrentadas pelas mulheres encarceradas e ressalta a importância de discutir questões de gênero e justiça social no contexto do sistema carcerário brasileiro. No trecho a seguir, nota-se que, embora homem, o autor joga luz sobre as necessidades afetivas das encarceradas de uma forma bem humanizada:

Em onze anos de trabalho voluntário na Penitenciária Feminina, nunca vi nem soube de alguém que tivesse passado uma noite em vigília, à espera do horário de visita. As filas são pequenas, com o mesmo predomínio de mulheres e crianças; a minoria masculina é constituída por homens mais velhos, geralmente pais ou avôs. A minguada ala mais jovem se restringe a maridos e namorados registrados no Programa de Visitas Íntimas, ao qual as presidiárias só conseguiram acesso em 2002, quase vinte anos depois da implantação nos

presídios masculinos. Ainda assim graças às pressões de grupos defensores dos direitos da mulher. (Varella, 2017, p. 33)

Vale a pena sublinhar que a última publicação de Drauzio Varella foca especificamente a realidade do encarceramento feminino no Brasil, oferecendo uma visão crucial sobre as mulheres que vivem no sistema prisional. A obra é uma continuação do trabalho desenvolvido na trilogia que já abordou o sistema carcerário masculino em outras publicações, mas em *Prisioneiras* (2017), o autor desloca seu olhar para a vida das apenadas, suas histórias, sofrimentos e desafios específicos. Em seu livro, Varella revela a invisibilidade delas dentro do sistema, as quais, muitas vezes, são esquecidas pela sociedade e pela própria justiça. Através desses relatos, o livro traz à tona questões de violência de gênero, saúde mental, maternidade e os estigmas sociais que elas carregam ao longo de suas vidas e após o encarceramento.

Pensamos que os livros da trilogia de Drauzio Varella indicam a necessidade de reformas no sistema carcerário e promovem uma compreensão mais profunda das questões sociais relacionadas à prisão e ao sistema de justiça criminal no Brasil. Já a última narrativa, contribui significativamente para essa discussão ao expor como as desigualdades de gênero e a precariedade das prisões afetam de maneira única e dolorosa as detentas. Com isso, o autor não apenas denuncia as falhas do sistema, mas também abre um espaço para que as encarceradas possam ser ouvidas, incentivando o debate sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e humanas no tratamento das prisioneiras em todo o sistema de justiça penal.

Além disso, consideramos que a literatura carcerária tem um peso social e político significativo, abordando questões criminais, desigualdade, racismo e as condições precárias das prisões. Acreditamos que as obras literárias de autores encarcerados sensibilizam a opinião pública e promovem discussões sobre reformas no sistema prisional. No entanto, o crescimento do cenário literário de cárcere também enfrenta desafios, tais como a falta de acesso a recursos educacionais nas prisões e a estigmatização dos escritores privados de liberdade.

Em última análise, por meio desses livros, o contexto literário de cárcere no Brasil evidencia a importância deste tipo de escrita como uma forma de dar voz aos invisíveis e promover mudanças sociais e políticas. A literatura produzida nas prisões não apenas enriquece o acervo literário brasileiro, mas também desafia a sociedade a refletir sobre questões urgentes de justiça, igualdade e direitos humanos.

Pensamos que os impactos dessas produções podem variar desde relatos autobiográficos até ficções que exploram questões sociais e políticas relacionadas à prisão, as quais são significativas para a sociedade brasileira. Dessa maneira, oferecem uma oportunidade para uma reflexão mais profunda sobre as condições prisionais, a eficácia do sistema de justiça criminal e as maneiras de

abordar questões relacionadas à criminalidade e reinserção social.

Os envolvidos neste processo literário, onde ocorreu um aumento expressivo das produções sobre o cárcere, desempenham um papel importante na sensibilização do público em relação às questões do sistema prisional, contribuindo para debates mais amplos sobre reforma penitenciária e direitos humanos. Além disso, as histórias contadas por autores encarcerados podem ajudar a humanizar aqueles que muitas vezes são estigmatizados pela sociedade.

Neste contexto, um dado importante é o fato de que em abril de 2024, no Rio de Janeiro, foi formada a Academia Brasileira de Letras do Cárcere (ABLC), composta por detentos do nosso sistema prisional. Inicialmente, seis prisioneiros foram escolhidos para ocupar cadeiras na academia, sendo que um dos critérios para a seleção era a publicação de pelo menos um livro, embora a qualidade da obra não tenha sido um fator decisivo. Atualmente a ABLC tem 20 cadeiras, das quais apenas 4 são ocupadas por mulheres, mostrando uma disparidade de gênero na composição da ABLC. Assim, estes números revelam que há uma sub-representação das mulheres em cargos ou posições de destaque dentro dessa academia. Dentre essas ocupantes, temos exemplos notáveis de superação e ativismo que transcendem os limites do sistema prisional e se consolidam como vozes poderosas no cenário literário e social.

Uma das acadêmicas é Indianarae Alves Siqueira, que ocupa a cadeira nº 7 – Oscar Wilde, uma travarcar e transativista de 53 anos, natural de Paranaguá, Paraná, e residente no Rio de Janeiro. Com uma vida marcada pela militância pelos direitos LGBTQIAPN+, é fundadora do Grupo Filadélfia da Baixada Santista e uma das principais responsáveis pela construção da ANTRA e da RedeTrans Brasil. Além de sua atuação como presidente do Grupo Transrevolução e da Rebraca LGBTQIAPN+, ela é idealizadora de importantes projetos voltados para a inclusão de pessoas trans, como o pré-vestibular PreparaNem e a CasaNem. Sua produção literária se destaca por abordar temas de resistência, identidade e direitos humanos, promovendo a visibilidade e valorização da diversidade. Ela publicou em 2024 o livro “*Indianarae Siqueira: uma vida em DesTransição*”.

Outra integrante é Amanda Karoline, responsável pela cadeira nº 11 – Esperança Garcia, que se tornou um símbolo de resistência na luta contra a violência doméstica e familiar. Natural do Rio Grande do Norte, cumpriu pena após ser condenada pela morte de seu ex-marido, um ato que foi precedido por anos de abusos. Durante sua prisão, ela escreveu o livro *Tambaba, a prisão* (2018), no qual compartilha sua trajetória de dor, sobrevivência e superação. Sua obra é um apelo à conscientização sobre a violência contra as mulheres e se tornou uma produção importante para sensibilizar a sociedade sobre a urgência de combater a violência doméstica.

Já na cadeira nº 12 – Lélia Gonzalez, encontramos Maria Auxiliadora Santos, uma mulher que, após um passado marcado pelo envolvimento com o tráfico de drogas e crimes, encontrou na

fé e no cristianismo um caminho que mudaria sua vida para sempre. Nascida em Salvador, enfrentou dificuldades financeiras que a levaram ao mundo do crime, mas, após sua prisão, teve a oportunidade de recomeçar. Sua história de superação, exemplificada pela mudança de vida após se converter à religião, inspira mulheres em situações semelhantes, sendo um testemunho poderoso da capacidade de reinvenção.

Por fim, Gih Trajano, ocupante da cadeira nº 17 – Ângela Davis, é uma poetisa, slammer e escritora que, durante seu encarceramento, encontrou na poesia uma forma de resistência e expressão. Nascida em Suzano, São Paulo, recorreu a arte para transformar sua vivência dentro do sistema prisional. Seu livro *Quem Saberá Perder* (2021) traz a história de Angélica, uma mulher negra que, após cometer um crime, se vê confinada no cárcere. A autora se destacou no slam e usa sua escrita como resistência e reflexão sobre a marginalização das apenadas, especialmente aquelas em situações de exclusão.

Interessa-nos assinalar que a formação da academia surgiu da iniciativa do desembargador aposentado Siro Darlan, que notou que a leitura é um hábito comum entre os detentos, sendo inclusive um meio para diminuir o tempo das penas. De acordo com a Lei de Execuções Penais, presos que leem e escrevem resenhas de livros podem diminuir suas condenações em até quatro dias por obra resenhada, com um limite de 12 livros por ano, permitindo uma redução de até 48 dias anuais. A ação simboliza o reconhecimento da literatura e da leitura como um meio de reintegração e reflexão dentro do contexto prisional.

Dessa forma reconhecer a literatura e a leitura como caminho de reintegração e reflexão dentro do contexto prisional ganha um sentido ainda mais profundo quando se observa o papel das obras literárias de autoria feminina de cárcere no Brasil. Essas narrativas, não só representam as experiências de mulheres encarceradas, mas também funcionam como uma forma de resistência e de autoexpressão, permitindo que as vozes dessas apenadas sejam ouvidas dentro de um sistema que frequentemente as marginaliza.

Essas produções literárias, ao mesmo tempo que documentam as vivências do cárcere, contribuem para uma compreensão mais crítica e aprofundada das dinâmicas de gênero e da violência estrutural enfrentada pelas encarceradas no sistema prisional. Assim, a literatura de autoria feminina de cárcere brasileira, ao ser valorizada, reafirma a importância da leitura e da escrita como meios de transformação pessoal e social. Nesse sentido, as obras de mulheres que estiveram privadas de liberdade são um espaço de reintegração, reflexão e, sobretudo, resistência, fazendo com que a literatura se torne um meio crucial para questionar e transformar as realidades do sistema carcerário brasileiro, conforme discutimos a seguir.

2.3 As obras literárias de autoria feminina de cárcere no Brasil: a escrita sobre mulheres e por mulheres

A situação das mulheres encarceradas no Brasil é marcada por uma série de desigualdades e condições desumanas que revelam a vulnerabilidade desse grupo dentro do sistema prisional. De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a população feminina carcerária tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, o que tem gerado uma sobrecarga nas unidades prisionais destinadas às mulheres, que já enfrentam estrutura precária e superlotação. Além disso, as mulheres presas no Brasil são majoritariamente negras, pobres e vítimas de uma violência histórica e estrutural. Esse contexto agrava a realidade de um sistema penitenciário que, na maioria das vezes, não oferece condições mínimas de dignidade, com situações de saúde precárias, alimentação insuficiente e falta de programas de reabilitação.

Ademais, segundo Silva (2021) em seu trabalho de conclusão de curso “*Presos que menstruam: a invisibilidade das mulheres privadas de liberdade na sociedade brasileira*”, as encarceradas enfrentam dificuldades que não afetam igualmente os homens, como a separação de seus filhos e o desafio de manter vínculos familiares em um contexto de privação de liberdade. Muitas dessas mulheres têm sido criminalizadas por situações de pobreza, dependência química ou envolvimento em atividades ilícitas, sendo muitas vezes impulsionadas por circunstâncias sociais adversas. A maternidade é um tema central nesse cenário, já que muitas presas são responsáveis pela criação de seus filhos, o que as coloca em uma situação de vulnerabilidade emocional, além das limitações impostas pela prisão. Ademais, as dificuldades de acesso a cuidados médicos adequados, a violência sexual e institucional dentro do sistema prisional e a falta de políticas públicas eficazes para o enfrentamento dessas questões contribuem para o agravamento das opressões dessas mulheres, que frequentemente são invisibilizadas pela sociedade e pelo próprio sistema penal.

Acreditamos que a literatura emerge como um espaço fundamental para dar voz às experiências de pessoas marginalizadas e desafiar as injustiças sistêmicas, principalmente no contexto do cárcere. Ao explorar a intersecção entre raça, gênero e classe na literatura de cárcere, somos confrontados com narrativas complexas e multifacetadas que nos convidam a refletir sobre as desigualdades sociais e a luta por justiça e equidade.

No contexto da literatura de cárcere, surge um conceito crucial que suscita reflexões profundas: como abordado no livro *Encarceramento em massa* (2016) por Borges. A autora evidencia a estreita ligação entre o racismo estrutural e o excessivo aprisionamento da população negra. Em seu estudo, ela enfatiza a necessidade de incorporar as dimensões de gênero e raça na análise do encarceramento em massa de nosso país ressaltando que “[...] por

serem corpos historicamente perpassados pelo controle e pela punição, devido ao passado escravocrata brasileiro, discutir encarceramento articulado à questão de gênero passa por abarcar diversos e complexos fatores" (Borges, 2016, p. 20).

Paralelamente, Lélia Gonzales, em *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), no capítulo intitulado "Racismo e sexismo na cultura brasileira", lança luz sobre a caracterização da mulher negra na sociedade brasileira, evidenciando os estereótipos arraigados que as circundam. Por meio de uma análise crítica, a autora desvela como os preconceitos raciais permeiam as estruturas sociais, afetando a vida e as oportunidades das pessoas negras.

Segundo a escritora, para a sociedade racista o homem negro geralmente é visto como uma ameaça e a mulher negra é caracterizada como serviçal e prostituta. A estudiosa problematiza esta questão no seguinte fragmento:

Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (Gonzales, 2020, p. 69)

Na citação acima, a autora expressa como os estereótipos raciais são internalizados e perpetuados na sociedade, resultando em injustiças estruturais que afetam especialmente as pessoas negras. Ela destaca como os menores negros são automaticamente estigmatizados como criminosos, devido à associação preconceituosa entre a cor da pele e a criminalidade, ignorando completamente suas circunstâncias individuais e as barreiras sistêmicas que enfrentam. Da mesma forma, as mulheres negras são limitadas a papéis estereotipados e desvalorizados, relegadas a ocupações precárias e vistas como incapazes de aspirar a algo mais.

Além disso, o recorte revela como esses preconceitos são enraizados nas estruturas sociais e culturais, refletindo-se na maneira como as pessoas negras são tratadas pela polícia, pelos meios de comunicação e pela sociedade em geral. Ao rotular automaticamente essas pessoas como criminosas ou prendê-las em ocupações de baixo *status*, esses estereótipos perpetuam a marginalização e a exclusão social, contribuindo para a manutenção de desigualdades profundamente arraigadas.

É importante destacar que a crítica não apenas descreve a realidade enfrentada por muitas pessoas negras, mas também lança luz sobre a urgência de se confrontar e dismantelar os sistemas de opressão que perpetuam esses estereótipos e limitações. Ao reconhecer e desafiar

esses preconceitos arraigados, podemos começar a construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua cor da pele ou origem étnica.

No contexto literário brasileiro, as personagens negras muitas vezes enfrentam desafios similares ao que foi descrito por Scholze na sua obra, *A mulher na literatura: gênero e representação* (2002), sendo retratadas dentro de um imaginário patriarcal que impõe limitações e expectativas específicas sobre seus papéis sociais e destinos. Embora haja uma grande gama de produções literárias que exploram a diversidade da experiência negra no Brasil, grande parte delas reflete essa dinâmica de opressão e marginalização.

Portanto, quando pensamos na caracterização de personagens femininas negras, principalmente dentro da literatura de cárcere, e na preformação de suas vivências, é imprescindível examinarmos o imaginário da sociedade patriarcal, uma vez que, geralmente,

[...] as personagens que ousam transgredir as leis impostas pelas instituições encarregadas de manter a ordem das coisas são punidas com finais infelizes, solidão, autonegação da felicidade, reconhecimento do fracasso no desempenho do papel que lhes foi confiado pela sociedade. (Scholze, 2002, p.181)

O trecho destacado aponta para uma realidade bastante presente em muitas narrativas artísticas, especialmente na literatura, cinema e televisão, nas quais personagens negras são frequentemente retratadas dentro de um imaginário patriarcal que impõe limitações e expectativas estereotipadas sobre seus papéis e comportamentos.

Um exemplo marcante é o conto *A Escrava* (1887), de Maria Firmina dos Reis, que narra a vida de uma escrava no Brasil do século XIX, abordando o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no cativeiro. A escritora mistura a narrativa realista com uma forte crítica social, revelando as relações de poder e exploração típicas do sistema escravagista. A história é contada a partir da perspectiva da protagonista, que vive sob um regime de opressão, onde sua dignidade e liberdade são constantemente negadas.

A personagem principal, embora forte, sofre com as humilhações e a ausência de liberdade que lhe são impostas. Esse conto é uma produção profundamente emotiva e crítica à escravidão no Brasil. Publicado em 1887, é um dos primeiros textos abolicionistas escritos por uma mulher no país. A literatura narra a dolorosa experiência de uma mulher submissa chamada Joana, que vive a brutalidade do sistema escravagista, explorando não apenas os abusos físicos e psicológicos que ela sofre, mas também os traumas emocionais causados pela separação de seus filhos.

O conto é uma crítica direta ao sistema de escravidão e à indiferença dos senhores de

escravos, que tratam suas "propriedades" como mercadorias, sem considerar sua humanidade. A separação de Joana de seus filhos, Carlos e Urbano, é um dos pontos centrais da história, pois exemplifica a crueldade da prática de vender crianças para longe de suas mães, um ato que desestruturava as famílias negras escravizadas e rompia os laços afetivos entre elas.

A narrativa também evidencia a luta de resistência, simbolizada pela figura da abolicionista que acolhe Joana e seu filho Gabriel, oferecendo-lhes proteção, carinho e até mesmo a liberdade. Essa personagem se torna a voz da compaixão e da luta contra a opressão, desafiando o sistema escravocrata ao defender a liberdade de Gabriel, que é reconhecido como livre ao final da história.

O desfecho do conto traz um elemento de justiça simbólica. Apesar de a morte de Joana ser dolorosa e trágica, o fato de Gabriel conquistar sua liberdade é um pequeno consolo para a mãe. A última atitude de resistência contra a opressão é a vitória da abolicionista, que não só protege o menino, mas também o liberta legalmente, fazendo frente ao poder do senhor Tavares, que representa a classe escravocrata e seus valores desumanos.

A criação de Maria Firmina dos Reis é um exemplo de literatura engajada e um marco importante na luta contra a escravidão no Brasil. Ao abordar a dor e a resistência das vítimas da escravidão, o conto sinaliza uma mensagem de empatia, coragem e esperança, ao mesmo tempo em que denuncia as injustiças do sistema escravista.

Esses exemplos ilustram como as personagens negras no contexto literário brasileiro muitas vezes são retratadas dentro de um sistema de opressão e marginalização, onde aqueles que ousam desafiar as normas impostas pelas instituições sociais são punidos com finais infelizes, solidão e reconhecimento do fracasso no desempenho do papel que lhes foi confiado pela sociedade. Essas produções não apenas refletem as injustiças sociais e estruturais enfrentadas pelas pessoas negras, mas também apontam para a necessidade de transformações sociais profundas e o fim da opressão racial.

Outro fator importante a ser considerado neste estudo é a relação das personagens femininas negras na literatura de cárcere, as quais estão conectadas pela maternidade, seja apenas como filhas ou mães. Por isso, também deve-se considerar como estas vozes e personagens femininas são perpassadas pela maternagem, bem como pelos rótulos e papéis impostos pela sociedade patriarcal. Segundo a teoria feminista da vertente do feminismo anticapitalista, o corpo da mulher tem uma grande importância, em todos os seus aspectos, para a sociedade capitalista, principalmente em relação à maternidade, sexualidade e o parto. Segundo a autora, neste contexto, “[...] o corpo pode ser tanto uma fonte de identidade quanto uma prisão.” (Federici, 2017, p.34).

Quando se estuda as personagens femininas na literatura de cárcere, deve-se pensar e refletir sobre o conceito de feminização da pobreza (Pearce, 1978). Essa definição decorre, segundo a autora, por meio de um processo no qual a mulher, geralmente com filhos, passa a não ter mais a figura do provedor, que seria representada pelo companheiro que se ausenta da responsabilidade do sustento da família; e tem que, sozinha, assumir esse papel. Em grande parte das vezes, são as mulheres negras que estão nessa situação. A esse respeito, no âmbito da literatura de cárcere, observa-se que uma boa parcela das personagens representadas por esse gênero ocupam este lugar, pois “[...]a pobreza está rapidamente se tornando um problema feminino” (Pearce, 1978, p. 28)

Focando na história do encarceramento feminino nos debruçamos sobre a obra *Calibã e a bruxa* (2017), de Silvia Federici, que examina a relação entre o sistema capitalista e o sistema patriarcal para compreender a persistente misoginia nas práticas institucionais e nas relações entre homens e mulheres. Neste livro, Federici (2017) conduziu uma análise da história das mulheres durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Ela destacou o ocultamento daquelas que foram perseguidas e queimadas nas fogueiras sob acusações de bruxaria. A autora ressaltou que a caça às bruxas raramente é mencionada na história do proletariado, o que provavelmente se deve à invisibilidade dada pelos historiadores a esse genocídio histórico. Isso ocorre, em parte, porque a maioria das vítimas na Europa eram indivíduos do sexo feminino da região rural, desprovidas de recursos materiais. Essa tentativa de apagamento contribuiu para a aceitação da brutalidade com que elas eram tratadas, sendo, inclusive, torturadas e queimadas vivas.

A autora também problematizou a maneira como os corpos das mulheres foram transformados em instrumentos de opressão, tornando-se alvo de violência, racialização e gênero pelo sistema capitalista. Além disso, Federici (2017) analisou a intersecção entre o sistema capitalista e o patriarcado para compreender a misoginia que continua a caracterizar as práticas institucionais e as relações de gênero. Segundo a estudiosa, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres foram cada vez mais marginalizadas pelo sistema. Nesta conjuntura, elas organizaram motins para proteger seus direitos em relação às suas vidas e corpos, mas suas conquistas foram cada vez mais restringidas até serem limitadas a papéis de cuidadoras do lar, reprodutoras e esposas. Em sua opinião essa situação pode ser explicada por meio do conceito de "patriarcado do salário" que descreve a total dependência destas em relação aos homens, já que tinham poucas oportunidades de emprego e não podiam possuir heranças.

Federici (2017) ainda assinala que a relação de poder entre o Estado e a Igreja desempenhou um papel fundamental na proibição e perseguição do mulheril que desafiava o sistema. Para este, havia duas categorias de mulheres: aquelas que eram perseguidas e exterminadas e aquelas que eram

protegidas e preservadas. Nessa perspectiva, a autora relata que durante o período das caças às bruxas, a população feminina era tratada de forma misógina. Além da violência que sofriam, se fossem presas, eram obrigadas a pagar as despesas de sua prisão. Quando não podiam pagar, os custos eram cobertos pela comunidade local ou pelo proprietário de terras. Registra que estes julgamentos por bruxaria eram caros e podiam durar meses, proporcionando trabalho para muitas pessoas.

De acordo com a estudiosa, embora não se saiba ao certo o número de mulheres que foram vítimas das caças às bruxas devido à escassez de dados históricos, estima-se que tenham sido mais de 200 mil. Muitas delas foram executadas, enquanto outras morreram nas prisões devido às torturas sofridas ou cometeram suicídio. Constatamos que o trabalho de Federici aborda questões cruciais para a compreensão da opressão das mulheres na sociedade capitalista e destaca a resistência feminina diante dos mecanismos de dominação. Afinal, o corpo feminino desempenha um papel fundamental na maternidade, na sexualidade e no parto, tornando-se uma área de luta e opressão que é central para o feminismo. A crítica também enfatiza como o aspecto físico de uma mulher pode ser simultaneamente uma fonte de identidade e uma prisão, enfatizando sua importância e complexidade para as feministas.

Notamos a partir dessas leituras que as autoras de literatura de cárcere feminina buscam reconfigurar as narrativas dominantes, desafiando estereótipos e representações negativas, enquanto denunciam as injustiças do sistema prisional. Essa conexão entre os temas e abordagens nos permite compreender melhor como a literatura de cárcere feminina no Brasil contribui para debates mais amplos sobre colonialidade, interculturalidade e descolonização, oferecendo uma perspectiva única e vital para entender as complexidades da experiência das mulheres encarceradas.

A literatura de cárcere escrita por mulheres no Brasil traz à luz narrativas singulares que não só exploram a complexidade do encarceramento, mas também revelam as experiências específicas das detentas. A história e a historiografia dessa expressão literária oferecem uma visão profunda da vida por trás das grades e das vozes frequentemente silenciadas das mulheres sob detenção.

Para uma compreensão mais ampla e profunda dessas experiências, tomamos como base a perspectiva interseccional para uma interpretação ancorada na equidade, que busca “[...] ir além do mero reconhecimento dos diversos tipos de sistemas de opressão que operam por meio dos conceitos de raça, gênero e classe, e que parte dessas classificações para fortalecer as desigualdades sociais” (Bilge, 2009, p. 70).

Apesar de historicamente menos documentadas em comparação à literatura carcerária

masculina, muitas vozes femininas emergiram nas últimas décadas, como Jesus(1964) com *Ela e a reclusão*; Queiroz (2015) com *Presos que menstruam*; Ferreira (2022) com *Minha Carne*, entre outras. Autoras detentas, como Jesus (1964) e Ferreira (2022) compartilham suas experiências pessoais e sociais por meio da escrita, abordando questões de gênero, maternidade, violência e injustiça, como observamos nos capítulos de análise.

Esse tipo de literatura frequentemente reflete as lutas únicas que as encarceradas enfrentam, examinando a interseção entre gênero e sistema penal. A interseção entre gênero e encarceramento é um tema recorrente e de grande relevância, especialmente quando abordado na literatura produzida por mulheres aprisionadas. Essas obras oferecem uma visão íntima e profunda das lutas únicas enfrentadas pelas detentas, destacando as complexidades da experiência feminina no sistema prisional (Godinho, 2024). Um dos aspectos mais significativos explorados é a maternidade nas prisões. Muitas dessas mulheres compartilham experiências de ser mãe enquanto estão privadas de liberdade, enfrentando dilemas emocionais e desafios práticos. Entre outras questões, elas discutem o impacto da separação de seus filhos, os desafios de criar uma criança em um ambiente hostil e as lutas constantes para manter os laços familiares, apesar das barreiras impostas pelo sistema penal (Assunção, 2021).

Além disso, as obras literárias de cárcere abordam os desafios emocionais e físicos enfrentados pelas mulheres encarceradas, tais como o abuso, a violência, a saúde mental e a falta de acesso a cuidados médicos adequados. Muitas personagens relatam suas batalhas para manter a dignidade e a sanidade em um ambiente frequentemente desumanizador e traumatizante (Ferreira, 2024). A busca por identidade em um ambiente hostil também é uma temática central, pois as encarceradas enfrentam marginalização não apenas como prisioneiras, mas também como mulheres em uma sociedade que frequentemente as estigmatiza e marginaliza. Em suas narrativas, elas exploram temáticas que abrangem autoestima, autoaceitação e resistência, buscando afirmar sua humanidade e sua voz, mesmo diante das adversidades impostas pelo encarceramento (Silva, 2018).

No geral, a literatura de cárcere escrita por mulheres oferece uma perspectiva profundamente pessoal e comovente sobre a interseção entre gênero e sistema penal. Essas obras são testemunhos poderosos das lutas e da resiliência das mulheres encarceradas, desafiando estereótipos e provocando uma reflexão crítica sobre as injustiças do sistema prisional e as desigualdades de gênero na sociedade (Evaristo, 2005). Muitos desses escritos retratam histórias de sobrevivência e resiliência, oferecendo *insights* sobre as estratégias usadas pelas detentas para enfrentar as adversidades, construir redes de apoio e manter a esperança. Apesar das dificuldades adicionais que enfrentam, como a falta de acesso a materiais de escrita,

censura e estigmatização, essas autoras demonstram uma determinação inabalável em compartilhar suas histórias e transmitir suas experiências (Silva, 2018).

As autoras de cárcere frequentemente abordam temas universais, como amor, solidão e amizade, ao mesmo tempo em que exploram as realidades únicas de suas vidas nas prisões. Suas histórias não apenas lançam luz sobre as condições do sistema prisional, mas também se conectam com questões de feminismo e justiça social, desafiando estruturas opressivas e questionando estereótipos sociais. Ademais, as vozes dessas autoras não ressoam apenas nas prisões, mas também além delas, gerando um impacto empoderador que se estende à sociedade em geral. Em suma, a literatura escrita por mulheres em detenção contribui para um diálogo mais amplo sobre gênero, justiça e direitos humanos, promovendo uma reflexão crítica sobre as desigualdades e injustiças que permeiam o sistema prisional no Brasil (Godinho, 2024).

No próximo capítulo, aprofundamos essa reflexão ao explorar como as autoras dessas obras utilizam a escrita como uma forma de resistência, buscando narrar suas experiências pessoais e coletivas dentro do sistema prisional, ao mesmo tempo em que questionam as estruturas de poder que as oprimem. Neste ponto, analisamos a forma como essas mulheres se apropriam da escrita para dar voz a suas histórias, ressaltando as interseções entre a vivência no cárcere e as narrativas de liberdade e resistência que emergem de suas escrevivências encarceradas

3. CAPÍTULO II – ENTRE ESCRIVIVÊNCIAS, ENTRE ESCRITAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM CÁRCERE NO BRASIL

“Diante das histórias que incomodam, a escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. E no campo da literatura é essa provocação que vai ser feita da maneira mais poética possível.” (Evaristo, 2020)

A fala de Conceição Evaristo expressa na epígrafe que inaugura este capítulo foi retirada de uma entrevista feita por Tayrine Santana para o Itaú Social em São Paulo em 2020. Sua declaração destaca a função provocadora da escrevivência, uma prática literária que busca chamar a atenção para as realidades e histórias que incomodam a sociedade. Ao afirmar que a escrevivência "quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia", a escritora aponta a literatura como um espaço de resistência e afirmação das vozes silenciadas, especialmente das mulheres negras. A autora reconhece que, ao abordar temas difíceis e muitas vezes ignorados, como a opressão, o racismo e a desigualdade social, a escrita torna-se uma forma de denúncia que visa instigar uma reflexão profunda sobre as estruturas sociais e injustiças existentes. A maneira "poética" como isso é feito não diminui a força da mensagem, mas a torna mais impactante, acessível e envolvente. Nesse sentido, Evaristo (2020) sublinha que a literatura, seja escrita ou oral, tem o poder de provocar transformações tanto no indivíduo quanto na coletividade, reforçando a importância da escrita como um instrumento de emancipação e fortalecimento das comunidades marginalizadas. Assim, pensamos que esta perspectiva pode ser produtiva para a interpretação da literatura de cárcere de autoria feminina.

Para desenvolver o presente estudo, delimitamos como técnica de análise, o método comparativo, contrastando as duas obras que são objeto de análise desta pesquisa, ou seja, *Ela e a Reclusão – O prisioneiro poderia ser você* (1965), de Vera Tereza de Jesus, e *Minha carne - diário de uma prisão* (2020), de Preta Ferreira, ambas autoras brasileiras. A elaboração deste trabalho ocorre de forma metódica, começando pela apresentação da bibliografia crítica, onde são examinadas as principais perspectivas e interpretações acadêmicas referentes ao tema abordado. Depois, realiza-se uma análise de cada obra, investigando seus pontos principais, temas e contribuições. Por último, faz-se uma leitura comparativa, com o intuito de examinar as semelhanças e divergências entre as obras no que se refere à caracterização dos personagens e a representação dos espaços do cárcere, possibilitando uma compreensão mais abrangente das discussões e implicações de cada texto no contexto examinado.

Desse modo, esse percurso metodológico busca contribuir para o alcance dos objetivos propostos. No tópico a seguir, expomos um levantamento da fortuna crítica de Teresa de Jesus e Preta Ferreira.

3.1 Vera Teresa de Jesus no contexto literário: um levantamento crítico

Quando investigamos os estudos sobre a obra de Vera Teresa de Jesus, identificamos duas publicações de autoria de Luciana Vinhas, professora pesquisadora da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. A primeira é o artigo intitulado “Primeiras notas sobre o teor testemunhal em *Ela e a reclusão*: O condenado poderia ser você”, de Vera Tereza de Jesus, que explora as características testemunhais da obra. que está presente na revista *Letras de Hoje*, v. 57 n. 1 (2022): Volume Único / Dossiê: Literatura do Confinamento, publicada em 17-11-2022.

O artigo citado inicia-se contextualizando a produção de *Ela e a reclusão* (1965) e pondera acerca de questões relacionadas ao teor testemunhal e a sua narrativa de cárcere, problematizando o título do livro e as marcas temporais presentes na escrita autobiográfica. A análise conclui que a narrativa molda o tempo e o testemunho, entrelaçando passado, presente e futuro no estilo da escritora. O texto de Jesus se destaca na historiografia literária brasileira por representar a realidade da vida na prisão durante a ditadura civil-militar, segundo Vinhas (2022). Em sua opinião, a mencionada obra foi um evento significativo na literatura brasileira.

O segundo trabalho de Vinhas é um resumo intitulado: “Direitos humanos, literatura e discurso: *Ela e a reclusão*”, que foi publicado em 31.12.2022, na edição v. 7 n. 1 (2022): nos *Anais do VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. Nesse texto a autora busca analisar discursivamente a obra *Ela e a reclusão*: o condenado poderia ser você, de Vera Tereza de Jesus, considerada a primeira autora brasileira a produzir literatura de cárcere por meio da escrita de si. Compreendendo a literatura como um direito, o foco recai sobre a natureza testemunhal da obra e sua relação com o funcionamento jurídico-político-ideológico que influencia os discursos sobre Direitos Humanos. Em sua análise ela explora a teoria de Louis Althusser sobre Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelho Repressivo para entender como as prisões contribuem para a manutenção da ideologia dominante. Analisando as regularidades semântico-discursivas na escrita da autora, o estudo examina a relação entre subjetividade, Estado e Direito, realçando a reprodução das relações de exploração capitalistas e de opressão. Em seu trabalho, Vinhas (2022), destaca que a obra de Jesus é considerada um acontecimento na historiografia literária brasileira, não apenas pelo seu caráter testemunhal, mas também pela denúncia do funcionamento do sistema jurídico-político-ideológico que perpetua violências para manter as divisões sociais.

Com base nos dados apresentados, a análise dos dois estudos conduzidos por Luciana Vinhas sobre *Ela e a reclusão* proporciona uma compreensão da relevância e da complexidade da narrativa literária no contexto do cárcere. A primeira investigação, publicada na revista *Letras de Hoje*, destaca a sua abordagem testemunhal, contextualizando sua produção e explorando as relações entre tempo, testemunho e a própria escrita da autora. Sua conclusão ressalta a antecipação da literatura marginal de cárcere e a importância significativa da obra de

Tereza na historiografia literária brasileira, especialmente ao retratar a realidade prisional durante a ditadura civil-militar.

O segundo estudo, apresentado nos anais do VII Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, aborda a literatura como um direito e se concentra na natureza testemunhal da obra de Tereza de Jesus. Ao utilizar a teoria de Louis Althusser, o estudo ressalta a relação entre a produção literária e o funcionamento jurídico-político-ideológico, evidenciando como as prisões contribuem para a manutenção da ideologia dominante. O texto também explora as relações entre subjetividade, Estado e Direito, apontando para a reprodução das relações de exploração capitalistas e de opressão. Conclui-se que a narrativa de Jesus não apenas testemunha a realidade do cárcere, mas também denuncia ativamente o sistema que perpetua violências para manter as divisões sociais.

Em conjunto, esses estudos ressaltam a importância da obra de Vera Tereza de Jesus não apenas como uma expressão literária singular, mas como um poderoso testemunho de denúncia e resistência. Em suma, o referido livro proporciona uma compreensão mais abrangente das complexidades envolvidas na produção literária no cárcere, enriquecendo o entendimento da literatura brasileira contemporânea e seu impacto na historiografia literária do país.

No próximo tópico, investigamos os trabalhos sobre *Minha carne*: diário de uma prisão, pois trata-se de outra publicação relevante para a compreensão do desenvolvimento da literatura de cárcere de autoria feminina no Brasil.

3.2 Autobiografia em *Ela e a Reclusão*: o prisioneiro poderia ser você (1965)

Para desenvolver a análise do livro de Jesus por meio do conceito de Autobiografia, não podemos deixar de beber na fonte da obra de Philippe Lejeune, teórico francês e referência no estudo desse conceito. Em seu livro *O Pacto Autobiográfico* (2008), o autor propõe uma definição do gênero, estabelecendo as condições necessárias para que uma obra seja considerada autobiográfica, tal como a identidade compartilhada entre autor, narrador e personagem. O texto é fundamental para compreender os parâmetros que delimitam o gênero e as implicações dessa relação de identidade, sendo essencial para a reflexão sobre a construção da autobiografia como uma forma literária. O autor explica que o termo "autobiografia" foi introduzido da Inglaterra no início do século XIX e passou a ser utilizado em dois sentidos. O sentido adotado por ele foi aquele apresentado por Larousse, em 1886: "vida de um indivíduo escrita por ele próprio".

A autobiografia é uma forma literária única que permite ao autor explorar profundamente sua própria vida, experiências e sentimentos. Ao escrever sobre si mesmo, o autor não só compartilha suas vivências, mas também oferece uma análise pessoal e subjetiva de sua jornada. Esse tipo de relato não se limita a eventos ou ações, mas frequentemente mergulha nas emoções, reflexões e transformações internas do autor ao longo do tempo. A autobiografia permite, assim, uma compreensão mais íntima da pessoa, pois é construída a partir de uma perspectiva única, onde o sujeito tem controle total sobre a forma como sua história é contada. Além disso, a autobiografia também reflete o impacto de contextos sociais, culturais e históricos na formação da identidade do autor, permitindo que ele se posicione diante de seu próprio passado e da sociedade que o cerca.

Ao contrário da biografia, que é escrita por outra pessoa e tende a ser mais objetiva e distanciada, a autobiografia oferece ao autor a liberdade de moldar sua narrativa de acordo com suas próprias perspectivas e objetivos. Embora algumas autobiografias sigam uma estrutura cronológica, outras adotam uma abordagem mais livre, permitindo que o autor se desvie da linha do tempo em favor de temas ou momentos específicos que considera mais relevantes. Essa flexibilidade também dá margem para a inclusão de diferentes formas de registro pessoal, como cartas, diários, fotos e outros documentos, criando uma narrativa rica e multifacetada. Em muitos casos, a autobiografia é não apenas uma reconstrução do passado, mas uma ferramenta para o autor trabalhar sua memória, suas lembranças e até mesmo as contradições e lacunas da sua história. A busca por entender o presente e projetar uma imagem de si mesmo também é um aspecto importante dessa forma literária, já que a autobiografia muitas vezes visa atender a uma necessidade de validação, reconhecimento ou até mesmo reinterpretação da identidade do autor em relação ao que ele deseja comunicar para os outros.

Após um estudo aprofundado, Lejeune (2008, p. 14) define a autobiografia como: "Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade." Com base nessa definição, Lejeune (2008), propõe quatro categorias que uma obra deve preencher para ser considerada uma autobiografia.

A linguagem do texto, que é a narrativa, apresentada em prosa, o que permite uma construção fluída dos acontecimentos e sentimentos. O assunto tratado aborda a vida individual da protagonista, explorando sua história pessoal e sua personalidade. A situação do autor é marcada pela identidade de um autor cujo nome pode remeter a uma pessoa real, e o narrador também possui uma identidade que pode ser próxima ou até mesma da do autor. A posição do narrador é relevante, pois a identidade do narrador e do personagem principal se entrelaçam,

com a protagonista narrando sua própria história. A narrativa segue uma perspectiva retrospectiva, em que a personagem reflete sobre os acontecimentos passados, proporcionando uma análise mais profunda e madura das experiências vividas.

Obras que atendem apenas parcialmente a essas categorias não podem ser classificadas como autobiografias, mas sim como gêneros próximos, como memórias, biografias, diários, entre outros. No entanto, para que uma obra seja considerada uma autobiografia, é necessário que ela preencha todas as categorias mencionadas e que haja uma relação de identidade entre autor, narrador e personagem. Para Lejeune (2008, p. 24), esse é um critério essencial: autor, narrador e personagem devem compartilhar a mesma identidade, o que define não só a autobiografia, mas também outros gêneros da literatura íntima, como diário, auto-retrato e auto-ensaio. Caso o critério de identidade não seja cumprido, mesmo que a história pareça ser a do autor, a obra não pode ser classificada como autobiografia. Segundo Lejeune (2008, p. 24), isso ocorre porque a autobiografia "pressupõe, em primeiro lugar, uma identidade assumida na enunciação, sendo a semelhança produzida pelo enunciado totalmente secundária".

Este é o caso da obra *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você* (1967), de Vera Tereza de Jesus, que é um marco na literatura carcerária brasileira, apresentando um relato em primeira pessoa sobre a vivência feminina no sistema prisional. Com um forte caráter testemunhal, a narrativa oferece uma perspectiva profunda sobre os desafios enfrentados por mulheres privadas de liberdade.

A protagonista descreve uma infância marcada pelo abandono e pela falta de orientação, o que a leva a tomar decisões impulsivas e a se envolver com o crime desde cedo. Aos 8 anos, já se considerava "uma pequenina revoltada, voluntariosa e de decisões próprias" e, nessa idade, afirma que já era "uma refinada ladrazinha". Inicialmente rouba por necessidade, depois por vício e hábito, e, enfim, por profissão. Sua narrativa evidencia como a ausência de apoio familiar impacta negativamente o desenvolvimento emocional e social da criança, refletindo uma busca por controle e sobrevivência em um ambiente negligente.

A transformação do roubo em "profissão" demonstra como o abandono infantil pode gerar escolhas que perpetuam padrões negativos, fazendo do crime uma adaptação ao contexto de privação e falta de direcionamento. A carência de suporte familiar e de recursos adequados muitas vezes leva essas meninas a buscar alternativas para se afirmar e sobreviver, resultando no envolvimento com o crime.

A relação conflituosa com a mãe é um ponto central na narrativa. A protagonista afirma que sua mãe "era quase minha inimiga, pois constantemente repetia: Você não é minha filha, não gosto de você...". Essa rejeição e distanciamento emocional geram grande insegurança na

filha, afetando sua autoestima e seu senso de pertencimento. A ausência de afeto e o abandono expostos nesse trecho refletem a dor de uma filha que, além de enfrentar essa ruptura afetiva, é rejeitada de forma verbal e constante, agravando o sofrimento psicológico e a sensação de exclusão.

A narrativa também aborda a tensão entre a protagonista e o contexto autoritário e desumanizante representado pela delegacia. O delegado, figura central da autoridade no local, demonstra não ter uma solução adequada ou humanizada para a situação da personagem, uma criança infratora, recorrendo a uma solução que reforça a despersonalização e a marginalização da jovem: "Ao anoitecer, minha presença ali foi um grande problema. Não tinham um lugar adequado para eu ficar. O delegado procurava uma solução para a minha permanência na delegacia até vir uma escolta que me levasse para o Juizado de Menores. Afinal resolveu: - Leve-a para o destacamento dos soldados."

Esse deslocamento ilustra a falha das instituições em fornecer um espaço digno e respeitoso, refletindo a desvalorização da subjetividade e dignidade da protagonista. A ausência de um lugar adequado destaca a precariedade e a frieza do sistema de justiça que, ao invés de buscar uma solução que respeite os direitos da criança ou adolescente, simplesmente a coloca em um local que evoca opressão, controle e desumanização. Esse fragmento pode ser lido como uma crítica ao sistema institucional de repressão, que muitas vezes desconsidera as necessidades emocionais e sociais dos indivíduos em conflito com a lei, especialmente jovens em situação de vulnerabilidade.

Em seu relato, a protagonista revela o sofrimento, abandono e busca por pertencimento que vivenciou em sua infância. Sua relação conflituosa com a mãe é um dos pontos centrais da narrativa. Ela confessa que "minha mãe, que era a única que poderia entender-me, não o fizera" (Jesus, 1967, p.26). Sua reflexão aprofunda a sensação de rejeição e desamparo. Afinal, a mãe, que deveria ser a principal fonte de apoio e compreensão, aparece como uma figura indiferente, incapaz de oferecer o suporte emocional que a personagem desesperadamente necessita. Essa ausência de vínculo materno agrava sua crise de identidade e a sensação de solidão. O questionamento subsequente – "por que agora outras estranhas haveriam de entender-me?" – reforça sua descrença na possibilidade de encontrar empatia e acolhimento no mundo exterior. Essa passagem evidencia como a falta de laços afetivos sólidos pode levar à alienação emocional e à dificuldade de estabelecer relações de confiança.

A trajetória da personagem é marcada pela vivência em espaços que privam sua liberdade. Após a sua estadia em uma cadeia pública é levada para um centro de menores e depois é internada em um manicômio quando era criança. Nesses lugares, manifesta uma crise

espiritual expressa na passagem "[...] onde estava esse Deus que não via isso, por que não me protegia? por que não me via Ele, que tudo via, por que não olhava para mim?" (Jesus, 1967, p.29). Sua declaração reflete uma profunda angústia existencial. A dor de se sentir ignorada tanto pela mãe quanto por Deus intensifica seu senso de abandono. A revolta contra a divindade, vista como "falsa e hipócrita", não apenas expressa sua descrença na justiça divina, mas também evidencia sua frustração com um mundo que perpetua desigualdades e sofrimento. Esse trecho reforça um dos temas centrais da obra: a luta entre a necessidade de acreditar em algo e a dura realidade de um sistema que falha em oferecer proteção e dignidade aos mais vulneráveis.

A experiência da protagonista no manicômio é descrita de maneira brutal, ressaltando a desumanização a que foi submetida. O ambiente frio e sombrio, os gritos dos internos e a percepção de que estava no "próprio inferno" revelam não apenas a negligência institucional, mas também a violência sofrida por aqueles que são considerados indesejáveis pela sociedade. Sua internação, motivada mais por sua rebeldia do que por qualquer doença mental real, evidencia a falha das instituições em lidar com o sofrimento infantil e a complexidade emocional das jovens marginalizadas.

A protagonista também experimenta uma relação ambígua com a liberdade. Quando recebe a notícia de sua soltura após cinco anos de prisão, sua reação é paradoxal: em vez de celebrar, sente-se tomada por um choro inexplicável. A frase "Para onde eu irei?" sintetiza sua angústia ao perceber que, embora esteja fisicamente livre, continua aprisionada por sua história, pela rejeição materna e pela falta de perspectivas. Sua liberdade é acompanhada por um vazio existencial, evidenciado pela ausência de contato com a mãe durante todos os anos de encarceramento.

Quando é solta, trabalha em uma creche e depois de babá. Sentindo-se solitária trava uma relação com um homem mais velho, aos 15 anos, a qual reflete a necessidade da protagonista de encontrar algum tipo de afeto e valorização. No entanto, o tom de sua narrativa revela uma certa superficialidade emocional: ela não o ama, mas gosta da forma como é tratada. Essa relação, marcada pela disparidade de idade e maturidade, expõe sua vulnerabilidade e a tendência de buscar em outros homens o cuidado e a atenção que lhe foram negados na infância.

Observamos que a protagonista transita entre diferentes formas de opressão – familiar, institucional e social –, e sua jornada é marcada pela luta constante para encontrar um lugar no mundo. Seu relato, permeado por contradições emocionais e dilemas existenciais, evidencia a complexidade da experiência feminina em situação de vulnerabilidade e marginalização.

A narrativa de Jesus (1967) se distingue por seu caráter testemunhal, proporcionando uma visão singular sobre a realidade das mulheres no sistema prisional brasileiro. Ao relatar

sua própria experiência, a autora aprofunda a compreensão das conexões entre abandono, criminalidade e reclusão, ao mesmo tempo em que expõe as falhas institucionais e sociais que mantêm a marginalização de mulheres em situação de vulnerabilidade.

A presença da escritora em seu espaço, suas crises e suas dificuldades na sua escrita são evidenciadas quando a personagem da obra *Ela e a Reclusão* (1967) relata que

Esta é a realidade da minha vida. Sei que será uma história muito triste e amarga; todavia, não poderei contar coisas alegres, uma vez que tudo é a mais fria realidade. Não há méritos, nem triunfos, na minha vida. Não houve lugar para a fantasia. (Jesus, 1967, p.15)

Ademais, observa-se que a escrita de Vera Tereza revela a trajetória de uma mulher que enfrentou diversas situações de abandono e humilhação, experienciando um estado de desamparo por parte do Estado, o que a conduziu a uma vida marcada pela subalternização e segregação. A análise dessa realidade é enriquecida pela teorização de Louis Althusser, que distingue os Aparelhos Ideológicos de Estado dos Aparelhos Repressivos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada de como as prisões desempenham um papel crucial na manutenção da ideologia dominante no funcionamento do Estado.

A autora, por meio de sua obra, destaca-se na historiografia literária brasileira. Sua escrita não apenas testemunha as adversidades que enfrentou, mas também denuncia de maneira contundente o funcionamento do sistema jurídico-político-ideológico, reproduzindo violências para preservar as divisões que moldam a sociedade. Assim, a obra de Jesus (1967) torna-se uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas sociais e das injustiças presentes no tecido jurídico e político do país.

Além disso, ao explorar o tema da literatura de cárcere feminina no Brasil, destaca-se a crescente importância desse campo. Obras como *Ela e a reclusão* (1967) desempenham um papel fundamental ao dar voz às experiências únicas e frequentemente negligenciadas das mulheres no sistema prisional. Essa vertente literária não apenas revela as injustiças sistêmicas, mas desafia as normas estabelecidas, contribuindo para uma maior conscientização e debate sobre a condição das mulheres encarceradas no sistema carcerário brasileiro.

3.3 Ecoando vozes silenciadas: em busca da fortuna crítica de Preta Ferreira

Até o momento encontramos seis estudos acerca da obra *Minha carne* - diário de uma prisão (2020), de autoria de Preta Ferreira. Essa quantidade de publicações indica que a significativa lacuna existente na pesquisa acadêmica em relação à literatura de cárcere de autoria feminina, especialmente quando produzida por mulheres negras, começou a ser dirimida. A seguir, apresentamos as ideias centrais das publicações sobre o mencionado livro.

Começaremos pelo artigo sobre o livro de Ferreira publicado na revista *Gênero na Amazônia* por Elizete Cardoso Assunção (2021) e intitulado “Impactos da pandemia e da violência de gênero para mulheres em situação de privação de liberdade”. Neste estudo, a autora aborda a opressão vivida pelas mulheres presas no sistema penitenciário brasileiro, destacando as formas de violência de gênero que elas enfrentam, suas causas e consequências, bem como o impacto da pandemia de Covid-19 sobre suas condições de vida. Assunção recorda que historicamente, as mulheres têm sido submetidas a uma cultura de submissão imposta pela sociedade patriarcal, naturalizando a desigualdade entre os sexos. No contexto prisional, essa desigualdade é ainda mais visível, já que o sistema penitenciário, projetado majoritariamente para homens, agrava a vulnerabilidade das mulheres, especialmente as negras e pobres. Além disso, as presas sofrem de violência institucional e discriminação, sendo muitas vezes vítimas de violência sexual e de um duplo controle social: o formal, imposto pela prisão, e o informal, relacionado à transgressão dos papéis tradicionais de gênero.

O estudo também analisa o projeto “A Leitura que Liberta”, uma iniciativa do Estado do Pará implantada em 2015, que oferece a remição de pena por meio da leitura e da produção de textos. Além das atividades de leitura e de escrita, o projeto engloba outras formas de expressão, como peças teatrais e dança, que promovem a autoestima e o empoderamento das mulheres. O artigo enfatiza a importância desse projeto como um espaço de fala, onde as mulheres podem romper com o silenciamento imposto pela sociedade e pelo sistema prisional, além de promover um ambiente de reflexão e transformação.

A pesquisa também revela o agravamento da situação das mulheres presas durante a pandemia de Covid-19. Informa que o aumento do número de mulheres encarceradas e a superlotação nas prisões, junto à suspensão de visitas e aulas, geraram um impacto devastador na saúde mental e física das detentas. As condições sanitárias precárias, o risco de contaminação e a dificuldade no acesso a atendimento médico, somados ao isolamento social, intensificaram a vulnerabilidade das mulheres presas, tornando-as ainda mais invisíveis e marginalizadas.

A autora sustenta que a educação, especialmente em um contexto prisional, é uma questão crucial para a transformação e para a reterritorialização das mulheres. Por meio da educação, as detentas podem ressignificar suas identidades, questionar as normas sociais

patriarcais e romper com o ciclo de violência. A pesquisa sugere que, apesar dos desafios políticos e institucionais enfrentados, iniciativas como o Projeto "A Leitura que Liberta" são fundamentais para a humanização do sistema penal e para o fortalecimento da luta contra a opressão feminina.

Em suas conclusões, o trabalho reforça que a invisibilidade da mulher presa, exacerbada pela pandemia, escancarou processos de exclusão e violação de direitos. No entanto, a educação é vista como uma chave para a conscientização, transformação e resistência das mulheres diante de um sistema que as marginaliza. A luta contra a opressão é vista como coletiva, sendo a denúncia fundamental para engajar a sociedade e promover alternativas para um futuro mais justo e igualitário.

Por sua vez, Aryeli de Oliveira da Costa Ortiz em seu Trabalho de Conclusão de Curso no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, intitulado "Carolina Maria de Jesus e Preta Ferreira: a escrita negra como denúncia e libertação" (2021) investiga as obras Quarto de Despejo (1960), de Carolina Maria de Jesus, e Minha carne: diário de uma prisão (2019), de Preta Ferreira. A pesquisa, que se baseia em uma análise exploratória bibliográfica, utiliza o diário como uma forma de escrita de si e de representação de coletividades marginalizadas, comparando as experiências dessas duas autoras em diferentes contextos temporais e sociais. Ao destacar as dores e angústias comuns às mulheres negras em várias épocas, o estudo sublinha a importância de ouvir essas vozes e acolher suas denúncias, especialmente dentro da academia, onde muitas vezes suas experiências são silenciadas.

A introdução do trabalho justifica a necessidade de dar visibilidade às vozes das mulheres negras, frequentemente marginalizadas nas narrativas hegemônicas. A investigação explora o diário e textos autobiográficos, considerando essas obras como espaços de resistência e visibilidade para as mulheres negras, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade. A metodologia empregada foi bibliográfica, com uma revisão de fontes secundárias, levantamento de publicações sobre o tema e cruzamento de dados, além de análises comparativas das obras de Carolina e Preta, sustentadas por teorias de autoras como Lélia Gonzalez e Angela Davis.

A análise do gênero textual diário revela como a escrita autobiográfica funciona como um registro das memórias de povos silenciados. Nesse contexto, a construção do narrador-personagem se torna fundamental para aproximar escritor e leitor, permitindo que as histórias comunitárias se tornem visíveis e compreendidas. No caso de Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo é analisado como um retrato da marginalização da população negra e pobre, e sua escrita é vista como um ato de resistência e denúncia social. Já Minha carne: diário de uma

prisão é contextualizada dentro das experiências de Preta Ferreira como ativista e escritora, utilizando sua prisão como um espaço de denúncia contra a injustiça sofrida por ela e por outras mulheres negras.

O estudo também analisa a importância dos espaços físicos nas narrativas de Carolina e Preta, como favelas, ruas e prisões, e como esses lugares refletem a segregação racial e a marginalização. A pesquisa compara as escritas de ambas as autoras, destacando suas diferenças linguísticas e os propósitos das narrativas, bem como sua função comum de resistência. O trabalho ainda enfatiza a urgência e o propósito revelador da escrita das duas autoras, considerando suas trajetórias e níveis de escolaridade, mostrando como seus diários se tornam formas de resistência e transformação.

A pesquisa ainda examina a busca pela liberdade nas narrativas de Carolina e Preta, destacando as diferentes formas de resistência que cada uma representa. O estudo conclui que essas obras funcionam como um grito contra o apagamento histórico da população negra e pobre, servindo como um chamado à luta pela justiça social. As referências bibliográficas fornecem o suporte teórico que sustenta as análises realizadas ao longo do estudo, proporcionando uma compreensão mais profunda da importância desses livros na literatura negra e na resistência contra as estruturas opressivas da sociedade.

O artigo intitulado: “Preta Ferreira: a prisão como quarto de despejo”, de Izandra Alves e Aryeli de Oliveira da Costa Ortiz (2024), examina a escrita da escritora, especialmente sua obra *Minha carne* (2021), como uma poderosa forma de denúncia social e visibilidade das experiências das mulheres negras no Brasil. Através da análise de seu diário, as autoras discutem como Ferreira utiliza a escrita para relatar sua vivência na prisão, transformando a dor e a marginalização em uma narrativa de resistência. Este estudo destaca a importância da literatura de autoria negra, ainda pouco reconhecida na academia, e como a protagonista, uma mulher negra com acesso à educação, se torna uma voz potente na luta contra o racismo estrutural, a violência de gênero e outras opressões.

O trabalho está embasado na teoria do racismo estrutural, amplamente discutida por autores como Silvio de Almeida em *Racismo Estrutural* (2019), sugerindo que a luta contra o racismo deve ir além de uma abordagem superficial de intolerância individual e buscar a transformação das estruturas sociais que sustentam a desigualdade racial. Explicam que esse conceito cunhado por Almeida (2019) descreve um sistema de discriminação racial profundamente enraizado nas instituições, práticas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Assinalam que ele se manifesta de maneira persistente e muitas vezes invisível, funcionando através de normas, valores e práticas que favorecem pessoas brancas e prejudicam

sistematicamente pessoas negras e outras minorias raciais. Ao contrário do racismo explícito ou individual, que se refere a atitudes e comportamentos preconceituosos de indivíduos, o racismo estrutural está presente nas estruturas e no funcionamento das instituições e das estruturas administrativas, como o sistema educacional, de saúde, judicial, mercado de trabalho, entre outros.

Ao dialogar com teóricos contemporâneos sobre racismo e justiça social, o artigo revela como a protagonista se coloca como porta-voz das mulheres negras, oferecendo uma perspectiva única sobre as desigualdades enfrentadas por elas, seja no contexto das prisões ou na sociedade em geral. Nessa perspectiva Ferreira, não apenas compartilha sua experiência pessoal, mas também assume a responsabilidade de combater as diversas formas de opressão que ainda afligem a população negra no Brasil.

Neste texto, as autoras relatam que Preta Ferreira, uma das principais vozes da luta por direitos das mulheres negras no Brasil, ganhou notoriedade após ser injustamente presa em 2019, fato que marcou profundamente sua trajetória e sua militância. Durante os 108 dias de encarceramento na Penitenciária de Santana, sua escrita se tornou uma fonte poderosa de resistência, dando visibilidade às condições desumanas do sistema prisional e à realidade das mulheres negras no Brasil. A narrativa de Ferreira, registrada sob a forma de diário mistura o sofrimento com a esperança, denunciando a violência social e racial, além de refletir sobre sua fé na religião de matriz africana e a busca incansável por justiça. Sua história, que remonta à luta de sua mãe por moradia, ilustra a persistente opressão de classe, gênero e raça. Também ressurge como um símbolo de resistência e superação,

Já Ana Cláudia Godinho no artigo “Diário de uma detenta: usos da escrita por mulheres em espaços de encarceramento feminino” (2024), publicado na *Revista Brasileira de Educação*, investiga as práticas de letramento de mulheres presas, analisando como elas utilizam a escrita para descrever suas experiências no encarceramento feminino. O estudo aponta um desequilíbrio significativo nas produções literárias de cárcere no que se refere ao sexo dos escritores, pois há uma escassez de publicações de autoria feminina sobre o assunto, especialmente em comparação com os relatos masculinos, um cenário acentuado após o sucesso da música “Diário de um Detento”, dos Racionais MCs, que incentivou a produção de narrativas de encarcerados. A pesquisa qualitativa, baseada em uma epistemologia feminista e análise de conteúdo de textos autobiográficos, revela que as autoras de tais textos reconhecem a relação entre linguagem e poder, utilizando a escrita como um meio para sensibilizar os operadores do sistema prisional em busca da liberdade.

A introdução do artigo aponta para a influência da canção “Diário de um detento” na popularização das narrativas de homens presos, destacando a ausência de relatos femininos sobre o encarceramento, um fenômeno que expõe o silenciamento e a segregação das mulheres neste contexto. A pesquisa se justifica pela necessidade de dar voz a um grupo social historicamente marginalizado, cujas experiências ainda são pouco exploradas na produção acadêmica.

A metodologia do estudo é qualitativa, apoiada na epistemologia feminista e na interseccionalidade, embasada na análise de documentos escritos por mulheres privadas de liberdade. Foram selecionados textos produzidos durante o período de reclusão, disponíveis publicamente, com foco na autoria feminina e no contexto específico da pena em regime fechado. A análise de conteúdo foi utilizada para interpretar esses dados, permitindo uma compreensão mais profunda da escrita dessas mulheres.

Notamos que o estudo sobre a escrita de autoria feminina nas prisões se afasta do modelo autônomo de letramento, adotando uma abordagem ideológica que reconhece a relação entre linguagem e poder. As mulheres são tratadas como sujeitos ativos, que se apropriam da escrita de forma crítica, em um contexto de privação de liberdade, com o objetivo de promover práticas educativas decoloniais. A escrita, portanto, emerge como um meio de resistência, usado para narrar as experiências vividas na prisão e denunciar as precárias condições do encarceramento feminino.

As práticas de letramento na prisão, conforme analisadas por Godinho (2024), são fortemente influenciadas pela vigilância constante, pela restrição de comunicação e pela falta de atividades educativas adequadas. Nesse contexto, a escrita se torna essencial para essas mulheres, permitindo-lhes não apenas expressar sua realidade, mas também contrastar com o discurso punitivista dominante. As narrativas foram analisadas em diferentes contextos de projetos e atividades educativas, com variações nas intenções pedagógicas desses textos.

Observamos que a análise temática das narrativas revelou que elas se concentram em aspectos como infância, juventude, relacionamentos afetivos, maternidade, prisão e expectativa pela soltura. A infância é frequentemente associada à figura da mãe guerreira, contrastando com outros estudos que destacam a ausência materna. A juventude, por sua vez, é marcada pela busca por novas experiências, uso de drogas e envolvimento com atividades ilícitas, frequentemente em contextos familiares complexos. A prisão é retratada como um momento de ruptura, especialmente no que se refere à separação dos filhos. Dessa maneira, a escritura dessas mulheres busca sensibilizar as autoridades para a progressão de regime ou de liberdade.

As considerações finais do estudo ressaltam que a escrita autobiográfica das mulheres presas é um meio de sensibilização dos operadores do sistema penal, influenciada pela consciência de que a vigilância e o controle permeiam constantemente suas vidas dentro das prisões. O trabalho aponta que a escolha do que narrar e omitir reflete uma compreensão de como a escrita está ligada ao poder, buscando um equilíbrio entre expressar suas realidades e evitar sanções. A pesquisa conclui com a recomendação de que futuras investigações explorem mais profundamente a influência da escrita na reflexão sobre as experiências de vida dessas mulheres, promovendo práticas pedagógicas emancipatórias que reconheçam as mulheres presas para além do estereótipo de criminosas.

Por fim, o artigo intitulado: ‘Matizes do protagonismo de uma mulher negra encarcerada em *Minha carne* (2020), de Preta Ferreira’ de Ana Beatriz Aquino da Silva e Isis Milreu (2024), publicado na revista *Entreletras*, busca analisar o diário da autora destacando a experiência do encarceramento sob a perspectiva de uma mulher negra. O estudo investiga como a narrativa vai além de relatos superficiais da vida na prisão, explorando a complexidade emocional e psicológica das detentas, suas lutas internas e as dinâmicas sociais que moldam seu cotidiano.

As autoras mostram que a literatura de cárcere escrita por mulheres é apresentada como uma maneira poderosa de iluminar as realidades muitas vezes invisibilizadas, trazendo à tona temas como solidão, violência, resistência e busca por identidade. Assinalam que nessa obra, a protagonista usa sua experiência e sua formação intelectual para criticar as desigualdades de gênero, raça e classe, enfatizando como essas interseccionalidades influenciam a vivência das mulheres no sistema prisional.

O conceito de escrevivência é central para essa análise, permitindo a contestação de narrativas dominantes e a reivindicação das experiências de vozes que foram marginalizadas. As autoras salientam que a trajetória da protagonista revela uma consciência crítica sobre as injustiças do sistema penal e a desumanização das detentas, enquanto ela se posiciona como uma agente de mudança e resistência. O texto indica que a batalha da protagonista não é apenas pessoal, mas reflete uma luta coletiva por justiça social, solidificando sua identidade como uma mulher negra resiliente e consciente de seu papel na luta contra as desigualdades. Assim, a obra pode ser lida como um testemunho da capacidade de resistência e da busca por dignidade em um contexto de opressão.

Segundo Silva e Milreu (2024), o livro *Minha carne* (2021) se propõe a discutir essas questões ao dialogar com teorias sobre racismo, feminismo e literatura de autoria negra, além de estabelecer, de forma sutil, um elo com a obra de Carolina Maria de Jesus, outra escritora negra que também utilizou o diário como forma de resistência. As autoras ainda apontam que a

personagem principal, militante pelos direitos à moradia e ativista dos movimentos sociais, é uma figura que representa a luta das mulheres negras e das populações marginalizadas no Brasil. Sua trajetória, que começa com a vivência em ocupações urbanas em São Paulo ao lado de sua mãe, Carmen Silva, fundadora do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), a coloca como uma das principais vozes contra a desigualdade social e a injustiça habitacional. Sua atuação em prol da moradia digna e contra as injustiças do sistema levou-a, em 2019, a ser presa de forma injusta, como parte de uma estratégia de repressão aos movimentos sociais. Em seu livro *Minha carne* (2021), Preta relata sua experiência no cárcere, onde, além de lutar por sua liberdade, utiliza a escrita para dar voz a outras mulheres que, como ela, enfrentam o sistema opressor e racista. Nessa perspectiva, sua prisão é um reflexo da seletividade da justiça brasileira, que criminaliza as lutas das minorias e favorece os interesses da classe dominante. Contudo, a escritora resiste com fé e esperança, transformando sua dor em um grito de liberdade e justiça, não só para ela, mas para todas as mulheres negras e pobres que enfrentam a violência institucionalizada do país.

O relato de Ferreira sobre sua prisão e o diário que escreveu durante seu encarceramento em 2019 expõem as injustiças sistêmicas enfrentadas por mulheres negras no Brasil, especialmente, aquelas que se tornam alvo de um sistema penal racista e misógino. Cabe frisar que ela foi presa por sua opção e política por seu ativismo em defesa da moradia digna. Seu diário não apenas narra sua experiência pessoal, mas também dá voz a outras mulheres encarceradas, muitas das quais estão presas por acusações relacionadas a relações passionais com homens, refletindo o controle patriarcal sobre suas vidas. Ela denuncia a diferença no tratamento entre mulheres brancas e negras dentro do sistema prisional, observando que os crimes cometidos por mulheres brancas frequentemente são tratados como doenças mentais, enquanto as mulheres negras são criminalizadas de forma severa. Sua escrita, portanto, se torna um importante meio de denúncia sobre o racismo e as condições desumanas do sistema carcerário brasileiro, evidenciando a opressão histórica e estrutural que perpetua a desigualdade social e racial no país.

No caso de Preta Ferreira, a escrita se dá a partir de sua vivência no sistema prisional, um espaço literal de encarceramento, mas que também reflete um encarceramento simbólico mais amplo das mulheres negras, que enfrentam não apenas as barreiras da prisão, mas também as marcas da opressão histórica. Escrever é um ato de resistência, não apenas contra o sistema prisional, mas contra as forças sociais que a marginalizam e a tratam como um ser subalterno. A revolta que marca seu diário e as denúncias que ela faz sobre os abusos dentro do sistema prisional têm uma ressonância com a percepção de Carolina sobre as violências estruturais que

afetam as mulheres negras. Portanto, ambas as escritoras não apenas compartilham a angústia e o sofrimento das mulheres negras em um contexto de violência e exclusão social, mas também utilizam a escrita como uma forma de resistência. A conexão entre as duas vai além das circunstâncias em que vivem, porque ambas apontam para uma realidade em que as mulheres negras estão encarceradas de diversas formas – seja no espaço físico da prisão ou nos grilhões simbólicos da pobreza, do racismo e da desigualdade de gênero. A obra de ambas se torna, assim, uma poderosa ação de resistência e de problematização das dinâmicas sociais que aprisionam essas mulheres, revelando as complexidades do encarceramento simbólico.

As considerações finais deste estudo reafirmam a importância da escrita de mulheres negras, especialmente da autora, como uma forma de resistência e denúncia contra as injustiças sociais e raciais, tanto dentro quanto fora das prisões. Assim como Carolina Maria de Jesus, que abriu caminho para a literatura negra, Preta continua essa trajetória ao utilizar sua experiência de prisão para dar voz a outras mulheres negras que enfrentam as mazelas do sistema opressor. Suas palavras não apenas relatam sua própria luta pela sobrevivência e libertação, mas também evidenciam as desigualdades estruturais que marcam a vida das mulheres negras, em especial aquelas marginalizadas no sistema carcerário. Sua escrita, vista como uma forma de revolta contra a invisibilidade da história dos povos subalternizados, destaca o racismo e o genocídio que persistem no Brasil, seja nas favelas ou nas prisões. Portanto, o estudo sugere que a literatura negra e as “negras palavras tecidas” não devem ser silenciadas, pois representam a memória viva da luta pela justiça social e pela visibilidade das mulheres negras.

O movimento literário, que traz à tona as vivências e resistências de mulheres negras, encontra continuidade no próximo tópico, *Escrevivências desencarceradas em Minha Carne - Diário de uma Prisão* (2020). A obra de Preta Ferreira, ao retratar sua experiência no sistema prisional, oferece uma amplificação dessas "negras palavras tecidas", transformando sua escrita em um ato de resistência e denúncia. Ao falar sobre sua vivência, Ferreira não apenas relata sua história pessoal, mas também dá voz a um coletivo de mulheres negras que, silenciadas pela opressão do encarceramento, encontram na escrita um meio de descolonizar suas histórias e se libertar das amarras da invisibilidade, desafiando as estruturas sociais que as marginalizam.

3.4 Escrevivências desencarceradas em *Minha carne* : diário de uma prisão (2020)

Janice Ferreira da Silva, mais conhecida como Preta Ferreira, autora de *Minha carne*:

diário de uma prisão (2020), publicado pela editora Boitempo, é uma artista e ativista brasileira, conhecida por seu trabalho nas áreas da música, literatura e performance. Ela é uma voz importante nas discussões sobre questões sociais, raciais e de gênero, utilizando sua arte para abordar temas como a resistência, a identidade e a luta contra a opressão. Preta é uma reconhecida defensora dos direitos humanos, ativista por moradia, multiartista e escritora afro-brasileira que recorreu à arte para denunciar os problemas sociais enfrentados pelas mulheres negras no século XXI a partir de sua experiência no cárcere.

Filha de Carmen Silva, líder do movimento de moradia na ocupação 9 de julho, em São Paulo, ela tem se destacado pela luta por direitos sociais, especialmente no contexto da habitação digna. Em 2019, foi presa injustamente por sua militância. Apesar da perseguição judicial, Preta tem transformado essa experiência em combustível para sua carreira artística, ganhando maior visibilidade e expressando suas convicções por meio da arte.

Sua produção musical aborda questões profundas de identidade, resistência e consciência negra, refletindo não só suas experiências pessoais, mas também a luta de grupos marginalizados, principalmente da população negra no Brasil. A música "Minha Carne" (Ferreira, 2019) exemplifica essa abordagem, trazendo à tona as complexas discussões sobre o corpo negro, a violência racial e o encarceramento simbólico e físico que atinge muitas pessoas negras. Através de suas letras, Ferreira não apenas expressa sua própria vivência, mas também coloca em pauta uma reflexão coletiva sobre o protagonismo das mulheres negras na sociedade. Dessa forma, essa canção faz parte de uma obra mais ampla que busca questionar e desconstruir estigmas, como podemos observar:

“Minha Carne”

Preta Ferreira

Foi-se a chibata, implantou-se a lei
Ambas sob a tutela das mesmas mãos
Mãos dos senhores de engenho

Sinhôzinho, não me toque
Mesmo lavando minha alma
As marcas não sairão

Eu sou princesa de angola
Filha de rei e rainha

Não nasci pra lhe servir
O meu reino não é aqui

Pelos seus olhos somos vistos símbolo sexual
A minha boca, meu cabelo, herança maternal
Não vem se apropriar disso também

130 anos e nada mudou
E com 94 morreu meu avô
Quando me sangram é pela minha cor

É a carne mais barata que você deseja
É a minha carne que você deseja
Misturar indígena e quilombola
Como um passarinho preso na gaiola
Deixe-me ir quero ir embora
Tire suas mãos de mim agora

É a carne mais barata que você deseja
É a minha carne que você deseja
Misturar indígena e quilombola
Como um passarinho preso na gaiola
Deixe-me ir quero ir embora
Tire suas mãos de mim agora

Eu sou aquilo que você queria ser
Eu sou aquilo que você queria ser
Eu sou aquilo que você queria ser

Eu sou princesa de angola
Filha de rei e rainha
Não nasci pra lhe servir
O meu reino não é aqui

Pelos seus olhos somos vistos símbolo sexual
A minha boca, meu cabelo, herança maternal
Não vem se apropriar disso também

130 anos e nada mudou
 E com 94 morreu meu avô
 Quando me sangram é pela minha cor

É a carne mais barata que você deseja
 É a minha carne que você deseja
 Misturar indígena e quilombola
 Como um passarinho preso na gaiola
 Deixe-me ir quero ir embora
 Tire suas mãos de mim agora

É a carne mais barata que você deseja
 É a minha carne que você deseja
 Misturar indígena e quilombola
 Como um passarinho preso na gaiola
 Deixe-me ir quero ir embora
 Tire suas mãos de mim agora

Eu sou aquilo que você queria ser
 Eu sou aquilo que você queria ser
 Eu sou aquilo que você queria ser

Eu sou aquilo que você queria ser
 Eu sou aquilo que você queria ser
 Eu sou aquilo que você queria ser

(Composição: Brasília / Pingo Batera / Preta Ferreira / Robinho Lima / Ronald Marcondes / Xandeco)

A canção faz referência à herança histórica da escravidão, quando as "mãos dos senhores de engenho" impunham a dor e a subordinação aos corpos negros, e aponta que, mesmo após 130 anos da abolição, a violência contra as pessoas negras persiste. A letra também questiona a apropriação cultural e a objetificação do corpo negro, ressaltando a relação do olhar colonial que reduz a mulher negra a um símbolo sexual, além de trazer a luta contra a invisibilidade das identidades indígenas e quilombolas. A repetição de "a carne mais barata que você deseja" é uma metáfora sobre a desumanização e a exploração, enquanto o verso "eu sou aquilo que você queria ser" afirma a resistência e a reivindicação de identidade, buscando, ao mesmo tempo, se libertar da histórica opressão e afirmar seu valor, sua cultura e sua ancestralidade.

Tanto a canção quanto o diário da autora problematizam o racismo estrutural, a resistência e a luta pela afirmação da identidade negra, denunciando a opressão, o sofrimento histórico e a resistência cotidiana dos corpos negros na sociedade. Na música, a frase “130 anos e nada mudou” é uma referência direta à abolição da escravidão no Brasil, apontando que, embora a escravidão tenha sido formalmente abolida, as condições de vida e a marginalização dos negros permanecem, por meio do encarceramento simbólico. Esse sentimento também é central na obra *Minha carne* (2020), que expõe como a sociedade continua a objetificar e submeter os corpos negros a processos de violência física e simbólica, mesmo após a formalização da liberdade dos escravizados. A continuidade do racismo estrutural é uma das grandes críticas feitas por ambas as produções, que apontam para a perpetuação de um sistema que desumaniza e marginaliza a população negra.

A letra menciona que o corpo negro é visto como “símbolo sexual”, algo frequentemente fetichizado e consumido de maneira superficial, sem consideração pela pessoa atrás desse corpo. Sua obra trata dessa mesma temática, evidenciando como os corpos negros são reduzidos a objetos de prazer, enquanto suas identidades são desconsideradas. Ambas exploram a violência contra esses corpos, seja no período da escravidão, no passado, ou nas formas contemporâneas de violência racial e sexual.

Outro trecho da letra é “Eu sou princesa de Angola, filha de rei e rainha, não nasci pra lhe servir, o meu reino não é aqui”, no qual há uma afirmação de uma ancestralidade nobre e de uma identidade que resiste à tentativa de subordinação histórica imposta pela sociedade colonialista e escravocrata. Em sua narrativa ela também trabalha essa afirmação da identidade, ao reivindicar a dignidade e o protagonismo dos corpos negros, que não se submetem mais às imposições da sociedade. A relação entre o passado e o presente é essencial, e ambas as obras nos lembram da importância de resgatar as raízes africanas e indígenas, muitas vezes invisibilizadas pela história oficial.

Há também um clamor por liberdade no excerto: “Deixe-me ir, quero ir embora, tire suas mãos de mim agora”, que reflete a necessidade de se libertar das amarras da opressão racial. Essa expressão de resistência também está presente em sua autobiografia, que lida com a ideia de romper com os padrões de subordinação impostos aos corpos negros. Essas obras propõem uma fuga das condições opressivas, seja no campo simbólico ou ao desafiar os estereótipos raciais.

“Eu sou aquilo que você queria ser” é uma frase repetida na música e se relaciona com a ideia de que a sociedade branca e colonial desejava se apropriar da identidade e da cultura negra, sem reconhecer a dignidade e o valor intrínseco dos indivíduos negros. Em seu diário, a

escritora também questiona a maneira como a sociedade branca tenta se apropriar da cultura e das vivências dos negros, negando-lhes a autonomia sobre seus corpos e histórias. Essa apropriação cultural e de corpos é vista como uma das formas de violência que persiste até hoje.

Ambas as produções refletem a dor gerada pela violência racial e da marca deixada na memória coletiva do povo negro. A letra da música descreve o sofrimento físico e simbólico, mencionando que “quando me sangram é pela minha cor”. Essa dor histórica, que remonta à escravidão, é trazida para o presente e continua a afetar as gerações mais jovens. Ela aborda essa dor, não apenas como algo do passado, mas como uma experiência viva que ainda impacta a sociedade e a cultura negra contemporânea.

Tanto a música quanto o livro *Minha Carne* (2020) de Preta Ferreira discutem a resistência dos corpos negros diante de um sistema que ainda os oprime. Essas produções levantam questões sobre identidade, ancestralidade, violência racial e a luta por liberdade, enfatizando a continuidade do racismo estrutural, a apropriação cultural e o desejo de autonomia. Além disso, elas são expressões de denúncia e de afirmação da força e da resistência do povo negro, ao mesmo tempo que visibilizam a dor histórica e a necessidade de transformação social.

Outro exemplo de sua produção artística é a canção intitulada “Preta em movimento”, em 2024, lançada no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A música traz uma forte mensagem de resistência e empoderamento, sendo inspirada nos diálogos que a escritora travou com figuras como Angela Davis, que a influenciaram profundamente após sua prisão. Também está baseada no poema “Vozes vazam grades”, de Conceição Evaristo que está inserido na última página de seu diário. O referido texto poético expressa a solidariedade e apoio de Evaristo à artista e militante, refletindo sua luta, resistência e a força da mulher negra. Trata-se de um testemunho da relação entre as duas escritoras e de como a literatura e a arte se entrelaçam com a militância social da autora.

Além disso, Preta Ferreira também faz parte do elenco do musical *Clara Nunes: a tal guerreira*, uma homenagem à vida e à obra de Clara Nunes, uma das maiores cantoras da música brasileira e ícone da cultura afro-brasileira. O espetáculo, que reestreado em 2024, busca retratar não apenas a trajetória artística da artista, mas também a luta, resistência e as conquistas de uma mulher negra que foi pioneira na valorização da cultura afro em um Brasil marcado por preconceitos raciais e desigualdade social. Nesse musical, Preta interpreta a personagem Nanã, e destaca sua vivência artística como uma forma de resistir às dificuldades impostas pela sociedade, especialmente às mulheres negras. A relação entre arte e militância para ela é uma forma de expressar as realidades dos movimentos sociais e das questões políticas, como o

direito à moradia, e desafiar as representações estereotipadas da mídia. Sua trajetória é marcada pela luta, resistência e pela busca por justiça social, mostrando que sua voz e suas ações vão além da música, constituindo um grito contra as injustiças estruturais do país.

Sua trajetória é marcada por uma forte conexão com suas raízes culturais e pela busca de empoderamento para comunidades marginalizadas. Além de sua atuação artística, Ferreira também é uma influente figura no ativismo de luta por moradia, batalhando por dignidade para as pessoas que habitam uma ocupação, promovendo diálogos e reflexões sobre a realidade de muitos brasileiros.

Essa vivência no sistema prisional paulista, onde foi encarcerada injustamente, se tornou um marco em sua vida e obra, permitindo-lhe criticar o encarceramento em massa e expor a realidade de mulheres negras no Brasil, que, além de sobreviverem ao sistema, o combatem com coragem e resistência. Sua narrativa pode ser vista como um grito contra as desigualdades sociais e uma convocação à reflexão sobre o direito à moradia e à dignidade.

Em *Minha carne: diário de uma prisão* (2020), a autora compartilha sua experiência no sistema prisional paulista, onde foi mantida em encarceramento por mais de 100 dias sem julgamento, devido à sua militância no Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e na Frente de Luta por Moradia (FLM), em São Paulo. Dessa forma, Preta Ferreira aborda um dos grandes desafios que afetam a sociedade brasileira contemporânea: o encarceramento em massa, sob a perspectiva de uma mulher negra que não apenas sobreviveu ao sistema prisional, mas também lutou ativamente contra ele em diversas frentes.

Consideramos que a obra de Preta Ferreira se insere no campo da literatura de cárcere feminina, um gênero literário que oferece uma visão única das experiências de confinamento, injustiça e transformação vivenciadas por prisioneiras. Essas narrativas não apenas amplificam as vozes silenciadas dentro das prisões, mas também evidenciam a capacidade humana de criar arte em contextos desafiadores, tornando-se uma forma de resistência.

Liliam Ramos da Silva (2018, p.119), em "Decolonizando saberes: conceitos de literatura latino-americana de autoria negra", argumenta que a produção literária de mulheres afro-descendentes pode ser entendida como "[...] uma literatura que se identifica por suas temáticas baseadas na ferida colonial ainda presente nas comunidades negras." A autora destaca que uma das formas de análise dessa literatura é por meio da escrevivência, uma prática decolonizadora "[...] que surge da reivindicação de uma mulher negra, que, apesar das adversidades de fome e miséria, consegue desenvolver a sensibilidade para ler e escrever, percebendo a literatura como um espaço de resgate memorial, expressão e denúncia." (Silva, 2018, p.119). Vale notar que a crítica se refere à escritora Conceição Evaristo, que introduziu

esse conceito em "Da representação à autoapresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira" (2005).

Silva (2018) também esclarece que as escrituras têm uma forte relação com a autobiografia, sendo produzidas por autores negros que vivenciaram a pobreza e a violência, e se configuram como narrativas que sublimam traumas em textos memorialísticos. Segundo a autora, esses escritores aproveitam o espaço da literatura para desenvolver uma crítica social que problematiza a discriminação e o racismo presentes em seus países de origem, evidenciando como os discursos de igualdade e democracia racial muitas vezes servem para ocultar a persistência da opressão contra as comunidades negras. Nesse contexto, Evaristo (2005, p.53) observa que:

[...] a literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor.

A citação expõe as representações estereotipadas das mulheres negras em nossa literatura, que estão sendo reinterpretadas por autoras afro-brasileiras. Nesse contexto de autorrepresentação, essas escritoras mostram as mulheres negras sob várias óticas, bem como desempenhando diferentes funções sociais. Segundo Evaristo (2005, p.53),

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida.

O segmento ilustra uma significativa mudança na percepção das mulheres afrodescendentes na literatura contemporânea, uma vez que elas não são mais retratadas apenas como objetos nas obras de outros escritores, mas se tornam protagonistas de suas narrativas, criando novas formas de se representar e de representar sua comunidade. Desse modo, as autoras negras “[...] tentam criar um discurso literário singular, uma voz alternativa àquela formada nas esferas culturais de domínio.” (Evaristo, 2005, p.54). Sob essa perspectiva,

[...] os textos das escritoras afro-descendentes se inscrevem no proposto por Homi Bhabha (1998, p.321) acerca da poesia do colonizado. Para ele, o discurso poético do colonizado, não só encena o “direito de significar”, como também questiona o direito de nomeação que é exercido pelo colonizador sobre o próprio colonizado e seu mundo. (Evaristo, 2005, p.54)

Dessa maneira, é viável vincular as obras dessas autoras às ideias do pensamento decolonial, já que elas se tornam sujeitos que criam novos universos e outras (auto) representações dos povos negros, desmantelando valores predominantes e exercendo seu direito à literatura e à vida. Conforme mencionamos, Evaristo (2005) chama a recente produção literária de mulheres negras de *escre* (vivência) e afirma que essa abordagem revitaliza a literatura brasileira tanto em termos de conteúdo quanto de autores. De acordo com a pesquisadora, essa inovação está “[...] profundamente influenciada pela posição sócio-cultural em que essas escritoras se encontram ao produzir seus textos.” (Evaristo, 2005, p.54). Em resumo, a partir de sua identidade como mulheres negras, elas transformam suas vivências em palavras e conquistam espaços na arena literária, questionando o cânone.

No texto “A *escrevivência* e seus subtextos”, Evaristo (2020, p.30) identifica o termo como um fenômeno coletivo e diaspórico, enfatizando que, em sua definição original, refere-se ao “[...] ato de escrever das mulheres negras, sendo uma ação que busca apagar, desfazer uma imagem do passado, na qual o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua capacidade de expressão também sob a supervisão dos senhores de escravos, homens, mulheres e até crianças.” A autora destaca que

[...] se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (Evaristo, 2020, p.30)

Sob essa ótica, a *escrevivência* busca não apenas expor as injustiças que afetaram a trajetória e a existência das comunidades negras, mas também reivindicar a escrita como um direito e uma tática para promover a conscientização e denunciar essas situações. Em resumo,

Nossa *escrevivência* traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os

povos africanos, como com a diáspora africana. (Evaristo, 2020, p.30)

Constatamos que a proposta da escrevivência está alinhada com os fundamentos do pensamento decolonial, já que busca a desconstrução das estruturas coloniais e a valorização das vozes que estão à margem. Dessa forma, as autoras negras afirmam seu direito à literatura e rompem com as representações estereotipadas das mulheres afrodescendentes em suas obras, permitindo novas perspectivas para esse grupo.

Além disso, essa abordagem se relaciona com o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw em 2001. No livro *O que é interseccionalidade*, Carla Akotirene (2018) esclarece que o termo refere-se à inseparabilidade das noções de raça, gênero e classe, a fim de compreender de forma mais abrangente a situação das mulheres negras. Para a estudiosa,

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se da experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são uns grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. (Akotirene, 2018, p.43)

É fundamental mencionar que essa questão foi discutida por diversas intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Suas pesquisas tiveram um impacto significativo tanto no feminismo quanto na análise de obras literárias, ajudando no enfrentamento das diferentes formas de opressão enfrentadas pelas mulheres afrodescendentes, permitindo a recuperação de suas identidades individuais e coletivas. Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Gonzalez (2019) argumenta que é o momento para que as vozes negras sejam ouvidas e para que os discursos prejudiciais que as ferem sejam desconstruídos, reivindicando sua representação enquanto sujeitos.

Interessa-nos salientar que Conceição Evaristo utiliza o termo escrevivência para conectar a prática da escrita com a experiência específica da mulher negra, enfatizando a necessidade de contar suas próprias histórias a partir de suas vivências únicas. Esse conceito se reflete na trajetória da personagem Preta Ferreira, cuja narrativa demonstra a influência do Movimento sem Teto no Centro (MSTC) em sua formação. Observa-se que isso se manifesta na obra através da forma como Preta Ferreira compartilha suas experiências:

Minha mãe sempre nos incentivou a estudar, nos colocava em diversos cursos– de informática, almoxarifado, bordado... Foi tanto curso que eu achava que eu já era doutora.

O movimento me ensinou sobre ter direitos, não só deveres, me ensinou que ninguém é melhor que ninguém, me ensinou que eu poderia ser uma mulher forte e revolucionária.

Eu me formei com muito custo: trabalhava em dois empregos, um durante o dia e outro à noite. De dia, em um escritório de advocacia, como secretária; à noite, após a aula, em uma pizzeria, como atendente. Foi assim, até que me formei em publicidade e propaganda/comunicação. (Ferreira, 2020, p.8)

Preta Ferreira compartilha que sua mãe sempre a motivou a buscar educação, inscrevendo-a em uma variedade de cursos, que incluíam desde informática até bordado. Essa gama de experiências de aprendizado, mesmo sendo ampla, reflete o anseio por empoderamento e a busca por acesso educacional. A declaração indica que, por meio dessas formações, ela adquiriu saberes que a faziam sentir-se tão educada que acreditava ser “doutora”.

A citação ressalta que a mãe de Ferreira desempenha um papel crucial como fonte de apoio e motivação. Ela a incentivou a se dedicar aos estudos e buscou oportunidades de aprendizado através de diferentes cursos, como informática e bordado. Esses estudos demonstram uma tentativa de expandir as opções de desenvolvimento e emprego da filha, em um cenário onde a educação formal ou superior poderia não ser uma opção viável. O sobressalente treinamento gera uma impressão de que ela já possuía o status de doutora, o que sugere uma ironia ou um questionamento em relação à sua própria realidade: o contínuo esforço por qualificações em várias áreas parece preencher a lacuna deixada pela ausência de um diploma acadêmico tradicional. Ela se sente tão dominada por essa busca incessante por conhecimento que, de certa forma, já se vê como tendo alcançado um alto nível de formação, mesmo que essa percepção não se alinhe com os critérios convencionais.

Seu testemunho destaca a relevância de um movimento social que a ajudou a perceber seus direitos, além das suas obrigações. Isso é importante, pois a protagonista identifica que sua noção de empoderamento e justiça foi desenvolvida fora do ambiente familiar ortodoxo. O movimento, relacionado ao feminismo negro e aos direitos humanos, proporciona a ela a percepção de que todos são iguais, um princípio fundamental em debates sobre justiça social e igualdade de gênero. Dessa maneira, a organização a capacita a valorizar sua voz e sua posição em uma sociedade que frequentemente ignora as mulheres, principalmente as negras, e suas potências.

Ao afirmar que aprendeu a ser uma mulher forte e transformadora, Preta incorpora a ideia de empoderamento feminino, algo que se conecta a um processo de libertação das estruturas sociais opressivas. Conforme a educadora feminista americana Nelly Stromquist,

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente

e por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (Stromquist, 2002, 1995, p.232)

A narrativa da sua trajetória profissional enfatiza o quanto ela teve que lutar e empenhar-se para alcançar o sonho de se formar. Com o desafio de atuar em dois empregos ao mesmo tempo – um durante o dia em um escritório de advocacia como assistente e outro à noite como funcionária em uma pizzeria – ela expõe as dificuldades e os sacrifícios que foram necessários para custear seus estudos e garantir sua subsistência. Esse esforço intenso é algo comum entre muitas mulheres em situação de vulnerabilidade que, mesmo diante dos desafios, perseveram na busca por uma educação que possibilite a melhoria de sua condição socioeconômica. A necessidade de dividir o tempo entre diferentes ocupações também representa a instabilidade do emprego e a urgência de se adaptar a um ambiente que frequentemente não oferece as condições mínimas para aqueles que pertencem a classes sociais menos favorecidas. Essa jornada desafiadora ressalta sua determinação, coragem e a vontade de ultrapassar barreiras. Assim, a trajetória de Preta Ferreira se entrelaça com a ideia de escrevivência, à medida que ela narra sua experiência singular, contribuindo para a história coletiva das mulheres negras.

O fato dela se formar com muito custo enfatiza que a formação acadêmica foi não só uma vitória pessoal, mas coletiva, marcada pelo esforço contínuo, pela resistência e pela persistência, dela e dos seus. Ela se formou em publicidade e propaganda/comunicação social, o que sugere que a escolha por esse campo pode estar relacionada à busca de visibilidade e voz, aspectos importantes para quem deseja se engajar em transformações sociais. A formação em comunicação também reflete uma conexão com o poder das palavras e das narrativas, o que pode ser interpretado como uma forma de subverter a invisibilidade que ela, como mulher, negra e periférica poderia enfrentar em uma sociedade predominantemente patriarcal.

A fala traz à tona elementos de uma realidade racial, social e cultural de desigualdade e luta. O esforço para se formar em condições adversas e a presença de uma mãe incentivadora que percebe a importância da educação, aliada à descoberta da sua força interior por meio do movimento social, faz dessa narrativa um exemplo de dororidade, conceito cunhado por Piedade em seu livro *Dororidade* (2017), como uma forma de compreender as relações de dor e solidariedade entre as mulheres negras. Ela representa muitas mulheres que, em contextos de

difficuldade socioeconômica, se veem forçadas a fazer escolhas difíceis, mas ainda assim encontram uma maneira de transformar suas realidades, como aponta a autora:

O conceito de Sororidade já dá conta de Nós, Jovens e Mulheres Pretas... ou não? O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta. [...] Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravamento nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados... (Piedade, 2017, p. 13).

A dororidade propõe que a dor compartilhada pode ser transformada em força coletiva, permitindo que as mulheres negras enfrentem e superem desafios comuns. Piedade argumenta que reconhecer e validar essas dores não apenas desafia a competitividade que pode existir entre mulheres, mas também promove a criação de laços de apoio mútuo, essenciais em um contexto no qual as mulheres pretas são frequentemente as principais vítimas de agressões e homicídios.

A personagem Preta, ilustra a sua trajetória de mulher negra que, apesar das dificuldades, consegue transformar sua vida por meio da educação e da luta pelos seus direitos que são os instrumentos principais que possibilitam essa transformação, sendo a força de vontade e a solidariedade comunitária fatores decisivos para alcançar o objetivo de uma vida mais digna. Na narrativa selecionada, a personagem principal expõe suas vivências no cárcere como um meio de escapar da realidade violenta que a cerca. Explica que prefere “[...] desabafar escrevendo, ato que me alivia e me faz viajar, como se estivesse narrando o futuro.” (Ferreira, 2020, p. 169). Assim, ela escapa de seu ambiente hostil por meio da escrita que se torna uma oportunidade de autoconhecimento. Ao relatar suas experiências, a protagonista não apenas documenta suas lutas diárias, mas também transforma sua dor em arte, resistindo contra sua desumanização e preparando-se para o seu futuro.

Também considera que “Escrever é uma forma de fugir, é um ato de resistência. Cada palavra é uma nova possibilidade de liberdade, mesmo que esteja cercada por muros.” (Ferreira, 2020, p. 45). Esse trecho destaca como o ato de escrever se torna um espaço de refúgio, no qual ela pode explorar sua identidade e confrontar as vivências dolorosas que a assombram. Assim, para Preta a escrita é uma forma de escape e de resistência, evidenciando o papel da literatura na transformação da dor em autoconhecimento e luta contra a opressão.

Em relação a caracterização da protagonista, ela é descrita como uma pessoa que está recentemente conectada com suas raízes afro-brasileiras, mostrando o impacto da descoberta

de sua ancestralidade em sua identidade e em sua luta. No início do relato há uma invocação a Ogum, uma divindade associada à força e à resistência, revelando que a personagem não apenas busca inspiração na espiritualidade, mas também fundamenta sua luta em valores culturais e comunitários. Essa referência sugere que sua jornada é guiada por uma força maior, reforçando sua determinação em lutar por justiça social e pelos direitos de seu povo, como vemos na seguinte citação:

Agradeço a meu pai Ogum, que me deu forças para entrar e sair de cabeça erguida dessa batalha; foi com ele que aprendi a nunca abandonar minha causa, meu povo, ele me munuiu da ousadia para abrir caminhos desconhecidos, mas muito produtivos, como minha atuação na militância do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e de outras causas ligadas a injustiça social, arte, cultura, educação e racismo. Eu não sabia que era sua filha até ser questionada sobre minha paternidade ancestral pela pessoa branca que me prendeu. (Ferreira, 2020, p.7)

O fragmento apresenta alguns elementos de sua biografia, bem como o desconhecimento da divindade antes de ser presa, ressaltando a importância dessa descoberta em um momento de opressão. Isso simboliza um processo de autoconhecimento e reafirmação de sua identidade em meio à adversidade. Ao destacar sua atuação no Movimento Sem-Teto e em outras causas sociais, a protagonista emerge como uma figura de resistência que, embasada em sua ancestralidade e em suas experiências, busca abrir caminhos para mudanças significativas.

A personagem afirma que "O movimento me ensinou sobre ter direitos, não só deveres, me ensinou que ninguém é melhor que ninguém, me ensinou que eu poderia ser uma mulher forte e revolucionária." (Ferreira, 2020, p.18). Sua declaração desvela sua conscientização sobre seus direitos, destacando a importância da luta coletiva na construção de uma identidade mais combativa, baseada na igualdade e na coletividade. Desse modo, ela apresenta um modelo feminino independente e transgressor que contraria as normas patriarcais. Também conta a sua trajetória a partir de seu ponto de vista:

Essa história começa em 24 de junho de 2019, quando fui presa sem ter cometido crime algum. Num desdobramento injusto da investigação sobre o desabamento do Wilton Paes de Almeida, prédio no largo do Paissandu que então era ocupado pelo Movimento de Luta Social por Moradia (MISM) - do qual não fiz parte -, e a partir de uma carta anônima, *fake news*, enviada via correio ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), o Ministério Público me denunciou, junto com mais dezoito pessoas de variados movimentos por moradia. Eles sabiam que eu era inocente; segundo a polícia, eu só iria prestar um depoimento e seria libertada. No entanto, foi o depoimento mais longo da história: fiquei 108 dias presa e mais dois meses em casa, sem poder sair em fins de semana nem em feriados - durante a semana, eu podia sair das 6h às 18h. (Ferreira, 2020, p.19)

A citação explicita a arbitrariedade de sua prisão, visto que não havia provas de seu crime e passou mais de cem dias encarcerada sem ter sido julgada. Ao mencionar que a polícia tinha conhecimento de sua inocência, a protagonista não somente critica a injustiça do sistema, mas também reafirma sua determinação e resiliência em face da adversidade. Já as restrições impostas durante sua liberdade condicional reforçam a vigilância estatal que permeia sua vida por sua opção política. Assim, esse trecho não apenas apresenta a protagonista como uma figura que luta por justiça, mas também evidencia sua força diante de um sistema que busca silenciá-la, solidificando sua identidade como uma mulher determinada e engajada na busca por direitos. Preta ainda expressa ter consciência do ambiente opressivo em que vive antes da sua prisão, explicando que

Uma semana antes de ser presa, passei todas as minhas senhas de acesso para uma amiga, informei onde estavam todas as minhas documentações, a senha dos meus cartões, e-mails, redes sociais etc. Eu disse a ela que seria presa, minha intuição me alertou quando passei de carro em frente a uma delegacia do Deic. Tive uma visão de tudo, só não sabia quando seria. (Ferreira, 2020, p.21)

A referência à intuição, especialmente ao passar em frente à delegacia do Deic, adiciona uma camada quase mística à sua caracterização, insinuando que ela possui uma percepção que transcende a lógica comum. Essa visão de futuro não apenas reforça sua vulnerabilidade, mas também sua determinação em se proteger e garantir que sua vida e suas informações não fiquem desprotegidas. Assim, esse trecho ressalta a força da protagonista em um momento de incerteza, apresentando-a como consciente de seu papel de resistência em um sistema que ameaça sua liberdade. Quando é encarcerada pondera que

Qualquer pessoa está sujeita a parar atrás das grades: inocente ou culpada, na cadeia, sempre tem um lugar reservado. Na cela especial não tem distinção de cor. Muito pelo contrário. No local onde fiquei, o índice menor é o de mulheres negras. Aqui não existe classe social. Todas têm um número de matrícula e são igualmente chamadas de "reeducandas". (Ferreira, 2020, p.21)

Sua declaração revela a coletividade da opressão, enfatizando que o encarceramento é uma realidade que pode afetar a todos. Por outro lado, a protagonista também traz à tona a complexidade das desigualdades raciais e sociais, ao observar que, na cela especial, o índice de mulheres negras é menor que o de brancas, indicando que a estrutura do sistema prisional não é neutra, mas espelha graves problemas da sociedade, tal como o acesso à educação. A menção ao fato de que, embora todas sejam chamadas de "reeducandas" e tenham um número de

matrícula, indica uma crítica à noção de igualdade proposta pelo sistema, dado que somente quem tem ensino superior está na cela especial.

A personagem também registra que depois de conhecer as histórias de outras mulheres aprisionadas: "Eu me revoltei ainda mais com os homens." (Ferreira, 2020, p.30). Assim, expressa sua crescente indignação com as violências de gênero que as suas companheiras de cárcere sofreram, bem como o aliciamento de homens que as levaram para a criminalidade. Também problematiza as circunstâncias de sua prisão, denunciando o preconceito sofrido por ser uma mulher negra, instruída e de esquerda na seguinte passagem:

-Ainda por cima tem nível superior? Tem que se foder mesmo, esse pessoal do PT tem que apodrecer.

Nota-se o crime que cometemos: escolher um lado da história. Isso chama-se crime político. (Ferreira, 2020, p.33)

O fragmento evidencia a hostilidade e o desprezo que ela e outros militantes enfrentam por sua opção política e pela escolha de se posicionar em um contexto social adverso. Além disso, problematiza o fato de ela ser uma mulher negra que possui um curso superior, fato que é considerado excepcional. A menção ao "pessoal do PT" e a ideia de que escolher um lado da história é um "crime político" destaca a polarização e a perseguição que estão presentes no ambiente em que vive, onde a expressão de ideais e a busca por justiça podem levar a severas consequências. Essa crítica à forma como o sistema penal trata aqueles que se opõem ao *status quo* revela a recusa da protagonista em aceitar a opressão, não aceitando ser reduzida a uma mera vítima. Em vez disso, afirma sua identidade como uma pessoa engajada em um movimento maior que luta por justiça. A referência ao "crime político" também sugere uma reflexão sobre a criminalização da luta social e dos direitos humanos, enfatizando a injustiça de sua perseguição.

Em seu diário, Preta denuncia as condições insalubres dos espaços de confinamento, criticando a falta de higiene e a qualidade da alimentação. Também revela a arbitrariedade do sistema prisional quando foi decretada sua prisão preventiva:

Aquele homem cruel, mentiroso, nos fez passar três dias de horror e ainda nos mandou pra um lugar distante de nossos familiares, mesmo sabendo que temos nível superior. Sim, nossos advogados somaram os diplomas ao processo. (Ferreira, 2020, p.35)

A citação diz respeito a sua transferência ao presídio de Franco da Rocha, longe de sua família, contrariando a legislação que lhe garantia ter direito a uma cela especial devido aos seus estudos universitários. Dessa maneira, problematiza a violação aos seus direitos, pois o

sistema não reconheceu a sua escolarização. Isso enfatiza a luta da protagonista não apenas contra a injustiça de sua prisão, mas também sua oposição a desvalorização da inteligência e das capacidades das mulheres negras, especialmente em um sistema que tende a ignorar suas vozes e histórias. Cabe frisar que depois de muita luta ela foi transferida para a penitenciária de Santana em um lugar destinado às detentas com curso superior.

Segundo a protagonista, o seu “[...] único crime foi nascer mulher, preta e pobre num país racista, machista, elitista e seletivo. Não aceitar a injustiça de um desgoverno que age contra pobre.” (Ferreira, 2020, p.39). Esta afirmação destaca como sua identidade é usada contra ela, evidenciando a interseccionalidade das opressões que enfrenta. A declaração também revela sua conscientização sobre as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade, posicionando-a como uma figura que não apenas reconhece sua condição, mas também se recusa a aceitá-la passivamente. Nesta citação, ela demonstra que se vê como parte de uma luta maior contra um sistema que marginaliza e silencia as vozes das classes subalternas.

Durante seu encarceramento, Preta não só escreve o seu diário, mas também muitas cartas. Uma delas é destinada ao Papa, que expressa uma crítica contundente ao sistema político brasileiro. Ela relata que “[...] aqui no Brasil, eles investem em presídios e tiram da educação, não investem nos pobres, tomam todos os seus direitos e nos fazem acreditar que é assim que tem que ser.” (Ferreira, 2020, p.47). A referência ao investimento em presídios em detrimento da educação revela sua consciência das prioridades do Estado e como essas escolhas impactam desproporcionalmente os mais pobres.

Além disso, o ato de escrever ao Papa ilustra sua busca por reconhecimento e apoio em uma luta que transcende as questões individuais. Essa comunicação com uma figura de autoridade global também sugere uma esperança de mudança e um apelo por justiça, evidenciando sua determinação em não ser silenciada. Sua atitude a posiciona como uma agente de mudança, que usa sua voz e sua experiência para lutar contra as desigualdades que permeiam sua realidade.

O seu cotidiano no cárcere apresenta vários desafios. Embora consiga que algumas de suas reivindicações sejam atendidas, ela é constantemente vigiada. Um dia, recebe a visita do diretor e relata que “[...] quando ele saiu, as companheiras disseram que ele nunca vai à cela especial e que na verdade ele queria saber de mim, fazer amizade, tudo isso para eu não falar sobre as coisas que acontecem no presídio.” (Ferreira, 2020, p.59) A suspeita em relação às intenções do visitante destaca sua consciência crítica e a desconfiança em relação à sua autoridade, o que revela seu espírito de resistência mesmo em um espaço tão opressivo.

Preta registra que “Eles queriam me censurar até dentro da cadeia.” (Ferreira, 2020, p.59). Sua observação de que as companheiras acreditam que o diretor tem um interesse oculto em sua vida reforça a ideia de que na prisão até mesmo as interações aparentemente inofensivas são carregadas de vigilância e controle. A menção à censura sugere que a protagonista não é apenas uma vítima da prisão, mas uma figura ativa que se recusa a ser silenciada. Essa luta pela liberdade de expressão dentro da cadeia revela sua força interior e seu compromisso em expor as injustiças que ocorrem ao seu redor.

A protagonista tem ciência de que é uma figura pública dentro do presídio, cuja identidade como "presa política" a torna uma referência entre as detentas. Sua consciência de ser reconhecida sugere que ela transforma sua condição em uma plataforma de resistência, refletindo sua resiliência e determinação de não ser apenas uma vítima do sistema. Confessa que “Imagino como estou famosa aqui, todos sabem quem sou eu, todos sabem que sou presa política, e quem ainda não sabe indaga até as companheiras.” (Ferreira, 2020, p.63). Essa autoimagem destaca seu papel como agente de mudança, sublinhando sua luta não apenas pela própria liberdade, mas também pela justiça coletiva, consolidando-a como uma voz emblemática em um contexto de opressão.

Preta não só critica o sistema, mas também promove ações que ajudam outras mulheres encarceradas. Em sua opinião, " O que vai vencer essa opressão é o estudo da massa... Vocês acham que esses cortes na educação acontecem porque o país está quebrado?" (Ferreira, 2020, p.66). Assim, ela posiciona a educação como um instrumento de libertação e empoderamento, refletindo sua crença na capacidade transformadora do conhecimento. Essa visão não apenas destaca seu papel como defensora da educação, mas também a caracteriza como alguém que reconhece a opressão sistemática que afeta os menos favorecidos e busca alternativas para sua superação.

A crítica aos cortes na educação, associando-os à manipulação dos pobres, reforça sua compreensão das estruturas de poder e de controle social. Alerta que "[...] quanto mais pobre fora do sistema educacional, mais fácil de manipular, de lhes roubar direitos. Pobre educado, de nível superior, oferece perigo ao sistema.” (Ferreira, 2020, p.66). Sua afirmação evidencia a resistência da protagonista contra a marginalização e a visão de que a educação pode ser libertadora. Essa perspectiva não apenas a torna uma figura de luta, mas também explicita seu desejo de romper com os ciclos de opressão, tornando-a uma personagem multifacetada que busca não apenas a própria libertação, mas a de sua comunidade. Para a protagonista, a educação é a chave para a transformação social.

O fragmento a seguir oferece uma visão mais íntima da personagem, revelando suas emoções conflitantes e o peso de sua realidade prisional:

Amanhã é dia 27 de julho, sábado, meu quarto sábado neste presídio. Minha irmã Kellen vem me visitar. Tô meio apreensiva e triste por encontrar com ela aqui, não queria que ninguém da minha família passasse ou me visse nessas condições. Eu quero ir embora, tô com saudade da minha mãe, dos meus sobrinhos, dos meus amigos, da minha família, da minha vida. (Ferreira, 2020, p.73)

A especificação da data, "27 de julho", e a menção de que é seu "quarto sábado" no presídio enfatizam a passagem do tempo e a rotina opressiva que ela enfrenta. A apreensão em encontrar sua irmã Kellen destaca sua vulnerabilidade e a complexidade de suas relações familiares, refletindo seu desejo de proteger aqueles que ama. A preocupação com a imagem que sua família terá dela neste contexto demonstra uma luta interna entre a vergonha e o amor familiar, revelando suas inseguranças e humanizando-a.

Já a saudade expressa por sua mãe, sobrinhos, amigos e pela vida anterior reforça a ideia de perda, apresentando a personagem como uma figura humana que anseia por conexão e normalidade. Esse anseio torna-se um elemento central em sua caracterização, mostrando não apenas a dor da separação, mas também a força dos vínculos familiares que ainda a sustentam. Observa-se, portanto, não somente a tristeza da situação, mas também a resiliência e a esperança de Preta em um futuro diferente, ressaltando a importância da família em sua jornada.

Em seu encarceramento descobre que “[...] uma coisa eu sinto: as pessoas não se importam tanto quanto dizem. A única pessoa que vai pensar se você comeu, se está bem, é sua mãe.” (Ferreira, 2020, p.79). Sua reflexão ilustra a sua solidão e desilusão, revelando uma profundidade emocional que enriquece sua caracterização. Ao afirmar que as pessoas não se preocupam com as outras, ela expressa uma frustração com a superficialidade das relações, especialmente em momentos de crise. Conclui que “Tenho certeza de que a única pessoa que neste momento se preocupa comigo do fundo do coração é ela.” (Ferreira, 2020, p.79). Assim, a ênfase na preocupação genuína de sua genitora ressalta o vínculo afetivo mais forte e autêntico que ela possui, destacando a importância da família em um contexto de abandono social.

A solidão afeta-a de diversas maneiras e revela que “Logo que fui presa, tinha muita gente, agora não ouço muito barulho. Mandeí carta para várias pessoas, mas, desde que estou em Santana, só recebi as das minhas sobrinhas.” (Ferreira, 2020, p.79). Essa transição de ter várias pessoas ao seu redor para a solidão progressiva que enfrenta na prisão acentua seu isolamento e a realidade cruel do encarceramento. Apesar de enviar cartas a muitos, apenas

recebe respostas das sobrinhas, evidenciando a desconexão de sua rede social e a fragilidade de suas relações que agora dependem da mediação do sistema prisional.

Paradoxalmente, Preta relata que, “[...] mesmo presa, eu me sinto privilegiada, tenho cela especial, advogados, família e amigos. E as outras? Por que a injustiça me segue em todos os lugares?” (Ferreira, 2020, p.99). Desse modo, mesmo em situação de cárcere, expressa uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais e raciais que permeiam sua realidade. A reflexão sobre seu privilégio em comparação com a situação de outras detentas não apenas expressa sua autoanálise, mas também a solidariedade com as mulheres que não possuem as mesmas oportunidades. Essa dualidade entre sua posição e a de outras prisioneiras destaca a injustiça do sistema penal, que favorece algumas enquanto marginaliza outras, especialmente aquelas que são negras.

A protagonista ainda evidencia o fato, de que “[...] o sistema nos presídios também joga as mulheres umas contra as outras. (Ferreira, 2020, p.99). Isso ocorre de diferentes maneiras, sendo uma delas a distinção de privilégios de acordo com o seu nível de escolaridade. Também desmistifica a visão do senso comum sobre criminalidade, apontando que

Engana-se quem acha que os piores crimes foram cometidos por negras. Os piores e mais bárbaros são os das mulheres brancas e de classe média alta. Isso não saiu em nenhuma pesquisa, fui eu que ouvi todas enquanto estive com elas, ouvi todos os crimes, como planejaram, como executaram etc. (Ferreira, 2020, p.99)

Esse contraste enfatiza a hipocrisia do sistema social e judicial, que tende a invisibilizar a violência cometida por indivíduos privilegiados, pois,

[...] o tratamento muda pelo nível escolar - das quinze presas em cela especial, só três são negras. Por aqui podemos ver a falta de oportunidade com que nós, negros, lidamos: o que restou para nós foram empregos e salários mais baixos; tudo para a gente branca é melhor. (Ferreira, 2020, p.99)

Sua declaração revela a consciência da protagonista sobre as dinâmicas de poder e classe, tornando-a uma voz potente de resistência e crítica em uma narrativa que desafia estereótipos e evidencia as disparidades raciais e sociais no Brasil.

Em diversos momentos do relato, a personagem relaciona o cárcere com o sistema escravocrata, afirmando que muitas mulheres estão esquecidas no porão deste navio negreiro. Denuncia que “A escravidão aqui no Brasil continua, só mudou de nome. Eles me chamam de reeducanda! Sinto como se tentassem me colonizar.” (Ferreira, 2020, p.102). Seu desabafo expressa sua consciência da manutenção da mentalidade colonial e racista em setores de nossa

sociedade, segundo a qual os negros são inferiores, justificando sua opressão com essa falácia. Ademais, explicita sua recusa em ser colonizada.

Preta também critica o fato de a justiça brasileira ser seletiva, sustentando que “O Brasil é o terceiro país com o maior número de mulheres encarceradas; dessas, a maioria é de mulheres negras – ou seja, negro aqui vai para o tronco. As cadeias são herança da escravidão, assim como os piores empregos.” (Ferreira, 2020, p.102). Dessa maneira, a protagonista explicita que os resquícios da escravidão ainda estão presentes na sociedade contemporânea, impactando o acesso das mulheres negras aos seus direitos básicos.

Além disso, reconhece que “[...] eu não sou a única mulher negra injustiçada neste lugar – o que só prova como a “justiça” é falha, lenta, seletiva, racista, opressora, entre outras coisas piores. Eu não ouvi ninguém falar, eu sou uma dessas vítimas do sistema.” (Ferreira, 2020, p.109). Embora assuma ter sido vítima da injustiça do sistema prisional pondera que “Pensando no que fiz enquanto estou presa injustamente, não deixei de lutar por um instante. Mesmo impedida de ser livre, fiz o que de melhor sei: ajudar as pessoas.” (Ferreira, 2020, p.120). Sua solidariedade, sororidade e resiliência também se destacam quando opina que “O grito não é ‘Preta livre’, e sim ‘Pretas livres’. A liberdade tem que ser para todas e em diversas lutas.” (Ferreira, 2020, p.131). Assim, transforma sua batalha individual em uma demanda coletiva.

Preta também relaciona sua situação de encarceramento com outro período nefasto de nossa história: a última ditadura brasileira. Revela que “Estamos vivendo um pesadelo; é como se todos os filmes e os livros que relataram 1964 fossem reprisados em minha vida.” (Ferreira, 2020, p.132). Dessa forma, compara sua situação com a de presos políticos no regime ditatorial. Registra ainda que

Hoje, dia 28, comemoramos a libertação dos presos políticos de 1964 - 55 anos se passaram, e eu aqui, presa. Tudo se repete, pessoas ainda morrem na mão da polícia, pessoas inocentes são presas, presos políticos que não concordam com toda essa ditadura e descaso de 1964 a 2019. Nada mudou, só o ano. (Ferreira, 2020, p.139).

O trecho evidencia que embora o sistema político atual seja a democracia, ainda há violações de direitos humanos, ironizando a repetição da história. Preta ainda relaciona a ditadura com a sua prisão injusta e com a escravidão:

[...] eu me sinto uma escravizada, sem as rédeas da minha vida, como se tivesse sido vendida no mercado, não posso tomar as minhas próprias decisões nem escolher o que comer ou vestir, tenho hora para acordar e dormir. Vivo uma ditadura, vivo na pele o que muitas outras pessoas passaram para eu ter o direito de lutar. (Ferreira, 2020, p.191).

A citação desvela sua limitação no cárcere, comparada com outros momentos abomináveis de nossa história. A protagonista revela que sua experiência no sistema prisional marcou sua trajetória, denunciando que:

A prisão nos tira todos os direitos, lesa, fere, violenta e não há ressocialização. Sinto como se tivessem acabado com a minha vida. E é bem difícil voltar ao normal, muitas feridas foram abertas, algumas que nunca vão cicatrizar. Me sinto como uma escravizada, marcada a ferro quente [...] (Ferreira, 2020, p.206).

Ao comparar sua vivência no cárcere com a de uma pessoa escravizada, desvela a desumanização do sistema prisional que a despojou de seus direitos básicos. Confessa que “Descobri na pele que a abolição é uma farsa – e descobri isso sendo torturada, sendo punida por fazer a revolução acontecer, porque lutar por direitos constitucionais é fazer a revolução. Em 108 dias de prisão, vivi muitos anos, vivi muitas coisas que não desejo a ninguém.” (Ferreira, 2020, p. 217). Desse modo, sintetiza as opressões que vivenciou em sua injusta prisão.

Também revela que “Hoje, dia 24 de junho de 2020, um ano depois de tantas histórias vividas, me encontro escrevendo o último parágrafo dessa forte história, ressignifico todas as dores em arte e amor. Não serei eu quem cairá na armadilha do ódio.” (Ferreira, 2020, p. 220). Termina sua escrevivência com uma provocação: “Quem não luta tá morto.” (Ferreira, 2020, p. 221). Assim, assinala a sua disposição para seguir lutando contra as injustiças, escrevendo novas cenas do roteiro de sua vida.

O enredo da obra é uma jornada íntima e coletiva, que retrata a experiência da protagonista como mulher negra em um contexto de opressão. A narrativa é repleta de passagens que revelam tanto momentos de dor quanto de resistência. Por exemplo, ao abordar a luta contra a violência e a discriminação, Ferreira nos leva a refletir sobre como essas experiências moldam sua identidade. Ela destaca a força da ancestralidade e da memória, entrelaçando relatos pessoais com questões sociais mais amplas. A partir de suas vivências, ela denuncia as injustiças e celebra a resiliência das mulheres negras, criando um enredo que é ao mesmo tempo particular e coletivo.

O espaço na obra é carregado de simbolismo e significado. Ferreira utiliza ambientes urbanos e rurais para refletir sobre sua identidade e a luta por reconhecimento. Passagens que descrevem a comunidade onde cresceu, por exemplo, oferecem um panorama das relações sociais e das dinâmicas de poder. Os espaços de resistência, como encontros familiares e coletivos, são contrastados com ambientes opressivos, como o sistema prisional e as ruas, que

muitas vezes refletem a violência e a marginalização. Essa dualidade espacial não apenas enriquece a narrativa, mas também enfatiza a luta contínua por liberdade e dignidade.

O tempo na narrativa é não linear, com uma mistura de passado e presente que permite uma reflexão profunda sobre a continuidade da luta. Passagens que evocam memórias da infância ou da história familiar ajudam a conectar o leitor ao legado de resistência das mulheres negras. Ferreira utiliza *flashbacks* para mostrar como as experiências passadas moldam sua identidade atual, destacando a urgência de suas questões. A sensação de que a luta por direitos e reconhecimento é uma constante permeia toda a obra, ressaltando que as histórias não são apenas lembranças, mas um chamado à ação no presente.

Nesta obra, a autora constrói uma narrativa que revela a complexidade da vida de mulheres negras e a força que emana de suas histórias. As passagens cuidadosamente escolhidas neste estudo do diário de Preta Ferreira fazem ecoar a urgência de sua mensagem, criando um convite à reflexão e à resistência.

Além de ser uma expressão identitária, a escrita no cárcere torna-se um meio de denúncia das injustiças sistemáticas que muitas mulheres negras enfrentam, incluindo racismo, sexismo e condições precárias nas prisões. Essa prática literária amplifica suas vozes, conscientizando o público sobre as desafiadoras condições que enfrentam. No trecho a seguir, podemos entender um pouco mais acerca desses aspectos:

Eles sabiam que eu era inocente; segundo a polícia, eu só iria prestar um depoimento e seria libertada. No entanto, foi o depoimento mais longo da história: fiquei 108 dias presa e mais dois meses em casa, sem poder sair em fins de semana nem em feriados – durante a semana, eu podia sair das 16h às 18h. (Ferreira, 2020, p. 19)

Essa interconexão entre o conceito de escrevivência e a produção literária da mulher negra no cárcere revela uma complexidade intrínseca, estreitamente vinculada às experiências distintas enfrentadas por essas mulheres. Essa complexidade é exemplificada no trecho retirado da obra de Ferreira, onde ela aborda a realidade carcerária com uma perspectiva que transcende distinções raciais e sociais, na qual:

Qualquer pessoa está sujeita a parar atrás das grades: inocente ou culpada, na cadeia, sempre tem um lugar reservado. Na cela especial não tem distinção de cor. Muito pelo contrário. No local onde fiquei, o índice menor é o de mulheres negras. Aqui não existe classe social. Todas têm um número de matrícula e são igualmente chamadas de “reeducandas”.
Dia 24 de junho de 2019. Desde essa data, muitas narrativas entraram em minha vida, meu caminho se cruzou com o de outras pessoas, inocentes

como eu. Desde esse dia, acredito menos ainda na “justiça” brasileira e passei a crer cegamente na maldade do homem e na inveja. São histórias ouvidas, de pessoas que existem. (Ferreira, p. 21, 2020)

A personagem destaca que qualquer pessoa, independentemente de ser inocente ou culpada, está sujeita a parar atrás das grades, evidenciando a arbitrariedade existente no sistema prisional brasileiro. Na cela especial descrita por ela, a distinção de cor não é relevante, mas há uma notável presença de mulheres brancas, indicando uma dinâmica discriminatória dentro da prisão.

Ao compartilhar sua experiência a partir da data de 24 de junho de 2019, ela ressalta a descrença na "justiça" brasileira e sua firme crença na maldade humana e na inveja. Essa perspectiva revela uma narrativa permeada por histórias ouvidas de outras pessoas, sugerindo uma comunidade de experiências compartilhadas no ambiente carcerário.

Dessa forma, a citação de Ferreira ilustra a intrincada interação entre o conceito de escrevivência e a produção literária da mulher negra no cárcere, oferecendo um vislumbre das complexidades enfrentadas por esse grupo na sua luta por justiça e dignidade. Portanto, quando relacionamos esse conceito ao contexto do cárcere, a escrita da mulher negra dentro das prisões torna-se um ato de resistência e afirmação de identidade.

Assim, a escrita não é apenas um meio de documentar a experiência, mas também uma forma ativa para moldar as percepções e provocar reflexões sobre a crueldade do sistema prisional. Essa capacidade de expressar as experiências de forma tão intensa e persuasiva destaca a poderosa influência que a escrita pode ter na transformação e na subversão das narrativas estigmatizantes associadas ao cárcere.

Ao escrever sobre suas experiências, as mulheres negras têm a oportunidade de reconstruir suas narrativas pessoais, indo além das estigmatizações associadas à prisão. Isso permite que se apresentem como seres humanos completos, com histórias complexas e multifacetadas, conforme notamos nesta parte da narrativa, na qual a personagem é indagada sobre ter ensino superior, evidenciando que para os carcereiros não é esperado que uma mulher negra, principalmente de pele retinta, tenha formação acadêmica.

Consideramos que a expressão da identidade por meio da escrita da mulher negra no cárcere permite-lhe reivindicá-la frente às tentativas de apagamento e invisibilidade. Nesse processo criativo, ela explora suas raízes culturais, traça narrativas próprias e afirma seu lugar na sociedade. Na obra de Ferreira (2020), podemos observar que a personagem relata sua experiência individual e a transforma em uma prática mais dialogável no coletivo. Pensamos

que esse é o segredo de memórias bem escritas, pois não se trata simplesmente de uma sucessão de eventos, mas da possibilidade de conseguir transformar a vivência individual em algo maior. No trecho a seguir, evidenciamos esses aspectos:

Cada vez que observo e ouço as mulheres do pavilhão e suas histórias, vejo que elas realmente só necessitam de uma chance na vida. A disputa entre elas, o convencimento de que a vida do crime é o que restará, uma querendo ser mais criminosa que a outra. Algumas chegam a dizer há quanto tempo estão no crime e seus feitos, como se fosse um currículo, como se o processo seletivo para ser alguém respeitada na vida do crime fosse o número maior de artigos cometidos.

Acredito que essas mulheres nunca tiveram o respeito da sociedade, nunca foram enxergadas, e na vida do crime elas foram vistas, obtiveram o respeito merecido. Quem empurrou essas mulheres para o crime foi a própria sociedade e seu modelo de exclusão; ninguém nasce criminoso, mas a falta de oportunidade, de amor, e de compreensão cria criminosas. Eu não me refiro a pessoas doentes, maníacas, e sim a quem superlota as cadeias com seus crimes comuns [...] (Ferreira, p. 151, 2020)

O trecho citado revela como a escrita de cárcere pode ser um meio de empoderamento e expressão para as mulheres negras, proporcionando-lhes uma voz e uma plataforma para compartilhar suas experiências e desafios. Essa dinâmica se alinha com o conceito de dororidade proposto por Vilma Piedade, segundo o qual a solidariedade entre mulheres negras transcende para abraçar suas dores específicas diante das interseccionalidades de raça, gênero e classe. Assim, a autora destaca a importância de reconhecer e enfrentar as opressões estruturais. Além disso, o trecho apresentado ressalta como as mulheres no cárcere, são impelidas para o crime devido à falta de oportunidades e ao modelo de exclusão da sociedade. Essa conexão entre a experiência das mulheres negras no cárcere e o conceito de dororidade sinaliza a importância de criar espaços de apoio e de resiliência, onde a escrita e a expressão se tornam tipos de resistência e fortalecimento comunitário.

Além disso, a escrita no cárcere assume um papel crucial na preservação e transmissão da cultura e das tradições das comunidades afrodescendentes, representando uma forma poderosa de resistência cultural, mesmo diante das adversidades do encarceramento. Este fenômeno ganha ainda mais relevância quando consideramos a obra *Necropolítica* (2011), de Achille Mbembe, cujas teorias oferecem percepções profundas sobre as dinâmicas de poder e opressão que moldam as experiências das pessoas negras. Em meio a ambientes prisionais que refletem a brutalidade da necropolítica, principalmente, neste recorte, voltada para a nulificação do povo negro, a escrita emerge como um meio vital de sobrevivência e afirmação cultural. Assim, as mulheres afrodescendentes encontram na expressão escrita não apenas um meio de

resistir à desumanização do sistema prisional, mas também uma maneira de manter viva a rica herança cultural de suas comunidades, desafiando ativamente as forças que buscam silenciá-las e apagar suas histórias.

Nesse contexto, a escrita assume um papel fundamental não apenas como meio de documentar experiências individuais, mas também como uma forma de resistência cultural contra tal conceito filosófico citado acima, que busca controlar e excluir certos corpos da história e da vida social. Para as mulheres no cárcere, a escrita não é apenas uma forma de documentar suas experiências individuais, mas uma maneira de afirmar sua identidade, preservar suas tradições e resistir ao poder que tenta suprimir suas culturas, especialmente as culturas negras e periféricas. Ao transgredir o silêncio imposto pela marginalização e pela violência do Estado, essas mulheres contestam diretamente o controle da vida e da morte que a necropolítica exerce sobre elas. Através da palavra escrita, elas reivindicam o direito de existir plenamente, de contar suas histórias e de perpetuar práticas e valores que são constantemente ameaçados pela desumanização imposta pelo sistema carcerário e pela sociedade que o sustenta. Dessa forma, a escrita se transforma em um ato de resistência não apenas política, mas também cultural, ao desafiar a necropolítica que busca silenciar e eliminar as narrativas daquelas consideradas descartáveis.

Ao registrar suas vivências e perspectivas, essas escritoras não apenas resistem à tentativa de apagamento cultural, mas também fortalecem a identidade afrodescendente, estabelecendo a escrita como um ato de resistência contra essas forças destrutivas. Essa conexão entre a preservação cultural por meio da escrita e a luta contra a necropolítica destaca a importância da expressão literária como uma forma de resistência e empoderamento no ambiente carcerário.

4. CAPÍTULO III: ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS DE JESUS E FERREIRA

“Em vários aspectos, as práticas feministas que se desenvolveram nessas décadas conectam-se com aquelas anunciadas muitas décadas antes, por militantes como Maria Lacerda de Moura, Bertha Lutz Pagu, como uma militância “menor”.”

(Deleuze; Guattari, 1997)

O trecho da epígrafe que abre o presente capítulo é de autoria de Deleuze e Guattari (1997) na obra intitulada *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, e aborda práticas feministas que, embora não sejam sempre reconhecidas ou valorizadas como grandes mobilizações, têm um impacto profundo na resistência às normas dominantes. Sobre esse assunto, Rago (2013, p.194) explica que:

"Menor" é entendido aqui como acontecimento singular, como aquilo que escapa ao hegemônico, que não se deixa apreender pelas codificações normativas e pelas formas biopolíticas de controle do corpo e da subjetividade. Refiro-me a um ativismo cotidiano, miúdo, informal, pouco valorizado, muitas vezes até pouco percebido, que se traduz pela habilidade de criar espaços coletivos nos quais se ultrapassam as fronteiras entre o público e o privado, razão e emoção, alma e corpo, e nos quais se pratica o cuidado de si e do outro, se produzem novas "artes do viver", se geram estilos feministas de vida, incluindo-se a prática da parecia, ou a coragem da verdade mesmo em situação de risco, como tematiza Foucault, ao estudar a Antiguidade Clássica (2011a).

Essa expressão refere-se a um ativismo cotidiano, informal e muitas vezes invisível, mas essencial, que desafia as fronteiras entre o público e o privado, o corpo e a subjetividade. Essas práticas feministas se traduzem em ações de cuidado mútuo, solidariedade e a coragem de revelar verdades, mesmo em situações de risco, conforme abordado por Foucault. O texto destaca que esse viés do feminismo é fundamental para a criação de novos modos de vida, autonomia e liberdade, enfatizando que o ativismo, mesmo sem grandes visibilidades, é uma forma poderosa de subversão.

A partir dessas considerações, o Capítulo III, propõe uma reflexão sobre as trajetórias literárias de duas autoras que, apesar de contextos e temporalidades distintas, compartilham a vivência de um cárcere físico e simbólico. As obras *Ela e a reclusão: o prisioneiro poderia ser você* (1965) de Jesus e *Minha carne: diário de uma prisão* (2020), de Ferreira, oferecem uma abordagem visceral e contundente sobre a experiência feminina no confinamento. Ambas as escritoras, ao relatarem suas vivências e reflexões no cárcere, expõem as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, abordando questões de privação, resistência e a construção de subjetividades à margem da sociedade. Ao comparar essas duas obras, buscamos compreender as semelhanças e as diferenças sobre a forma como cada autora enfrenta e ressignifica o espaço da prisão, refletindo sobre como as narrativas de mulheres que ficam à margem não apenas denunciam a desumanização, mas também revelam caminhos de resistência e afirmação da identidade feminina.

A literatura de cárcere escrita e protagonizada por mulheres, que se concentra nas

narrativas ambientadas no sistema prisional, explora os aspectos da vida das detentas, suas experiências, dilemas morais e as adversidades presentes nas condições carcerárias. Além de abordar questões sociais, políticas e psicológicas relacionadas ao encarceramento, essa subcategoria literária destaca-se por sua análise crítica do ambiente prisional. Por outro lado, a literatura comparada (Carvalho, 2006) se dedica ao estudo da literatura em diferentes culturas, analisando obras de distintos períodos, gêneros e regiões geográficas. Essa área busca identificar semelhanças e diferenças entre diversas tradições literárias, examinando como estas se relacionam e dialogam entre si, promovendo uma compreensão mais abrangente das influências e conexões literárias globais.

4.1 Personagens femininas: quem são essas mulheres?

As personagens femininas das obras literárias de cárcere, como *Ela e a Reclusão*, de Vera Tereza de Jesus, e *Minha carne*, de Preta Ferreira, podem ser vistas como representações poderosas das vivências de mulheres encarceradas, abordando tanto o sofrimento individual quanto as dimensões coletivas de opressão. Em *Ela e a Reclusão*, Vera Tereza de Jesus utiliza a escrita como um ato testemunhal, narrando suas experiências nos sistemas prisionais paulista e carioca durante as décadas de 1930 a 1960, nos períodos que passou detida. A obra não se limita a relatar as agruras do cárcere, mas faz um importante recorte sobre o funcionamento do sistema jurídico e ideológico que perpetua as desigualdades. O caráter de denúncia e resistência é um dos aspectos mais marcantes da obra, conforme argumenta Luciana Vinhas (2022), que destaca a natureza testemunhal e a capacidade da autora de entrelaçar o tempo passado, presente e futuro, antecipando uma literatura marginal de cárcere. Ao incorporar a teoria de Louis Althusser sobre Aparelhos Ideológicos de Estado, a autora revela como a literatura de Tereza de Jesus denuncia as formas de violência do sistema carcerário, refletindo sobre as relações entre subjetividade, Estado e Direito.

Já *Minha carne*, de Preta Ferreira, destaca o protagonismo de uma mulher negra que, além de vivenciar as mazelas do cárcere, também desafia e resiste ao sistema que a oprime. Ferreira oferece uma narrativa profundamente pessoal e crítica, que questiona a dinâmica do encarceramento e do racismo estrutural no Brasil. A obra de Ferreira se insere no contexto da literatura de cárcere e, mais amplamente, na tradição de escrita de mulheres negras que, como Conceição Evaristo propõe, utilizam a *escrevivência* como uma forma de resistência e autossuperação. Esse conceito cunhado por Evaristo, propõe uma literatura que nasce da

experiência direta de mulheres negras com a violência e a exclusão, convertendo suas vivências em formas de denúncia e construção de identidades próprias, longe das imagens estereotipadas que por muito tempo definiram as mulheres negras na literatura brasileira. Essa prática de escrita se conecta com o conceito de decolonialidade, que visa desconstruir as representações coloniais e destacar as vozes marginalizadas.

As personagens femininas dessas obras não são apenas vítimas do sistema, mas também agentes de sua própria narrativa, buscando, por meio da escrita, dar visibilidade a suas experiências e lutar contra as estruturas que as oprimem. Em ambos os textos, a presença de mulheres que não se conformam com o espaço do cárcere e da sociedade em geral ressoa com a ideia de interseccionalidade, um conceito que aponta para a intersecção das opressões de raça, classe e gênero. As autoras, ao relatarem suas experiências e as de outras mulheres em situações semelhantes, desafiam os discursos hegemônicos que tentam invisibilizar essas vozes. Assim, *Ela e a Reclusão* e *Minha carne* não apenas oferecem relatos de vida no cárcere, mas também atuam como espaços de resistência e transformação, desconstruindo as narrativas que as marginalizam.

Muitas dessas mulheres periféricas são como a protagonista da obra de Jesus que descreve uma infância marcada pelo abandono e pela falta de orientação, o que leva a criança a tomar decisões impulsivas e se envolver com o crime desde cedo: “Eu fui a criança do passado, e agora, no presente, lamento a orientação que tive. Com 8 anos, eu era uma pequenina revoltada, voluntariosa e de decisões próprias.” (Jesus, 1967, p.6) Ela continua seu relato revelando que: “Com essa idade, eu já era uma refinada ladrazinha, roubava por necessidade a princípio, depois, por vício e hábito, e, enfim, por profissão.”(Jesus, 1967, p.6); A partir desse trecho, o texto evidencia como a ausência de apoio familiar impacta negativamente no desenvolvimento emocional e social da criança. Esse comportamento reflete a busca por controle e sobrevivência em um ambiente negligente.

A transformação do roubo em “profissão” mostra como o abandono infantil pode gerar escolhas que perpetuam padrões negativos, fazendo do crime uma adaptação ao contexto de privação e falta de direcionamento. A carência de suporte familiar e de recursos adequados muitas vezes leva essas meninas a buscar alternativas para se afirmar e sobreviver, o que, no caso descrito, resulta no envolvimento com o crime.

A personagem principal de *Ela e a reclusão* afirma que: “Minha mãe era quase minha inimiga, pois constantemente repetia: Você não é minha filha, não gosto de você...” (Jesus, 1967, p.6). Sua declaração expressa um sentimento de rejeição e distanciamento emocional, o que gera uma grande insegurança na filha, afetando sua autoestima e seu senso de

pertencimento. Essa afirmação cria uma atmosfera de hostilidade, onde o vínculo maternal se transforma em algo ruim, o que impactou profundamente a formação emocional desta criança. A ausência de afeto e o abandono expostos nesse trecho refletem a dor de uma filha que, além de enfrentar essa ruptura afetiva, é rejeitada de forma verbal e constante, o que agrava o sofrimento psicológico e a sensação de exclusão.

Em contrapartida, a mãe da personagem de Ferreira é uma mulher carinhosa e preocupada com o futuro da filha, como podemos observar nesse trecho: “Minha mãe sempre nos incentivou a estudar, nos colocava em diversos cursos– de informática, almoxarifado, bordado... Foi tanto curso que eu achava que eu já era doutora.” (Ferreira, p. 18, 2020.). Assim, evidencia-se que sua principal forma de demonstrar afeição era oferecendo uma educação voltada para a formação profissional. Ao incentivar a filha a estudar e a se matricular em diversos cursos, ela parece ter boas intenções de proporcionar a ela um futuro melhor.

Já a protagonista de *Ela e a Reclusão* (1967) é uma mulher que enfrenta a dura realidade da ausência de apoio e oportunidades, refletindo uma história de dificuldades que marcam sua trajetória. Ela não teve acesso a estudos e cresceu sem o suporte de uma presença materna que a incentivasse ou a guiasse. Em vez de contar com essa figura para direcioná-la e motivá-la, ela se vê sozinha em um contexto que não oferece condições ideais para o seu crescimento intelectual e pessoal. O acesso à educação, um fator crucial para qualquer indivíduo, foi um privilégio que lhe foi negado, o que agrava ainda mais seu sentimento de reclusão e de ser cercada por limitações. Essa ausência de apoio, tanto emocional quanto intelectual, molda suas escolhas e seu destino, criando um cenário onde ela precisa lutar sozinha para superar as barreiras que a sociedade impõe.

Partindo para a questão do espaço do cárcere, em determinado ponto da narrativa a personagem de Jesus (1967), revela uma tensão entre a sua presença e o contexto autoritário e desumanizante representado pela delegacia. Além de sugerir uma exclusão da protagonista do espaço social e institucional, como se sua simples existência representasse uma anomalia ou um incômodo para a estrutura de poder. O delegado, figura central da autoridade no local, demonstra não ter uma solução adequada ou humanizada para a situação dela, recorrendo a uma solução que reforça a despersonalização e a marginalização da jovem:

Ao anoitecer, minha presença ali foi um grande problema. Não tinham um lugar adequado para eu ficar. O delegado procurava uma solução para a minha permanência na delegacia até vir uma escolta que me levasse para o Juizado de Menores. Afinal resolveu:

- Leve-a para o destacamento dos soldados. (Jesus, 1967, p.22)

O fato de a protagonista ser deslocada para esse local, não apenas ilustra a falha das instituições em fornecer um espaço digno e respeitoso, ainda mais pelo fato da personagem ter apenas 8 anos de idade quando foi detida pela primeira vez, mas também reflete a desvalorização de sua subjetividade e dignidade. A ausência de um lugar adequado para ela fica evidente, destacando a precariedade e a frieza do sistema de justiça que, ao invés de buscar uma solução que respeite os direitos da criança ou adolescente, simplesmente coloca-a em um espaço que evoca opressão, controle e desumanização. O uso do verbo "levá-la" remete à ideia de transporte forçado, que não apenas limita a liberdade física da personagem, mas também representa sua subordinação a uma estrutura coercitiva e desprovida de empatia. Esse fragmento pode ser lido como uma crítica ao sistema institucional de repressão, que muitas vezes desconsidera as necessidades emocionais e sociais dos indivíduos em conflito com a lei, especialmente quando se trata de jovens em situação de vulnerabilidade.

Este trecho revela uma experiência de fuga, marcada pela tensão entre a busca pela liberdade e as limitações impostas pela realidade opressiva em que a protagonista se encontra. O esforço da personagem ao dizer "Procurei ser amável e gentil. Limpei todo o dormitório dos soldados, lavei o banheiro e fui limpar os vidros das janelas." (Jesus, 1967, p.22)". Assim, para poder ser bem tratada e conseguir uma chance de escapar reflete uma tentativa de estabelecer algum tipo de controle ou dignidade em um ambiente de subordinação em que a mesma se sente acuada. Ela tenta, de algum modo, humanizar sua situação dentro de uma estrutura desumanizante, demonstrando sua força interior mesmo em circunstâncias de extrema vulnerabilidade.

O momento da fuga, descrito com a rapidez de um pulo é carregado de urgência e desesperança, como se o ato de correr representasse não só a fuga física, mas também a fuga simbólica de um sistema que a despoja de sua identidade e liberdade. O cansaço e a exaustão que a personagem sente ao parar para descansar sugerem o custo emocional e físico dessa fuga, refletindo as dificuldades de escapar não só fisicamente, mas também das amarras sociais e emocionais. Logo após, ela relata:

Fiquei na porta de uma residência, muito quietinha, pensando no que faria de minha vida. Não podia voltar para casa, minha mãe me entregaria para o delegado. Resolvi ir ver meus irmãos, bati na janela do quarto de minha irmã. Foi então que percebi que tinham esquecido a janela aberta; escalei o muro e pulei para o quarto. Acordei minha irmã, que ao ver-me atirou-se em meus braços e juntas choramos, não sei se de alegria ou de tristeza. (Jesus, 1967, p.22)

A interação com sua irmã, com o choro compartilhado, simboliza a ambiguidade da situação: a mistura de sentimentos de alegria e tristeza ao reencontrar alguém querido, mas

sabendo que a liberdade ainda está longe de ser plena. A narrativa, portanto, expõe não apenas a resistência à opressão, mas também o complexo jogo entre o desejo de liberdade e as limitações do próprio contexto familiar e social, que pode trazer tanto acolhimento quanto risco. Esse trecho, assim, faz uma crítica sutil à situação das mulheres e jovens em situações de marginalização, destacando como as escolhas que elas têm que fazer são frequentemente limitadas, complexas e repletas de ambivalência emocional.

A afirmação de que a mãe, que deveria ser a única capaz de entendê-la, não o fez, revela uma falha significativa na relação materna, que, por natureza, deveria ser um espaço seguro de acolhimento e compreensão. Há uma profunda angústia existencial e um sentimento de abandono, por parte da protagonista que se encontra em um estado de isolamento emocional, mesmo dentro de sua própria família, pois, sua mãe, uma figura central na formação da identidade e no suporte emocional de sua filha, aqui aparece como uma figura ausente ou incapaz de oferecer o apoio esperado. Isso gera não apenas uma sensação de rejeição, mas também uma crise de identidade, pois a personagem se vê desamparada em um momento de necessidade.

A mesma continua seu relato dizendo: "por que agora outras estranhas haveriam de entender-me?"(Jesus, 1967,p.26). Sua declaração intensifica ainda mais o seu desespero e a sua solidão. Ao se referir a outras pessoas como "estranhas", há uma clara percepção de que ninguém mais será capaz de compreendê-la, pois a falta de empatia e conexão já começa dentro da própria casa. A personagem parece aceitar, ou ao menos questionar, a impossibilidade de encontrar compreensão em qualquer outro lugar, o que a coloca em um estado de desconfiança generalizada e de desconexão com o mundo ao seu redor. Este trecho pode ser lido como uma reflexão sobre a importância das relações familiares e da confiança nas figuras parentais, e como a ausência ou falha dessas figuras pode gerar um ciclo de incompreensão e alienação emocional, com efeitos devastadores na formação da identidade e na capacidade de confiar nos outros. A dor da protagonista está não apenas na falta de compreensão por parte da mãe, mas também no reconhecimento da dificuldade de encontrar compreensão em um mundo externo que lhe parece indiferente.

A protagonista passa por uma crise existencial e espiritual profunda, em que questiona a presença e a ação divina diante de sua dor e sofrimento. A dúvida sobre a ausência de Deus, é expressa em questões repetitivas "[...] onde estava esse Deus que não via isso, por que não me protegia? por que não me via Ele, que tudo via, por que não olhava para mim?" (Jesus, 1967, p.29)". Desse modo, ela revela uma sensação de abandono absoluto. A protagonista, imersa em um sofrimento intenso, busca uma explicação para sua vulnerabilidade, e a falta de resposta

divina é vivida como uma negação de seu valor e dignidade, aprofundando ainda mais seu estado de solidão e desespero.

Ela continua seu desabafo: "Eu estava esquecida, sozinha, entregue à maldade humana (Jesus, 1967, p.29)". Desse modo, expressa a sensação de desamparo e desproteção, dizendo que se sente rejeitada tanto por Deus quanto pelos seres humanos. A referência à "maldade humana" sugere que a protagonista não está apenas sendo vítima de circunstâncias adversas, mas também de uma sociedade cruel, indiferente ou até perversa, que contribui para o seu sofrimento. O conflito entre a crença em um Deus que "tudo via" e a percepção de que esse mesmo ser divino a ignora coloca a personagem em uma posição de angústia espiritual, em que a fé entra em crise diante da realidade da dor e do abandono. Esse questionamento pode ser visto como uma expressão da luta interna entre a esperança religiosa e a experiência concreta de uma vida marcada pelo sofrimento e a solidão, evidenciando o vazio que pode surgir quando a fé parece incapaz de proporcionar consolo diante das injustiças do mundo. A partir dessa leitura, a narrativa toca em questões universais de fé, abandono e busca por sentido, tornando-se um retrato doloroso da fragilidade humana diante de uma realidade que parece, muitas vezes, desprovida de qualquer intervenção divina.

A protagonista passa por uma experiência traumática em um manicômio quando era criança, um lugar descrito como sombrio e desumanizante, onde ela se sente isolada e marcada pela violência. O ambiente frio e distante é contrastado pelos gritos dos outros internos, sugerindo espancamentos e reforçando a sensação de que ela está no "próprio inferno", como podemos observar no trecho a seguir:

Chegamos ao manicômio. Era uma casa muito grande, dividida em diversos pavilhões grandes também. Era sombrio aquele lugar. Ao entrar, a gente sentia o ambiente frio e distante. Ouvi gritos, muitos gritos! Certamente estão sendo espancados, para que gritem tanto: essa era a minha análise. Fiquei assustada. Eu estava no próprio inferno. Só isso Deus poderia arranjar para mim!
Como era falso e hipócrita, êsse Deus! Fui para o segundo pavilhão. (Jesus, 1967, p.28)

Acima a autora descreveu de forma vívida e angustiante a experiência de estar internada em um manicômio, a atmosfera sombria e opressiva do local é destacada, com os gritos e a sensação de terror, refletindo uma profunda sensação de desespero e abandono. Logo após ela relata um ambiente sujo e desorganizado do dormitório para menores, ela também se vê rotulada como "louca" apesar de entender que seu problema era um transtorno emocional, e não um diagnóstico de insanidade. O próximo trecho expressa o sofrimento psicológico intenso e a crítica ao sistema de tratamento da época.

No dormitório havia muitas camas. O lugar era mal cheiroso e estava em desordem. A enfermeira, após ter feito minha ficha, levou-me para a cama. Aquêlê pavilhão era o de menores. Eu não era louca, era apenas muito nervosa e ruim de gênio. Dali a ser louca vai muita diferença. Concordo que um tratamento para o meu caso resolveria em parte os meus problemas de convivência e aplacaria metade da minha revolta doentia. Mas ali, estava eu passando por débil mental, êsse era o meu grande castigo. Com 10 anos e alguns meses eu sofrera tanto. (Jesus, 1967, p.31)

Ela questiona a ação divina, considerando-a falsa e hipócrita, enquanto lida com a rotulação de "débil mental", devido a seu nervosismo e comportamento rebelde. Ela reconhece que algum tipo de tratamento poderia amenizar sua revolta, mas sente que a sociedade a vê de forma redutora, como um castigo, sem compreender sua dor emocional. Há uma falha do sistema em lidar com as complexidades do sofrimento infantil e a desumanização imposta aos indivíduos em situações de vulnerabilidade,

A narradora expressa um distanciamento de Deus, vendo-o como algo reservado aos "desesperados", e questiona a ideia de um ser todo-poderoso e benevolente, incapaz de evitar o sofrimento, a maldade e as desigualdades do mundo. Além de rejeitar a fé tradicional, colocando-se como seu próprio ideal e acreditando em sua própria capacidade para enfrentar os desafios da vida, mas, ao mesmo tempo, reconhece a necessidade de crer em algo maior para sobreviver emocionalmente, como podemos observar em sua fala:

Há muito que eu não me lembrava de Deus. Agora tinha feito as pazes com Ele. Eu não lhe agradecia pelo fato de ser muito católica. Deus para mim era o ditado dos desesperados. Eu jamais conseguira acreditar Nêle com fé verdadeira, enfim, eu não acreditava em nada: acreditava em mim, isso era o suficiente para que eu continuasse vivendo. Temos que acreditar em algo, para termos forças e superar os obstáculos de nossas vidas.

Há uma contradição no gesto de orar e pedir proteção a Deus, mesmo sem fé genuína, o que a leva a uma autocrítica amarga, ao perceber sua dependência egoísta e seu desconforto consigo mesma. O trecho expõe o conflito entre razão, necessidade emocional e a falha de encontrar um equilíbrio satisfatório.

Eu era o meu ideal. Se Deus era o infinito, o supremo, todo poderoso, deveria aliviar o sofrimento de seus filhos! Deveria dar-lhes a paz e o repouso mental. Não deveria existir a maldade e as desigualdades de condições, no entanto, as criaturas eram esquisitas e más, eram dissimuladas e frias. Todavia, às vezes eu me esquecia de tudo isso e prostava-me de joelhos, implorando a proteção de Deus. Como eu era egoísta, pedia muito, sem nada. dar! Infelizmente eu era assim, e muitas vezes, ficava descontente comigo mesma. (Jesus, 1967, p.46)

A protagonista, após cinco anos de detenção no juizado de menores, recebe a notícia de sua libertação, mas sua reação é marcada pela confusão e contraditória mistura de alívio, medo e desorientação. O uso do choro, inicialmente sem explicação, e a constatação de que não se

trata de felicidade pela saída da "casa maldita" sugerem que a liberdade, longe de ser uma celebração imediata, carrega consigo um peso psicológico profundo, talvez ligado ao tempo perdido, ao isolamento e à ausência de apoio familiar, como evidenciado pela falta de contato com a mãe. O questionamento sobre onde irá refletir a insegurança e a falta de pertencimento da protagonista, que, embora livre fisicamente, permanece emocionalmente aprisionada em um vazio existencial. A escrita, por meio de um fluxo de consciência, comunica de maneira eficaz a angustiante experiência de quem, libertada de uma prisão física, ainda enfrenta o cárcere interior, caracterizado pela solidão e pela falta de rumo, conforme ilustrado a partir do trecho a seguir:

Alguém mandou bons trabalhos?
Esqueça dos trabalhos e comece a pensar na sua liberdade.
Fiquei olhando, sem entender.
Essa notícia era à melhor do mundo! Eu ia sair, que maravilha! Minha garganta era um nó, que não me permitia falar, nem chorar de emoção. Fazia já 5 anos que eu estava presa e agora voltaria para a liberdade. De repente sentei e comecei a chorar desesperadamente! Até hoje não sei explicar porque chorei.
Tive vontade de chorar e chorei muito.
Talvez tenha sido a emoção, mas de uma coisa tenho certeza, não era por deixar aquela casa maldita. A muito custo consegui falar.
- Para onde eu irei?
Eu sabia que não podia contar com minha mãe. Há 5 anos eu estava presa e não recebera uma linha sequer da parte de minha mãe. Eu teria que esperar alguns dias para ir a São Paulo, a diretora me levaria em seu carro. Esperei, aparentando uma calma que estava longe de sentir. (Jesus, 1967, p.48)

Ao receber a notícia de sua libertação após cinco anos de prisão, a protagonista vive uma mistura de emoções. Embora a liberdade devesse ser motivo de alegria, ela se vê tomada por um choro inexplicável, causado não pela saída da prisão, mas pela solidão e abandono, especialmente por não poder contar com o apoio de sua mãe. A incerteza sobre seu futuro e a falta de um acolhimento familiar intensificam sua sensação de perda e desorientação. Ao longo do seu relato, a protagonista revela uma busca por conexão e afeto, seja pela falta de uma figura materna, seja pelo desejo de ser tratada de maneira única e especial por alguém ao encontrar um homem mais velho para se relacionar. Apesar de não o amar, ela se vê atraída pela maneira como ele a trata, elogiando sua companhia e as coisas que ele lhe dizia. A relação começa com encontros no parque, onde ela sente prazer em sua presença e nas conversas que a encantam, tornando-se uma rotina prazerosa. A atração, então, não se baseia no amor, mas no modo como ele a fazia se sentir especial e desejada, como observa-se no trecho a seguir:

Esse moço devia ter mais ou menos 28 anos, eu 15. Ficamos conversando no parque, em um lugar pitoresco onde o capim era mais verde que em outros lugares. Éramos um par desajeitado, êle um homem formado e eu, quase uma menina. Eu não me ajeitava bem no papel de namorada sua. Continuei indo ao parque, agora: todos os dias. Era delicioso vê-lo esperando por mim. Eu gostava de estar junto dêle, de ouvi-lo dizer coisas maravilhosas que jamais ouvira. Eu voltava, entregue a tudo quanto ouvira. Sua voz ficava em meus ouvidos, como uma melodia inesquecível e adorável. Algo nêle me atraía completamente. Começamos a sair juntos nos dias de minha folga, íamos ao cinema, jardins e parques de diversão. Ele fazia-me tôdas as vontades, talvez fôsse êsse o motivo pelo qual eu me sentia atraída por êle. Eu não amava aquele homem, gostava da maneira com que me tratava, gostava de sua companhia. (Jesus, 1967, p.56)

O trecho apresenta uma reflexão sobre a relação entre duas pessoas de idades e experiências diferentes, enfatizando a dinâmica emocional da jovem narradora. A disparidade entre a experiência do "moço" e a da narradora, com ela apenas "quase uma menina" e ele "um homem formado", estabelece uma tensão entre o desejo de experiência e a inocência da juventude. A narração é marcada por um tom de encantamento e fascínio, em que o ato de estar com ele, ouvir suas palavras e ser tratada de forma indulgente parece satisfazer mais a necessidade de afeto e valorização da protagonista do que um amor genuíno. A escolha de palavras como "delicioso", "inesquecível" e "adorável" reforçam essa sensação de prazer momentâneo, mas também indicam uma vulnerabilidade e uma certa idealização do relacionamento. A própria confissão de que não o amava, mas gostava da maneira com que a tratava, revela uma certa superficialidade emocional na relação, onde a atração parece estar mais ligada ao prazer de ser cuidada e à admiração pelo tratamento gentil do homem do que a um envolvimento profundo e apaixonado. O uso de "talvez" em relação ao motivo da atração sugere a incerteza e a fragilidade de seus sentimentos, caracterizando a relação como algo efêmero, baseado mais em prazeres momentâneos do que em um afeto duradouro.

Este trecho captura um momento de intensa entrega emocional e física, em que a narradora experimenta pela primeira vez um beijo que a desestabiliza completamente. A descrição do abraço apertado e do beijo "demorado" transmite uma sensação de possessividade e desejo, mas também de vulnerabilidade, já que a jovem se sente incapaz de refletir e a realidade ao seu redor parece girar exclusivamente em torno dela. A referência ao coração "ofegante e descompassado" sugere uma forte tensão emocional e física no momento, evidenciando o impacto dessa experiência em sua percepção. A comparação com o efeito de algo "muito forte" reforça a ideia de que a experiência é avassaladora e transformadora, como se estivesse sob o efeito de uma substância que altera sua consciência. Essa sensação de desorientação e falta de controle pode indicar não só a intensidade do momento, mas também a

imaturidade ou a inexperiência da narradora, que ainda não compreende completamente o significado emocional do que está vivendo. Esse momento de êxtase e confusão marca, portanto, uma fase de descoberta e vulnerabilidade, refletindo a tensão entre o desejo e a falta de compreensão plena da própria experiência afetiva, como exposto no excerto abaixo:

Ele veio ao meu encontro, sem nada dizer, abraçou-me apertado. Eu sumi em seus braços. Sentou-me em seu colo, seu coração ofegante e descompassado. Beijava-me demoradamente. Eu jamais fôra beijada até então. Eu estava impossibilitada de pensar naquele momento. Tudo estava girando em torno de mim. Eu parecia ter bebido algo muito forte que agora começava a fazer seu efeito. (Jesus, 1967, p.58)

A protagonista expõe com crueza uma situação de discriminação e o julgamento impiedoso sofrido por ela, cujo passado é utilizado como justificativa para desqualificar sua capacidade de trabalho e moralidade. A interlocutora, em sua posição de autoridade, parece agir com um senso de superioridade moral, julgando a narradora não apenas por sua "vida pregressa", mas também pelo estigma que carrega, demonstrando uma visão rígida e moralista sobre o que é considerado "limpo" e "adequado" para o cuidado de crianças. A frase "as crianças precisam de alguém sem mancha" revela uma visão simplista e quase cruel da moralidade, como se o passado de uma pessoa pudesse anular seu valor e sua competência no presente. A reação da narradora, que se sente como uma "sonâmbula" ao ser confrontada com suas falhas passadas, demonstra o impacto emocional do julgamento alheio, ressaltando o sofrimento causado pela exposição pública de suas "faltas". O fato de a narradora se incomodar especialmente com a ideia de que ela não seria adequada para educar crianças, apesar de nunca ter demonstrado comportamentos irresponsáveis, sublinha a dor da injustiça e da desvalorização de sua capacidade, sem considerar o que ela realmente vivencia. Este momento traz à tona a hipocrisia e os preconceitos da sociedade em relação ao passado das pessoas, ignorando as complexidades da experiência humana e a possibilidade de mudança e redenção.

- Se te aceitei, foi. tão sômente por pedido de uma assistente social muito minha amiga. Eu jamais aceitaria aqui empregadas que tenham uma vida pregressa como a tua, as crianças precisam de alguém sem mancha, para que as oriente para o caminho. Elas necessitam de uma educação sadia e livre de maus costumes. Você está livre para procurar outro emprego. Tenho uma amiga que precisa de empregada para cuidar de sua filhinha.
 - A Senhora acha que poderei cuidar dessa criança?
 - Afinal, tenho maus costumes e uma vida marcada!
 Fale com ela e arranje-se como puder, você tomará conta da menina e de outros pequenos afazeres. Se te interessar, aqui está o enderêço, vá falar com ela.
 - Irei, à tarde, falar com essa senhora.

Saí e fiquei andando como uma sonâmbula... pela primeira vez, ou pela segunda, alguém me atirava o rosto minhas faltas. Isso dói! Dói muito. As verdades sempre doem. O que mais me aborreceu foi o fato de ela ter dito que as crianças não podiam ser educadas por pessoas marcadas como eu. Eu jamais havia dito uma única palavra irresponsável a minhas pequeninas e sinceras amiguinhas! (Jesus, 1967, p.62)

Apesar de ainda ser uma criança, ela assume responsabilidades que são além de suas forças, cuidando dos irmãos menores e das crianças da creche com uma dedicação impressionante. Mesmo sem o apoio de nenhum responsável que poderia orientá-la ou ajudar a dividir essas tarefas, ela demonstra um instinto maternal forte e uma grande capacidade de carinho e zelo. Ao tomar para si a responsabilidade de cuidar dos outros, ela se vê forçada a amadurecer precocemente, abraçando um papel de cuidadora e provedora em um ambiente marcado pela falta de recursos e pela ausência de adultos que possam desempenhar esse papel.

Essa sobrecarga de responsabilidades, além de sua condição de criança, revela uma situação de extrema vulnerabilidade, onde as exigências do mundo adulto são impostas a ela sem que tenha as ferramentas necessárias para lidar com elas. No entanto, sua maneira de cuidado revela seu potencial de empatia, e também expõe a solidão e o peso de sua situação. Ela oferece um afeto genuíno, talvez como uma maneira de preencher o vazio de sua própria infância interrompida, buscando dar aos outros o que ela mesma não recebeu – um carinho, uma proteção. Essa realidade mostra como a protagonista, mesmo sendo uma criança, se vê forçada a assumir uma maturidade precoce, não por escolha, mas pela falta de alternativas. Além disso, ela passa por muita dificuldade e acaba tendo que recorrer a prostituição.

Fiquei só. Eu estava envergonhada, muito envergonhada. Até então eu não havia olhado o dinheiro que ele me dera. Abri a mão, e, com surpresa, vi uma cédula de duzentos cruzeiros. (Jesus, 1967, p.80)

Neste trecho, a narradora revela um profundo sentimento de vergonha, que parece estar ligado ao desconforto em aceitar o dinheiro que lhe foi dado. O fato de ela não ter olhado o valor antes de abrir a mão sugere que o ato de receber a quantia ocorreu de forma automática, sem reflexão, e a surpresa ao ver "duzentos cruzeiros" indica que ela não esperava um gesto tão significativo, pois foi seu primeiro contato com o mundo da prostituição. O dinheiro não é apenas uma simples transação, mas carrega consigo um simbolismo de desigualdade e dependência, o que intensifica seu desconforto. A vergonha da narradora pode ser interpretada como uma reação à sua vulnerabilidade e à sensação de subordinação que esse presente financeiro impõe. Ao invés de sentir gratidão, ela parece ficar desconcertada com o gesto, o que aponta para um conflito interno entre a necessidade de ajuda e a dificuldade em aceitar a posição

de inferioridade que o dinheiro representa. Assim, o trecho destaca a complexidade emocional da protagonista diante de uma situação aparentemente simples, mas carregada de implicações psicológicas e sociais.

O espaço na narrativa deste trecho é essencial para intensificar o envolvimento da protagonista com o jogo e com as emoções que ele desperta. A mesa, sobre a qual as cartas caem, se torna o centro simbólico da ação, um espaço delimitado onde a realidade externa se desfaz e a protagonista se perde no momento, "esquecendo tudo". O ambiente do jogo, fechado e focado, amplifica a sensação de imersão, onde cada carta não é apenas um objeto físico, mas um estímulo emocional que propaga uma reação única, tornando o jogo uma experiência sensorial quase única e avassaladora. O fato de o espaço ser reduzido a uma mesa de jogo, sem mais referências ao ambiente externo, sugere uma tensão entre o microcosmo do jogo, onde ela se sente "radiante" e dominada, e o restante de sua vida, que é posto de lado. Este espaço restrito contribui para o senso de ilusão e perda de controle, representando a desconexão da protagonista com o mundo fora do jogo, como se tudo ao redor fosse irrelevante diante da euforia momentânea. A mesa, assim, deixa de ser apenas um local físico e passa a simbolizar o domínio do vício, que aprisiona a personagem, refletindo a subordinação de suas emoções e ações a algo que a consome de maneira "irremediável".

As emoções do jogo faziam-me esquecer tudo, era divertido, emocionante, cada carta que caía sobre a mesa dava uma sensação diferente. Ganhei naquela noite, o que não ganharia em anos de trabalho. Eu estava radiante, feliz, esquecera tudo! Estava irremediavelmente dominada pelas cartas. (Jesus, 1967, p.122)

4.2 O espaço do cárcere: entre 1920 e 2020

Entre 1920 e 2020, o espaço prisional brasileiro passou por uma série de profundas transformações, caracterizadas por diferentes contextos históricos, sociais e políticos, refletindo o desenvolvimento do sistema penal e seu impacto nas condições de vida dos presos. Nas primeiras décadas do século XX, as prisões brasileiras ainda eram fortemente influenciadas pelo modelo penitenciário colonial, que se concentrava na punição e no controle, e não na reabilitação. O sistema prisional é caracterizado por prisões superlotadas, condições desumanas, estruturas autoritárias e poucos ou nenhum serviço para os presos, especialmente os pobres e negros, que constituem a maioria da população encarcerada.

A partir da década de 1960, o contexto político do regime militar brasileiro intensificou a

repressão e utilizou as prisões como ferramenta de controle social. As prisões tornaram-se locais de tortura e de violações dos direitos humanos, especialmente para os opositores do regime. Este período também deu origem à literatura de resistência no cárcere, na qual presos, como ativistas políticos e intelectuais, começaram a usar a escrita para denunciar as atrocidades do regime. Com a redemocratização na década de 1980, as condições prisionais não melhoraram significativamente. Em vez disso, o Brasil enfrenta um aumento da sua população carcerária, uma situação agravada pela desigualdade social, pela pobreza e pelo racismo estrutural. Entre 1990 e 2020, o sistema tornou-se um reflexo do fracasso das políticas sociais públicas, e o país se transformou em uma das maiores prisões do mundo, enfrentando superlotação, violência entre presos e abusos sistêmicos dentro do sistema prisional.

Durante esse longo período, as penitenciárias brasileiras também se configuraram como um espaço de necropolítica, onde a vida dos presos, especialmente dos negros e pobres, era marginalizada e desumanizada. Em vez de procurar reintegrar as presas na sociedade, o Estado impõe condições desumanas que transformam as cadeias prisões em locais de sofrimento contínuo. Neste contexto, a escrita, muitas vezes produzida por mulheres encarceradas, tornou-se um importante meio de resistência, não só para contar histórias de dor e resistência, mas também para lutar pelos direitos e pela visibilidade dos grupos marginalizados. Entre 1920 e 2020, a prisão foi um espaço de opressão, mas também um espaço de luta, onde as vozes dos grupos marginalizados desafiaram o poder que procurava suprimi-los através da literatura prisional, ao mesmo tempo que reafirmavam a importância da sobrevivência e da afirmação de sua própria identidade dentro de uma estrutura social desigual.

Através da escrita, essas mulheres que passaram pelo cárcere não apenas documentam suas experiências, como também moldam ativamente as narrativas que as cercam. Esta capacidade é evidenciada no trecho abaixo, onde a protagonista descreve de maneira vívida e contundente as condições desumanas da cela para a qual foram levadas. A personagem relata que:

Nos levaram para a cela, ou melhor, para o chiqueiro. Eu nunca vi em toda a vida um lugar tão sombrio e escuro, parecia *Jogos Mortais*, uma mistura de necrotério, uma espécie de desova humana. Ninguém merecia passar por aquilo. O banheiro era um buraco no chão, a descarga era do lado de fora, nem dava para alcançar. Aquele lugar não tinha condições humanas, era sub-humano, uma imundície, um mau cheiro, inesquecível. O lugar que colocaram o Sidney, pior ainda. (Ferreira, p. 32, 2020)

Ao utilizar palavras como "chiqueiro", "sombrio", e fazer comparações entre "Jogos Mortais" e "necrotério", a personagem não apenas documenta as condições adversas, mas

também emprega uma linguagem que evoca sensações e emoções, dando forma à narrativa de maneira impactante. Ao descrever o banheiro como um "buraco no chão" e a ausência de condições humanas básicas, como essa, cria uma imagem vívida da degradação e desumanização do ambiente carcerário.

O espaço da narrativa em *Ela e a reclusão* é fundamental para destacar a tensão e a ambiguidade da situação que a protagonista passa, já que o diálogo entre os personagens ocorre em um ambiente de proximidade, onde a protagonista expressa de maneira clara e assertiva seu desejo de entrar para o mundo do crime. O espaço do diálogo, mais íntimo e direto, é propício para a revelação de suas intenções, sem rodeios. A protagonista, ao afirmar que "desejo aprender tua profissão", deixa claro que está disposta a romper com limites morais e legais, sugerindo uma busca por poder e controle através de meios ilícitos. O espaço aqui não é físico, mas psicológico, refletindo o lugar de desconforto e incerteza em que a protagonista se encontra ao tomar essa decisão, pressionando o interlocutor a assumir uma responsabilidade que, aparentemente, ele reluta em aceitar. O fato de ela insistir e recorrer ao apelo emocional de que ele sempre foi seu "amigo" revela a manipulação que ela utiliza para alcançar seu objetivo, enfatizando a ideia de que a protagonista vê no crime uma saída para suas angústias e frustrações. Esse desejo de transitar para o mundo do crime, como uma alternativa para escapar de sua situação, é um reflexo de sua busca por poder, autonomia e talvez até uma forma de retribuição à sociedade que ela vê como injusta. O espaço da narrativa, portanto, não apenas revela um movimento psicológico da protagonista, mas também antecipa uma ruptura com a moralidade convencional.

-Não brinque, falo sério. O que quero é simples;
desejo aprender tua profissão.

-Ô quê? Você não tá boa da bola? Agora deu para
sonhar e dizer tolices, isso não!

- É uma pena, pois terei que aprender com outro, já que
recusas.

Você pensou bem no absurdo de teu pedido?

Estou bem certa, e sei o que quero. Prometa-me que fará meu desejo, você
sempre foi tão meu amigo. (Jesus, 1967, p.144)

4.3 Resistências: o lugar das mulheres que ficaram à margem

Em *Ela e a reclusão* (1965) de Jesus, ao retratar a experiência da mulher que vive à margem, ressoou como um grito profundo de denúncia sobre as condições desumanas

vivenciadas por aquelas que se veem aprisionadas não apenas pelos muros físicos de uma prisão, mas pelas estruturas sociais e patriarcais que as relegam ao silêncio e à invisibilidade.

Esta é a realidade da minha vida. Sei que será uma história muito triste e amarga; todavia, não poderei contar coisas alegres, uma vez que tudo é a mais fria realidade, Não há méritos, nem triunfos, na minha vida. Não houve lugar para a fantasia. (Jesus, 1967, p.15)

A citação da protagonista reflete a dura realidade que se vê presa em uma vida marcada pela tristeza e pela falta de esperança. Ela descreve sua trajetória como "muito triste e amarga"(Jesus, 1967, p.15), sem méritos ou triunfos, e sem espaço para a fantasia ou os sonhos, sugerindo que sua experiência é completamente moldada pela opressão e pelas dificuldades enfrentadas. A narradora expressa uma sensação de desilusão e resignação, como se estivesse impossibilitada de escapar de sua realidade por meio da imaginação, evidenciando uma vida de sobrevivência, onde a possibilidade de alegria e crescimento é praticamente inexistente. Esse relato transmite uma crítica à falta de oportunidades e à estrutura social que limita a esperança e o potencial de transformação.

Em relação as resistências e o lugar das mulheres marginalizadas, especialmente aquelas que passam pelos espaços de cárcere, é impossível não traçar um paralelo entre a experiência descrita por Jesus e as inúmeras mulheres que, ao longo da história, enfrentaram esse espaço de silenciamento e sofrimento. A protagonista da obra, assim como tantas mulheres, está imersa em uma realidade, em que não há lugar para sonhos, para a fantasia, para o merecimento ou para os triunfos. Sua vida é marcada pela perda do poder sobre seu próprio corpo e história. Ao não poder contar coisas alegres, a mulher se vê subtraída da possibilidade de uma narrativa de vitória, pois a sociedade e o sistema penal, em sua estrutura punitiva, relegam as mulheres às margens da experiência humana.

A prisão aqui não é apenas física, mas simbólica. Ao longo da obra e da trajetória de muitas dessas mulheres, vemos que o cárcere se torna um reflexo de um mundo que as marginaliza, que as exclui da narrativa dominante, do lugar da voz, como também ocorre com a protagonista de Ferreira em *Minha carne* (2020). A ausência de méritos e triunfos reflete uma invisibilidade histórica que é tanto social quanto literária. Mulheres encarceradas, sejam por razões políticas, econômicas ou sociais, enfrentam a estigmatização e a exclusão, sendo condenadas não só por seus atos, mas pela simples existência em um mundo que lhes é hostil.

Entretanto, a partir dessa realidade cruel, começa a emergir um espaço de resistência. A resistência das mulheres que, embora marginalizadas, ao se colocarem em oposição a uma

narrativa que lhes é imposta, oferecem uma potência silenciosa. Mesmo nas piores condições, nas situações mais desumanas, a mulher resiste, porque, como aponta Jesus, é justamente a realidade que a torna consciente de sua condição e da necessidade de recontar sua história, assim como Ferreira que por meio do ativismo combate às desigualdades sociais e raciais que lhes são impostas. Esse “não haver lugar para a fantasia” se torna uma forma de resistência, pois ao se apresentar como um “não-lugar” (não apenas no sentido físico, mas também subjetivo), o cárcere se converte, paradoxalmente, num ponto de afirmação e reflexão sobre a própria identidade da mulher.

A escrita, nesse contexto, torna-se uma forma de afirmação e de resistência, mesmo que, para isso, precise lidar com a dureza da realidade. O relato da mulher encarcerada, ao se constituir em um lugar de resistência, se contrapõe às expectativas da sociedade que exige da mulher uma história de redenção ou uma fábula de superação. Em vez disso, a mulher em Jesus e em tantos outros relatos, oferece a verdade nua e crua de seu sofrimento, sua falta de mérito e a amargura de uma vida não reconhecida.

As resistências dessas mulheres que ficaram à margem não é apenas uma referência a uma condição de privação física, mas também ao lugar simbólico e literário em que as mulheres permanecem — aquelas cujas histórias não são contadas, cujos corpos são explorados e cujas vozes são silenciadas. No entanto, ao narrar essa amarga realidade, mulheres como Jesus e Ferreira resistem, desafiando a invisibilidade e criando, em suas próprias palavras, um novo espaço de luta pela autonomia de suas narrativas.

Considerações finais

Diante do que foi posto nessa pesquisa, a investigação concentrou-se nas narrativas de mulheres encarceradas na literatura de cárcere brasileira, com foco nas obras de Vera Tereza de Jesus e Preta Ferreira, com o objetivo de explorar as principais temáticas emergentes nesse contexto, especialmente em relação aos aspectos de raça e classe social.

O primeiro capítulo, intitulado “A literatura de cárcere”, elucidou as bases desse campo literário, destacando a escassez das vozes femininas. Os resultados revelaram que, apesar da presença madura do tema em outras esferas, as obras de mulheres continuam a ser amplamente sub-representadas na literatura prisional. O segundo capítulo, “Entre escrevivências, entre escritas: narrativas de mulheres em cárcere no Brasil”, aprofundou-se nas experiências literárias de autoras específicas, permitindo uma compreensão mais rica de suas vivências e da forma como essas autoras narram suas histórias. Essa análise indicou como a escrita se torna uma ferramenta de resistência e afirmação de identidade para essas mulheres. O terceiro capítulo, “Análise comparativa das obras de Jesus e Ferreira”, proporcionou uma comparação detalhada entre as representações das personagens femininas nas obras estudadas. Essa comparação evidenciou diferenças e semelhanças nas abordagens das autoras, especialmente no que tange ao espaço do cárcere e às formas de resistência presentes em suas narrativas.

Nessa pesquisa, ao buscar responder os objetivos geral e específicos, em nossa análise tivemos como dados que a experiência feminina na literatura de cárcere é retratada de forma a evidenciar a singularidade e a complexidade das vivências de mulheres encarceradas, especialmente em ambientes tradicionalmente dominados por narrativas masculinas. As obras de autoras como Vera Tereza de Jesus e Preta Ferreira destacam que vozes frequentemente silenciadas e invisibilizadas dentro do sistema prisional, permitindo que as experiências femininas sejam narradas sob uma perspectiva própria. Essa abordagem não só revelam as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, mas também desafia a homogeneidade das narrativas masculinas que predominam no contexto do encarceramento.

Além de oportunizar a retratação da opressão e da violência que essas mulheres enfrentam, a literatura de cárcere escrita por mulheres revela questões de interseccionalidade. As narrativas servem para expor as injustiças que cercam essas vidas, mostrando como as mulheres presas não apenas enfrentam o peso do encarceramento, mas também lidam com preconceitos sociais que as marginalizam ainda mais. Essa reflexão crítica é importante para entender como a construção social de gênero impacta a experiência prisional feminina,

diferenciando-a da masculina.

Por isso, a escrita emerge como um ato de resistência e autoafirmação, permitindo que as autoras transformem suas histórias em testemunhos. Nesse contexto, as autoras, refletindo sobre suas identidades e o impacto do encarceramento em suas vidas, oferecem uma importante visibilidade para as experiências femininas, desafiando normas sociais e buscando reconhecimento para as vozes de mulheres que frequentemente são deixadas de lado na discussão sobre o encarceramento.

Dessa forma, a investigação aqui desenvolvida será ampliada no doutorado, permitindo a continuidade da pesquisa e o aprofundamento do corpus analisado. Essa expansão possibilitará novas reflexões sobre a escrita de mulheres encarceradas e suas implicações sociais, culturais e literárias, contribuindo ainda mais para o reconhecimento e valorização dessas narrativas no campo dos estudos literários. Espera-se que este estudo inspire novas investigações e discussões sobre as implicações sociais e culturais da literatura de cárcere.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio de. *Racismo estrutural*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALVES, Izandra; ORTIZ, Aryeli de Oliveira da Costa. Preta Ferreira: a prisão como quarto de despejo. **REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, [S. l.], v. 3, n. 36, p. 445–463, 2024. DOI: 10.61389/revell.v3i36.7661. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/7661>. Acesso em: 21 out. 2024.
- ANDRÉ DU RAP. Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru). (coord. editorial Bruno Zeni). São Paulo, Labortexto Editorial, 2002.
- ASSUNÇÃO, Elizete Cardoso. *Impactos da pandemia e da violência de gênero para mulheres em situação de privação de liberdade. Gênero na Amazônia*, Belém, n. 19, p. 29-42, jan./jun. 2021. A » Estudos sobre o Fenômeno da Pandemia sob a Perspectiva de Gênero. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13310/9250>. Acesso em: 06 fev. 2025.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, 1 (225), 2009, p. 70-88.
- BOTELHO, Joacy M. *Metodologia da Pesquisa*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em Massa*. Editora Jandaíra, 2019.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria história-literária*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Ouro sobre Azul, 2011.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. 4.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 2006.
- CHIAVERINI, Tatiana. *Origem da pena de prisão*. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8885>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10 (1).

Florianópolis, 2002. p.171-188.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas?. 5 ed.: Bertrand Brasil, 2018.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DIZARD JUNIOR, Wilson. *A nova mídia*. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2000.

DUARTE, Eduardo de Assis, BEZERRA, Kátia da Costa (orgs.). *Gênero e representação na literatura brasileira*. Coleção Mulher & Literatura. Vol. II. Belo Horizonte: Pós Graduação em Letras – Estudos Literários: UFMG, 2002.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, I. R. *Escrivivências: a escrita de nós: considerações sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, C. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*, v. 1, p. 52-57, 2005. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/revista01.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Preta. *Minha carne: Diário de uma prisão*. São Paulo: Editora: Boitempo, 2020.

FERREIRA, Preta. *Preta em movimento*. [Vídeo musical]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6O7m-Yrtpzs>. Acesso em: 21 outub. 2024.

FERREIRA, Preta. *Minha Carne*. Composição de Brasília, Pingo Batera, Preta Ferreira, Robinho Lima, Ronald Marcondes e Xandeco. 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/preta-ferreira/minha-carne/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira. *Diário de uma detenta: usos da escrita por mulheres em espaços de encarceramento feminino*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, 2024. Epub em: 21 nov. 2024. DOI: 10.1590/s1413-24782024290107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782024290107>. Acesso em: 01 fev. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Em: Hollanda, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GONZÁLES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZAGA, T. A. Marília de Dirceu & Cartas Chilenas. São Paulo: Ática, 1997. p. 126.

GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Alessandro De Giorgi. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12)

JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 2. ed. São Paulo: Edições O Livreiro Ltda., 1967.

JOCENIR: Diário de um detento: o livro. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

A referência correta, conforme as normas da ABNT, seria:

KAROLINA, Amanda. *Tambaba, a prisão*. São Paulo: Offset, 2018.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha; Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, N-1 Edições, 2011.

MENDES. Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVIII-XIX)*. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo, EDUSP, 1997.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, 1978, p.28-36.

ORTIZ, Aryeli de Oliveira da Costa. *Carolina Maria de Jesus e Preta Ferreira: a escrita negra como denúncia e libertação*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em [área do curso]) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz, Feliz, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/943>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUEIROZ, Raquel de. *João Miguel*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1932.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: Feminismos, Escrita de si e Invenções da Subjetividade*. São Paulo, Unicamp, 2013.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

- RACIONAIS, Mc's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.
- REIS, Maria Firmina dos. A escrava. *Revista Maranhense*, n. 3, 1887. Republicado em: ÚRSULA. 7. ed. São Paulo: [editora], 2018. p. 193-207.
- RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru: histórias reais*. São Paulo, Geração Editorial, 2002.
- RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro, Revan/ICC, 2ª éd., 2004, tradução e apresentação de Gizlene Neder.
- SCHOLZE, Lia. A mulher na literatura: gênero e representação. In: DUARTE, Constância Lima, 2013.
- SIQUEIRA, Indianarae. *Indianarae Siqueira: uma vida em DesTransição*. 1. ed. São Paulo: Metanoia Editora, 2024.
- SILVA, Ana Beatriz Aquino da. Presos que menstruam: a invisibilidade das mulheres privadas de liberdade na sociedade brasileira. 2021. 69f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Francesa, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, – Paraíba – Brasil, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/20258>
- SILVA, L. R. Decolonizando saberes: concei-tos de literatura latino-americana de autoria negra. In: TETTAMANZY, A. L. L.; SAN-TOS, C. M. (Orgs.) *Lugares de fala, lugares de escrita nas literaturas africanas, ameríndias e brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- SILVA, Ana Beatriz Aquino da; MILREU, Isis. Matizes do protagonismo de uma mulher negra encarcerada em Minha carne (2020), DE PRETA FERREIRA. **EntreLetras**, [S. l.], v. 15, n. 3, p.209–229,2024. DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e19380. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/19380>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- STROMQUIST, Nelly P. (2002). “Education as a means for empowering women”. In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), *Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world*. London: Routledge, p.22-38.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VINHAS, Luciana. Primeiras notas sobre o teor testemunhal em Ela e a reclusão: O condenado poderia ser você, de Vera Tereza de Jesus. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 57, n. 1, p. e43221, 2022. DOI: 10.15448/1984-7726.2022.1.43221. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/43221>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- VINHAS, Luciana. Ela e a Reclusão. *Anais do IX Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/1557>. DOI: <https://doi.org/10.29327/1163602.7-499>. Acesso em: 22 jan. 2024.